



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**



Lilian Simone Amorim Brito

**BELÉM – PARÁ
JULHO – 2007**

Lilian Simone Amorim Brito



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira - UFPA.

Área de concentração: Gestão e Organização do Território

BELÉM – PARÁ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
JULHO – 2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central / UFPA – Belém – PA

BRITO, Lilian Simone Amorim, 1967.

B862 Intervenção no Centro Histórico e a reorganização sócio-espacial do Bairro da Cidade Velha – Belém/PA / Lilian Simone Amorim Brito; orientadora, Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira - 2007

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia. 2007.

1. Geografia Urbana – Bairro da Cidade Velha (Belém, PA) 2. Planejamento Urbano - Bairro da Cidade Velha (Belém, PA) 3. Patrimônio Cultural – Proteção - Bairro da Cidade Velha (Belém, PA). I. Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em Geografia. II Título.

CDD – 22 ed.918.115091732

FIG. da Capa: João Ramid – FONTE: PARÁ, 2006, p. 358.

FIG. da Folha de Rosto: João Ramid – FONTE: PARÁ, 2006, p. 355.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**“INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO E A REORGANIZAÇÃO
SÓCIO-ESPACIAL DO BAIRRO DA CIDADE VELHA - BELÉM/PA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, pela aluna **Lilian Simone Amorim Brito**, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Avaliação: _____

Belém, 03 de Julho de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Ph. D. Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira

Prof^o. Dr. José Júlio Ferreira Lima

Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Duarte Cardoso

BELÉM – PARÁ

JULHO - 2007

À minha **Vózinha Sinhá - Ernestina de Jesus da Silva** (*in memoriam*), pelos incentivos e ensinamentos os quais me acompanham por toda vida. Por ter sido uma mulher maravilhosa e por ter despertado em mim a paixão pelo bairro da Cidade Velha ao me levar, ainda criança, para passear em suas ruas e falar-me sobre suas histórias.

AGRADECIMENTOS

À **Santa Rita de Cássia**, pelas bênçãos e graças a mim concedidas e por me acompanhar e “aturar minhas perturbações” diariamente.

À minha mãe, **Elizabeth Brito**, pela fortaleza que é, cuja fonte de amor e força parece inesgotável. Pelos ensinamentos e valores que se constituem nos pilares da minha vida.

Aos meus irmãos - **Leyla e Sérgio Brito, Liege e Silvio Amorim e Carlos Brito Júnior**, pelo amor, amizade e companheirismo, que são a essência da força que nos une e nos faz enfrentar e superar as agruras e adversidades da vida.

Aos meus sobrinhos - **Andressa, Anderson, Thamires e Tadeu Brito, Giovane, Vinícius, Gustavo, Thaynara e Thayse Amorim**, pelo amor imensurável que nos une, dando-me forças para lutar por dias melhores; e ao meu anjo negro, **Matheus Brito**, verdadeiro anjo de luz na minha vida.

À **Albertina Fortuna**, cuja distância foi incapaz de apagar seus ensinamentos. Pelo carinho, amizade, pela presença na ausência e, por tudo que significa nas minhas trilhas geográficas.

Ao “Pirilampo”, **Carlos Henrique Lopes de Souza** (*in memoriam*) - que com o brilho da sua alma, agora ilumina outros espaços. Por seu amor, carinho, amizade, cumplicidade e estímulos geográficos.

Aos amigos **Léa Costa e Mauro Pantoja**, pela amizade que temos construído ao longo desses anos, pela generosa colaboração na avaliação e sugestões que contribuíram para o aperfeiçoamento desta dissertação. A quem não tenho palavras para mensurar a importância de cada um em minha vida.

Ao **Patinho Feio** que virou príncipe, vira pato, vira... revira..., mas é personagem constante nos contos da minha vida.

Ao **Pelaio Lopes** e à **Osmarina Gerhardt**, pela força, incentivo, por me acompanharem - mesmo à distância - e estimularem nas minhas trajetórias, e pelos créditos profissionais e pessoais a mim atribuídos.

À minha orientadora, **Janete Gentil**, por todos os diálogos, ensinamentos e pela estimada colaboração, os quais possibilitaram a concretização desta pesquisa.

Aos professores **José Júlio Ferreira Lima, Ana Cláudia Duarte Cardoso, Ricardo Ângelo Pereira, Hélène Rivière d’Arc e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior**, pela avaliação e valiosa colaboração no processo de elaboração dessa dissertação.

Ao **Giovane Mota**, pelo companheirismo ao longo do curso e que com suas críticas ao estudo do urbano, algumas nem sempre convincentes, estimulava-me cada vez mais a mergulhar nesse universo que me fascina.

Aos membros natos do Clube das Quintas – **Giovane Mota, Clay Anderson, João Palheta, Gilberto Rocha e Carlos Bordalo**, território conquistado (alguns diriam invadido) e mantido com muito carinho e discussões teórico-éticas pelos bares da vida. Por reafirmar, a cada quinta-feira, nossos laços de convivência pessoal e profissional, e por compreenderem que o que mediatiza as relações entre as pessoas é o caráter e a personalidade de cada um e os objetivos comuns que as une.

Ao meu cunhado **Ronaldo Maciel**, por abrigar-me em sua casa sempre que preciso, e à **Ecilma Almeida Brito**, minha cunhada, pela força, carinho e consideração a mim atribuídos.

Aos alunos da turma de 2005 do PPGE0, em especial, à **Léa Costa, Cledson Nahum, Mário Arnaud, Erinaldo Souza, Estevão Barbosa e Álvaro Negrão** pela afetividade construída ao longo do curso. Por contribuírem para o meu crescimento pessoal e intelectual, e por terem a mim confiado a representação discente de nossa turma.

Aos alunos da turma de 2004 do PPGE0, em especial, ao **Giovane Mota, Marcos Mascarenhas, Benedito Valente, Romero Albuquerque, Christian Nunes, Ingrid Souza e Shirley Tozi**, pela salutar convivência acadêmica no curso de Mestrado.

Aos colegas do NPI, **Vera Rocha, Edna Lima, Otávio do Canto, Paulo Costa, Marconi Magalhães, Ailton Miranda, Waldelice Sedovim, Daniele Cunha e Silvia Lobo**, pelo estímulo para realização do Mestrado.

Aos funcionários da DPH/FUMBEL – **Roseane Norat, Simone Jares e Nilton Souza**; do Programa Monumenta - **Maria Eugênia Coimbra**; do DEPHAC/SECULT – **Filomena Longo, Nazaré Pires, Walquíria Leite e Tatiana Borges**; e do IPHAN – **Dorotéia Lima e Rubens Ferreira**, por me permitirem passar horas a fio em seus setores de trabalho fazendo levantamentos bibliográficos, documentais, mapotécnico e fotográfico.

Ao Laboratório de Geografia, na pessoa do professor **Magno Macedo** e, em especial, à bolsista **Iranilda Moraes**, pela confecção dos mapas desta dissertação.

Ao **Marcos Quitairos**, e **Samantha Chaves** por compartilharem comigo as longas caminhadas pelas ruas da Cidade Velha durante o trabalho de campo.

A todos os **moradores do bairro da Cidade Velha**, por se constituírem enquanto sujeitos e fonte inspiradora desta pesquisa.

Muitíssimo Obrigada!

RESUMO

Em Belém, nos últimos doze anos (1994-2006), o poder público passou a desenvolver iniciativas no sentido de criar projetos de intervenção no centro histórico da cidade, dentre os quais se destacou os projetos da Praça Frei Caetano Brandão e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, promovido pela Prefeitura Municipal, através do Programa Monumenta Belém, e do Complexo Feliz Lusitânia, executado pelo governo estadual, concentrados especificamente na área que abrange o bairro da Cidade Velha. Neste contexto, buscou-se compreender a lógica que explica a recente preocupação do poder público em intervir no Centro Histórico de Belém, buscando analisar suas implicações no processo de reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha; compreender como tem se dado a dinâmica de apropriação e reorganização desse espaço e como as práticas espaciais engendradas na dinâmica de produção/apropriação têm propiciado as diversas territorialidades dos agentes sociais que produzem o espaço urbano desse bairro, bem como identificar as possíveis contradições/conflitos de territorialidades entre os diversos agentes sociais (Estado, comerciantes e moradores) envolvidos no processo de produção/reprodução espacial, gerados na dinâmica sócio-espacial desse bairro, devido essas intervenções. Percebeu-se que as ações do governo do estado, referente à intervenção do Complexo Feliz Lusitânia, pautaram-se na adoção do planejamento mercadofilo e na introdução de técnicas de *city marketing*, justificado pela necessidade de recuperar a base econômica da cidade. Esse projeto fundamentou-se na concepção de revitalização, alterando a forma e a funcionalidade do patrimônio onde foram realizadas as ações de intervenção, com vistas a tornar a cidade mais competitiva na disputa por atração turística. Devido seu caráter conservador, não se chegou a constatar a materialização dos conflitos de territorialidade entre os diversos agentes sociais, visto que os comerciantes e moradores não se constituíram enquanto sujeitos partícipes no processo de elaboração e execução do referido projeto. Em relação às intervenções promovidas pelo governo municipal, pautaram-se em um planejamento mais progressista, onde a participação popular se fez um pouco mais presente. Tais projetos fundamentaram-se nos princípios da reabilitação urbana, que visam qualificar o espaço urbano e melhorar as condições de qualidade de vida e de infra-estrutura para os seus usuários. Apesar de se considerar de extrema relevância o desenvolvimento de projetos com vistas a reabilitar o Centro Histórico de Belém, acredita-se que estes deveriam ser elaborados, a partir de uma análise minuciosa da dinâmica sócio-espacial dos bairros que o compõe e da cidade como um todo, e que estes projetos partam de ações mais integradas entre os órgãos patrimoniais da esfera municipal, estadual e federal, de modo que seus resultados possam garantir uma maior equidade e participação dos diversos agentes produtores desse espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Urbano. Intervenção no Centro Histórico. Bairro da Cidade Velha. Reorganização Sócio-espacial.

ABSTRACT

In Belém, in last the twelve years (1994-2006), the public power started to develop initiatives in the direction to create projects of intervention in the historical center of the city, amongst which if it detached the projects of the Square Frei Caetano Brandão and the Historical and Geographic Institute of Pará, promoted for the Municipal City hall, through the Program Monumenta Belém, and of the Happy Complex Lusitânia, executed for the state government, concentrated specifically in the area that encloses the quarter of the Old City. In this context, one searched to understand the logic that explains the recent concern of the public power in intervening in the Historical Center of Belém, being searched to analyze its implications in the process of partner-space reorganization of the quarter of the Old City; to understand as if it has given to the dynamics of appropriation and reorganization of this space and as practical the space ones produced in the production dynamics/appropriation they have propitiated the diverse territorialities of the social agents who produce the space urban of this quarter, as well as identifying to the possible contradictions/conflicts of territorialities between the diverse social (Been, trading and living) agents involved in the production process/space reproduction, generated in the partner-space dynamics of this quarter, from these of intervention. It was perceived that the actions of the government of the state, referring to the intervention of the Happy Complex Lusitânia, rules in the adoption of the planning to market and in the introduction of techniques of City marketing, justified for the necessity to recoup the economic base of the city. This project based on the conception of revitalization, modifying the form and the functionality of the patrimony where the actions of intervention were carried through, with sights to become the city most competitive in the dispute for tourist attraction. Had its character conservative, it was not arrived to evidence the materialization of the conflicts of territoriality between the diverse social agents, since to the traders and inhabitants not if they had constituted while informing citizens in the elaboration process and execution of the related project. In relation to the interventions promoted for the municipal government, they were rules in a more progressive planning, where the popular participation if made a little more present. Such projects had been based on the principles of the urban whitewashing, that they aim at to characterize the urban space, and to improve the conditions of quality of life and infrastructure for its users. Although to consider of extreme relevance the development of projects with sights to rehabilitate the Historical Center of Belém, it is given credit that these would have to be elaborated, from a minute analysis of the partner-space dynamics of the quarters that compose it, and of the city as a whole, and that these projects leave more of integrated actions between the patrimonial agencies of the municipal sphere, state and federal, in way that its results can guarantee a greater fairness and participation of the diverse agents producers of this urban space.

Key-word: Urban space. Intervention in the Historical Center. Quarter of the Old City. Partner-space reorganization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE MAPAS

MAPA 01	Divisão do Centro Histórico de Belém	36
MAPA 02	Bairro da Cidade Velha	38
MAPA 03	Bens Imóveis Tombados	65
MAPA 04	Zoneamento do Centro Histórico de Belém	67
MAPA 05	Área de Abrangência do Programa Monumenta Belém	72
MAPA 06	Uso e Ocupação do Solo Urbano do Bairro da Cidade Velha.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Transformações sócio-espaciais ocorridas no bairro da Cidade Velha	116
GRÁFICO 02	Transformações ocorridas na dinâmica comercial do bairro da Cidade Velha	122

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOS 01 a 04	Exemplos de Patrimônios Degradados no Bairro da Cidade Velha	60
FOTOS 05 a 07	Descaso com o Patrimônio Cultural de Belém	63
FOTO 08	Imagem Aérea da Praça Frei Caetano Brandão.....	75
FOTO 09	Praça Frei Caetano Brandão.....	76
FOTO 10	Solar do Barão de Guajará - Instituto Histórico e Geográfico do Pará	76

FOTO 11	Complexo Feliz Lusitânia	82
FOTO 12	Igreja de Santo Alexandre e Palácio Episcopal	84
FOTO 13 e 14	Museu de Arte Sacra do Pará após a Revitalização	84
FOTO 15	Casario da Rua Padre Champagnat	86
FOTO 16	Casario da Rua Padre Champagnat Revitalizado	88
FOTO 17	Forte do Castelo	89
FOTO 18 e 19	Museu Arqueológico do Forte do Presépio	91
FOTO 20 e 21	Muro de Aquartelamento do Forte do Castelo	93
FOTO 22	Bateria Baixa do Forte do Presépio	94
FOTO 23	Pórtico de acesso ao Forte do Presépio	96
FOTO 24	Antigo Hospital Militar	98
FOTOS 25	Casa das Onze Janelas	98
FOTO 26 e 27	Esplanada do Guamá	99
FOTO 28	Ladeira do Castelo	100
FOTO 29	Ladeira do Castelo	101
FOTO 30	Feira do Açaí	107
FOTO 31 e 32	Área institucional do Largo de São João	108
FOTO 33 e 34	Marcas da ocupação portuguesa no bairro da Cidade Velha	109
FOTO 35 e 36	Zona Portuária	110
FOTO 37	Comércio atacadista	111
FOTO 38 e 39	Área de ocupação recente	111
FOTO 40 e 41	Estilo de ruas e residências predominantes na Cidade Velha	114

FOTO 42	Casario da Rua Padre Champagnat que não foi integrado no projeto Feliz Lusitânia	121
FOTO 43 e 44	Bar e restaurantes que foram abertos no bairro da Cidade Velha após as intervenções realizadas pelo poder público	123
FOTO 45	Loja de ferragens	123

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Desenho da Cidade de Belém (1642)	52
FIGURA 02	Planta de Belém (1791) - Theodosio Chermont	73
FIGURA 03	Traçado original da Praça Frei Caetano Brandão	74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- BANPARÁ** - Banco do Estado do Pará
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNH** – Banco Nacional de Habitação
- CDP** – Companhia das Docas do Pará
- CHB** – Centro Histórico de Belém
- CNDU** – Conselho de Desenvolvimento Urbano
- CNPU** – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
- COSANPA** – Companhia de Saneamento do Pará
- DEPH** – Departamento de Patrimônio Histórico de Belém
- DEPHAC** – Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Pará
- EMBRATUR** – Empresa Brasileira de Turismo
- FUMBEL** – Fundação Cultural do Município de Belém.
- IHGP** – Instituto Histórico e Geográfico do Pará
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano
- MABE** – Museu de Arte de Belém
- MAS** – Museu de Arte Sacra do Pará
- MEC** – Ministério da Educação
- MINC** – Ministério da Cultura
- MRU** – Movimento pela Reforma Urbana
- PDU** – Plano Diretor Urbano de Belém
- PMB** – Prefeitura Municipal de Belém.
- RMB** – Região Metropolitana de Belém
- SECULT** – Secretaria Executiva de Cultura do Pará
- SEOP** – Secretaria de Obras Públicas do Pará
- SERFHAU** – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
- SIM** – Sistema Integrado de Museus
- UEP** – Unidade Executora do Projeto
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE SIGLAS

1. INTRODUÇÃO	14
2. PLANEJAMENTO URBANO E O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NOS CENTROS HISTÓRICOS.....	24
2.1. PLANEJAMENTO URBANO E SEU PAPEL NO PROCESSO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO ESPAÇO URBANO.....	24
2.2. A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA (RE)ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO ESPAÇO URBANO.....	35
3. A (RE)ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BAIRRO DA CIDADE VELHA.....	49
3.1. CIDADE VELHA: ORIGEM DO PRIMEIRO NÚCLEO URBANO DE BELÉM.....	49
3.2. INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM E REVALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A REORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO BAIRRO DA CIDADE VELHA.....	62
3.2.1. As intervenções do Programa Monumenta Belém no bairro da Cidade Velha.....	70
3.2.2. As ações intervencionistas do governo do estado no bairro da Cidade Velha.....	81
4. OLHARES SOBRE O BAIRRO DA CIDADE VELHA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO.....	104
4.1. CONFIGURAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS DO BAIRRO DA CIDADE VELHA.....	104
4.2. A TERRITORIALIDADE DOS MORADORES DA CIDADE VELHA: AÇÕES INTERVENCIONISTAS PARA QUEM?.....	113
4.3. AÇÕES INTERVENCIONISTAS E A DINÂMICA COMERCIAL DO BAIRRO DA CIDADE VELHA.....	119
4.4. A LÓGICA DE INTERVENÇÃO NA CIDADE VELHA: APROPRIAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO PELO PODER PÚBLICO.....	124
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131

REFERÊNCIAS

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

A partir de 1960, o Brasil passou por um intenso processo de transformações sócio-espaciais devido à consolidação do capitalismo monopolista multinacional, significando profundas alterações nas relações sócio-econômicas, políticas e culturais do país.

Esse período foi marcado pela consolidação da industrialização, o que demandou a modernização da base econômica produtiva. Grandes obras infra-estruturais foram construídas; cresceu consideravelmente o número de empresas multinacionais no país; *shopping centers* disseminaram-se, enquanto novos espaços de consumo e lazer; avanços extremamente significativos no campo dos transportes e comunicação intensificaram as atividades econômicas impulsionando a expansão e/ou abertura de postos comerciais.

A intensificação do tráfego de automóveis colocava em xeque o sistema viário que havia sido construído em outro contexto histórico, o que, por conseguinte, gerou grandes congestionamentos em áreas sem infra-estrutura adequada a essa nova era. A estrutura arquitetônica dos prédios antigos dificultava o desenvolvimento de modernas atividades econômicas, o que favoreceu a expansão da ação dos agentes imobiliários rumo a novos espaços que foram sendo equipados com infra-estruturas modernas e para as quais também se direcionaram os investimentos públicos e privado.

O deslocamento das atividades econômicas e sociais para novas áreas de expansão da cidade, desencadeou um processo de descaso e abandono dos centros históricos, frente ao confronto entre o tradicional e o moderno, tanto por parte do poder público quanto pela iniciativa privada.

Todas estas transformações foram descaracterizando os antigos centros urbanos que, respeitadas as devidas proporções, até então desempenhavam com primazia os papéis, de centros comerciais e de lazer. Neste contexto, os centros históricos, que se constituíam como as células embrionárias de origem das cidades, passaram a apresentar sinais de abandono e degradação visto que não

conseguiam mais garantir a qualidade de oferta de serviços, lazer e moradias frente às novas demandas sócio-espaciais e econômicas, exigidas pela elite capitalista.

Os processos de intervenção nos centros históricos do Brasil, começam a ser desenvolvidos, principalmente a partir da década de 1960, quando o poder público em suas diversas esferas – federal, estadual e municipal, passa a valorizar estas áreas enquanto potenciais para a ampliação de recursos econômicos, sociais e culturais. Busca-se resgatar o papel dos centros históricos enquanto lugares de memórias e história, que são, ao mesmo tempo, reflexo, condição e meio das complexas relações sociais de produção desencadeadas por agentes sociais heterogêneos em suas diversas espacialidades e temporalidades.

No Brasil, os processos de intervenção nos centros históricos implementados em muitas cidades brasileiras, a partir de 1960, têm evidenciado diversas práticas espaciais, ou seja, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço (Corrêa, 1995, p. 35). Tais práticas fundamentam as diferentes formas de se conceber o uso e apropriação desses espaços urbanos.

Essas ações intensificaram-se principalmente no final dos anos 1990, podendo ser considerados como um dos reflexos da redefinição do papel do estado e do município enquanto entes da federação, posto que estes passaram a ter um pouco mais de autonomia e receberam novas responsabilidades que antes pertenciam à União.

Assim como em outras cidades, a exemplo de Ouro Preto, Salvador, São Luis, Recife, João Pessoa, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, o Centro Histórico de Belém não ficou imune a esse processo.

O Centro Histórico de Belém foi regulamentado pela Lei 7.709 de 18 de maio de 1994, que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município, e é formado pelos bairros da Cidade Velha e Campina (conhecido popularmente como bairro do Comércio), os quais materializam no espaço o processo de ocupação e apropriação dos colonizadores portugueses em Belém.

Muitos prédios do patrimônio histórico e cultural, hoje tombados por órgãos das esferas federal, estadual e/ou municipal de poder, durante um longo

tempo ficaram “abandonados” à própria sorte, entrando em grande processo de deteriorização; outros foram submetidos a intervenções arbitrárias, o que descaracterizou sua estrutura arquitetônica para atender às atividades institucionais ou comerciais, ou ainda para servirem de estacionamentos e depósitos.

A utilização dos prédios do centro histórico para o desenvolvimento de atividades comerciais provocou grandes impactos estruturais: suas expressivas fachadas revestidas com azulejos portugueses cederam lugar a placas luminosas e de *marketing*, gerando uma enorme poluição visual e a degradação deles. Grande parte destes prédios passou a restringir-se ao abrigo de instituições públicas, mesmo assim, sofreram intervenções com vistas a adequá-los à sociedade moderna. Nesse contexto, grande parte desse patrimônio histórico e cultural passou por um grande processo de deterioração.

Depois de um largo espaço de tempo, nos últimos doze anos (1994-2006), têm-se percebido vários investimentos de capital por parte do poder público na área do Centro Histórico de Belém, a partir da execução dos projetos de intervenção nesse espaço urbano.

Vários prédios que remontam o passado da cidade e que por muito tempo não receberam, nem mesmo os devidos cuidados de manutenção, hoje passam por processos de intervenção, tanto em nível infra-estrutural quanto em sua funcionalidade; praças e ruas que até bem pouco tempo eram em grande parte tomadas por trabalhadores informais (peixeiros, camelôs, feirantes etc.), ou ainda por mendigos e pela prostituição, hoje vêm passando por processos intervencionistas, muitas vezes provocando o remanejamento desses trabalhadores para outras áreas ou para locais que receberam a padronização de barracas para se adequarem a esse processo.

No espaço delimitado como Centro Histórico de Belém, destaca-se o bairro da Cidade Velha, que se constituiu no embrião do núcleo urbano da cidade, visto que foi a primeira área de Belém a ser inserida na dinâmica capitalista de produção, no século XVII, apresentando, em função disso, características bastante peculiares, constituindo-se em um verdadeiro campo simbólico e de lutas sociais, que o diferencia dos demais bairros da cidade e o credencia como um espaço privilegiado de diferentes espacialidades e temporalidades.

Desta forma, mesmo submetido aos avanços da sociedade moderna, assim como os demais espaços do Centro Histórico de Belém, o bairro da Cidade Velha não perdeu sua importância histórica. Seu valor simbólico, enquanto um espaço que materializa diversas espacialidades e temporalidades tem sido resgatado nos últimos doze anos.

Diante deste fato, elegeu-se o bairro da Cidade Velha enquanto delimitação empírica do objeto de estudo dessa pesquisa. Tal escolha justifica-se pelo fato deste bairro concentrar grande parte do patrimônio histórico e cultural do Centro Histórico de Belém, que vêm sofrendo intervenções com vistas a resgatar seu papel enquanto recurso econômico, social e cultural, constituindo-se num grande laboratório do conjunto de relações dinâmicas e dialéticas que superpõem nesse território diversas concepções de uso e apropriação do espaço.

Considerando-se que a configuração sócio-espacial materializa no espaço as práticas sociais que o produz, expressas através de suas diversas espacialidades e temporalidades, e o fato de que grande parte dos projetos intervencionistas têm se concentrado no bairro da Cidade Velha, questionou-se **qual a lógica que explica a recente preocupação do poder público em intervir no Centro Histórico de Belém e quais suas implicações no processo de reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha?**

Partindo-se do princípio de que o espaço urbano é socialmente produzido por diversos agentes sociais e que estes, por conseguinte, possuem os mais diferentes, e muitas vezes divergentes interesses sociais, econômicos e culturais, os quais materializam no espaço práticas espaciais marcadas por complexas e dinâmicas territorialidades, indagou-se **como tem se dado a dinâmica de apropriação e reorganização do espaço urbano do bairro da Cidade Velha a partir do processo de intervenção no Centro Histórico de Belém e como as práticas espaciais engendradas na dinâmica de produção/apropriação do Centro Histórico de Belém têm propiciado as diversas territorialidades dos agentes sociais (Estado, comerciantes e moradores) envolvidos na produção do espaço urbano do bairro da Cidade Velha?**

Ao promover o processo de intervenção no Centro Histórico de Belém, o poder público imprime uma nova funcionalidade a uma parcela considerável do espaço da Cidade Velha, o que desencadeia uma reorganização sócio-espacial

nesse bairro, com vistas a atender aos novos papéis a serem desempenhados por esse espaço. Como este espaço urbano é produzido por diversos agentes sociais, questionou-se **que contradições/conflitos de territorialidades têm sido gerados na dinâmica sócio-espacial do bairro da Cidade Velha, entre os diversos agentes sociais (Estado, comerciantes e moradores) envolvidos no processo de produção/reprodução desse bairro, a partir do processo de intervenção no Centro Histórico de Belém?**

Partindo-se desses questionamentos, e, sobretudo, por entender que o bairro da Cidade Velha se constitui um *lócus* de análise geográfica, procurou-se, de um modo geral, compreender a reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha, a partir do processo de intervenção no Centro Histórico de Belém.

Especificamente, objetivou-se compreender a lógica que explica a recente preocupação do poder público em intervir no Centro Histórico de Belém, buscando analisar suas implicações no processo de reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha.

Procurou-se também compreender como tem se dado a dinâmica de apropriação e reorganização desse espaço urbano e como as práticas espaciais engendradas na dinâmica de produção/apropriação do Centro Histórico de Belém têm propiciado as diversas territorialidades dos agentes sociais que produzem o espaço urbano do bairro da Cidade Velha.

Por fim, buscou-se identificar as possíveis contradições/conflitos de territorialidades entre os diversos agentes sociais (Estado, comerciantes e moradores) envolvidos no processo de produção/reprodução do bairro da Cidade Velha, gerados na dinâmica sócio-espacial desse bairro, a partir do processo de intervenção no Centro Histórico de Belém.

Na perspectiva de se responder aos questionamentos anteriormente especificados, bem como buscar compreender a complexa dinâmica do processo de reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha, a partir do processo de intervenção no Centro Histórico de Belém, estabeleceu-se as seguintes hipóteses: os projetos de intervenção implementados pelo poder público no Centro Histórico de Belém têm obedecido à lógica do planejamento urbano “mercadófilo”, cuja nova funcionalidade dos patrimônios e sítios urbanos tem se traduzido na musealização dos mesmos, com vistas a promover o aumento da

competitividade econômica da cidade e sua capacidade de atrair investimentos; a dinâmica de apropriação e reordenação sócio-espacial que vem sendo implementada pelo poder público, com vistas a intervir no Centro Histórico de Belém, tem gerado contradições/conflitos de territorialidades entre os diversos agentes sociais (Estado, comerciantes e moradores) envolvidos no processo de produção/reprodução do bairro da Cidade Velha; as possíveis contradições sócio-espaciais desencadeadas a partir do processo de intervenção no Centro Histórico de Belém têm como cerne as diversas concepções de uso do espaço urbano, quais sejam: enquanto valor de troca e enquanto valor de uso.

Para tanto, ao buscar compreender o processo de reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha, a partir do processo de intervenção no Centro Histórico de Belém, fez-se necessária a adoção de uma série de procedimentos metodológicos, imprescindíveis para a análise e interpretação da complexidade das relações sociais de produção que se materializam nesse espaço urbano.

Dada à complexidade destas relações, optou-se pelo materialismo histórico e dialético como método de interpretação, a partir do qual se buscou pautar o desenvolvimento da pesquisa.

Tal escolha justifica-se no fato de se considerar o espaço urbano enquanto um *constructo* social; condição, produto e meio das relações sociais de produção que se configuram a partir de diversas práticas espaciais; um campo de lutas que materializa as diferentes formas com que os agentes sociais de produção concebem, apropriam-se, organizam e reorganizam o espaço com vistas a atender seus interesses e necessidades, produzindo uma dinâmica sócio-espacial que configura diversas espacialidades e temporalidades complexas.

Partindo deste princípio, adotou-se como método de investigação para o desenvolvimento da pesquisa o levantamento e análise bibliográfica e documental; análise de mapas; acervo fotográfico e coleta de dados a partir de entrevista semi-estruturadas e aplicação de questionários.

Como primeira etapa do desenvolvimento do projeto de pesquisa, tornou-se indispensável o levantamento e análise bibliográfica com o objetivo de fundamentar a matriz teórico-conceitual da pesquisa.

A análise e revisão bibliográfica constituíram-se enquanto etapa primordial no sentido de delinear a revisão de conceitos e categorias que

embasam teoricamente a dissertação. Para tanto, foram feitas leituras e fichamentos de várias obras que abordam os conteúdos da temática proposta.

Dando prosseguimento ao desenvolvimento da dissertação, foram feitas pesquisas documentais em vários órgãos públicos da cidade. Dentre eles, merecem destaque, a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), a Secretaria Executiva de Cultura do Estado (SECULT), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Programa Monumenta em Belém, cuja sede funciona no Museu de Arte de Belém (MABE).

O acesso e análise de uma série de documentos oficiais existentes nesses órgãos contribuíram para uma maior confrontação entre os dados adquiridos e as diversas práticas espaciais produzidas no bairro da Cidade Velha.

Nestes órgãos, priorizou-se o acesso à legislação, planos de revitalização e reabilitação do Centro Histórico de Belém, projetos de intervenção implementados no bairro da Cidade Velha e pareceres emitidos pelos diversos órgãos patrimoniais.

Buscou-se também acesso ao acervo mapotécnico, bibliográfico e fotográfico dentre outros documentos oficiais que possibilitaram uma maior compreensão da organização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha, antes e depois da implantação desses projetos intervencionistas.

A análise desses documentos se constituiu numa etapa fundamental para se compreender a lógica de atuação do poder público no sentido de intervir nesse espaço urbano.

Para atender à necessidade de confrontação entre a realidade objetiva e os objetivos, problemáticas e hipóteses delimitadas nesta pesquisa, foram feitas entrevistas semi-estruturadas e gravadas com cinco agentes sociais que representam setores do poder público diretamente ligado aos órgãos patrimoniais responsáveis pelos projetos de intervenção no Centro Histórico de Belém, como o IPHAN, a SECULT (DEPHAC) e a FUMBEL (DEPH), bem como, a Coordenação do Programa Monumenta Belém (UEP). Tais entrevistas objetivaram compreender a lógica que justifica a recente preocupação do poder público em intervir no Centro Histórico de Belém e foram realizadas no período de dezembro de 2006 a fevereiro de 2007.

Optou-se também pela aplicação de questionários para quarenta moradores e vinte comerciantes, buscando-se compreender como tem se dado a dinâmica de apropriação e reorganização do bairro da Cidade Velha, a partir do processo de intervenção no Centro Histórico de Belém e de que forma as práticas espaciais engendradas nesse processo tem propiciado as diversas territorialidades desses agentes sociais que produzem esse espaço urbano.

A seleção dos moradores teve como critério o grau de conservação dos imóveis residenciais distribuídos nas diversas quadras que configuram o bairro da Cidade Velha, especialmente na área de abrangência do Centro Histórico de Belém, escolhendo-se imóveis em elevado grau de degradação de suas fachadas até aqueles que passaram por recentes restaurações. Tais questionários foram aplicados entre os meses de fevereiro e março do corrente ano.

Em relação aos estabelecimentos comerciais, foram aplicados questionários, também em fevereiro e março, nos estabelecimentos que passaram a atuar nos espaços dos patrimônios que sofreram intervenções e foram refuncionalizados; estabelecimentos que se localizam no entorno da área dos projetos de intervenção, bem como estabelecimentos mais antigos do bairro, independentemente de sua proximidade da área dos projetos.

Todos esses procedimentos metodológicos nortearam as várias etapas de desenvolvimento da pesquisa, contribuindo para a análise e sistematização de dados relevantes para a elaboração da presente dissertação, visando uma análise crítica e reflexiva da atual dinâmica de reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha, a partir do processo de intervenção no Centro Histórico de Belém.

A preocupação e interesse acerca dos processos de intervenção nos centros históricos há muito vem sendo objeto de pesquisa de diversos cientistas, em especial, arquitetos, urbanistas e historiadores. Já os estudos desses processos, a partir de uma análise geográfica são mais recentes. Nesse sentido, fez-se necessário o estabelecimento de um maior diálogo com estes cientistas - através de revisão bibliográfica -, com o intuito de se buscar fundamentações teórico-metodológicas que permitissem uma maior compreensão acerca das transformações sócio-espaciais que vem ocorrendo nestas áreas.

Resgatar o processo de produção e apropriação sócio-espacial dos centros históricos, no contexto de consolidação do capital monopolista

multinacional, e as novas funcionalidades que, nas últimas décadas, têm sido implementadas pelo poder público nesses espaços, tornaram-se condições imprescindíveis à compreensão da dinâmica das práticas espaciais engendradas pelos diversos e heterogêneos agentes sociais de produção do espaço urbano do bairro da Cidade Velha.

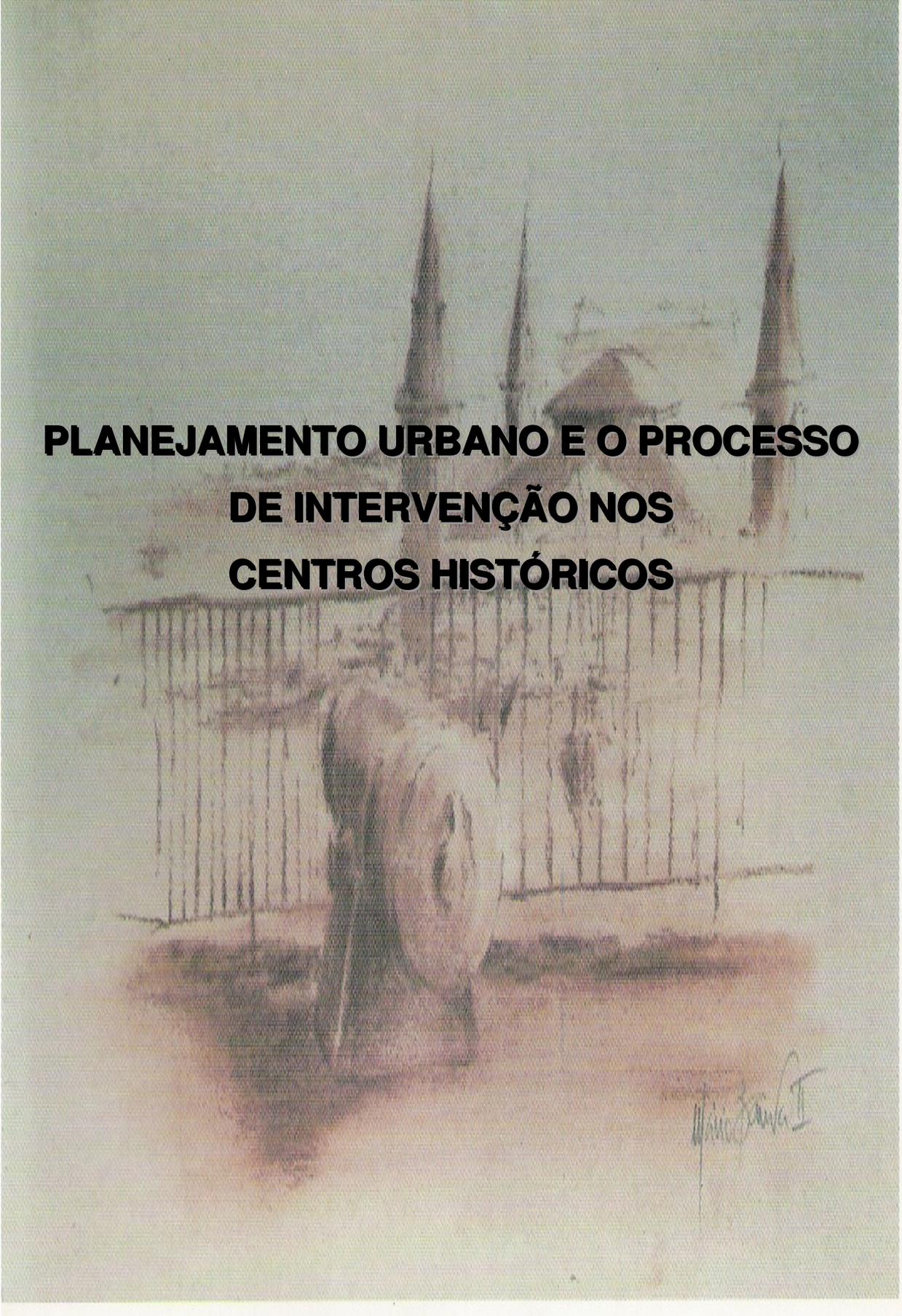
Partindo desta perspectiva, estruturou-se a presente dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “**Planejamento urbano e o processo de intervenção nos centros históricos**”, fez-se uma breve reflexão acerca do que vem a ser o planejamento urbano, buscando analisar qual o seu papel no processo de gestão e ordenamento do espaço urbano; e, neste sentido, a sua contribuição em relação ao processo de intervenção nos centros históricos das cidades.

O segundo capítulo, denominado “**A (re)organização sócio-espacial do bairro da cidade velha**”, visa resgatar o processo de organização e reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha em suas diversas temporalidades, bem como analisar os vários projetos de intervenção implementados nessa área do Centro Histórico de Belém, com vistas a revalorizar esse espaço urbano.

O terceiro e último capítulo, intitulado “**Olhares sobre o bairro da cidade velha: uma análise dos projetos de intervenção nesse espaço urbano de Belém**” procura analisar os impactos gerados pelos diversos projetos intervencionistas a partir da perspectiva de diversos agentes sociais, e mais especificamente, do Estado, dos comerciantes e dos moradores que produzem esse espaço urbano.

Considera-se que a ciência geográfica muito tem a contribuir para a análise dos projetos de intervenções implementados, nos últimos doze anos, pelo poder público no Centro Histórico de Belém, e mais especificamente no bairro da Cidade Velha, bem como de projetos que ainda poderão vir a ser implementados, cujas temáticas relativas a esse processo têm sido pouco estudadas pelos geógrafos belenenses.

É a partir destes princípios, e sem a pretensão de querer esgotar as possibilidades de discussão acerca desta temática, que se considera relevante o desenvolvimento da presente dissertação.



**PLANEJAMENTO URBANO E O PROCESSO
DE INTERVENÇÃO NOS
CENTROS HISTÓRICOS**



1- PLANEJAMENTO URBANO E O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NOS CENTROS HISTÓRICOS

1.1. Planejamento urbano e seu papel no processo de ordenamento e gestão do espaço urbano

Em meados do século XX, e, sobretudo a partir da década de 60, as cidades brasileiras passaram por um grande crescimento populacional devido às transformações sócio-espaciais ocorridas no país: consolidação da atividade industrial, modernização da agricultura, intensificação dos conflitos agrários, dentre outras.

Tais transformações evidenciaram, cada vez mais, o aumento de problemas sócio-econômicos e espaciais nas cidades, visto que o desenvolvimento urbano não foi acompanhado proporcionalmente pelo desenvolvimento industrial, o que desencadeou uma série de discussões, tanto acerca da necessidade de se promover medidas que propiciassem o planejamento urbano, quanto da análise do papel deste planejamento no processo de ordenamento e gestão do espaço urbano.

O acelerado processo de tecnicização do território, ocorrido no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, devido aos avanços científicos e tecnológicos e de sua consolidação industrial, insere-se no contexto denominado técnico-científico-informacional, que de acordo com Santos (2001, p.38) “é marcado pela presença de ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas”.

Essa inserção deu-se de forma muito rápida e intensa, fortalecendo o papel das cidades enquanto *lócus* privilegiado da reprodução das relações do capital e produzindo uma transformação radical na vida da população, visto que o processo de centralização necessária à reprodução ampliada do capital materializa-se no espaço urbano, aqui entendido enquanto,

objetivação geográfica do estudo da cidade [...] Fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas. É



também onde os diferentes grupos sociais vivem e se reproduzem. Isso envolve de um lado o cotidiano e o futuro. De outro, envolve crenças, valores, mitos, utopias e conflitos criados no bojo da sociedade de classes e em parte projetados nas formas espaciais. (CORRÊA, 2001, p. 145-150).

Neste sentido, a partir da consolidação e modernização da atividade industrial intensificou-se o processo de urbanização. Como o desenvolvimento do modo de produção capitalista implica a tendência não somente à aglomeração populacional, mas também, dos meios e unidades de produção expressas através da ação dos diversos e divergentes atores sociais que atuam no processo de apropriação/produção/reprodução do espaço, a estrutura urbana materializa o movimento das contradições das classes sociais em suas lutas por melhorias nas condições de vida e acesso às decisões, posto que todo esse processo evidenciou a intensificação dos problemas urbanos: expansão das favelas e periferias; poluição sonora, visual, atmosférica e hídrica; congestionamento do trânsito; violência; expansão do tráfico de drogas; aumento das disparidades sociais e espaciais; depredação e deteriorização dos patrimônios históricos e culturais, dentre outros.

No afã de mediatizar essas contradições tem sido desenvolvido no Brasil uma série de

planos de ação e programas públicos que, de acordo com o discurso oficial, visam eliminar ou minimizar as disparidades sócio-espaciais através de mecanismos fiscais e reguladores que buscam compensar a escassez de investimentos e melhorar algumas áreas, com participação do setor privado (LIMA, 2000, p.38).

Diante desta proposição, o que vem a ser o planejamento urbano? Qual a sua importância no processo de ordenamento e gestão do espaço urbano?

O planejamento urbano, como qualquer tipo de planejamento, é uma atividade que remete sempre ao futuro. É uma forma que os homens têm de tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo, e a partir deste conhecimento procurar se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar melhor possíveis benefícios (SOUZA, 2004, p.15 e 16).

Partindo deste princípio, pode-se perceber que apesar do planejamento urbano não se constituir como a solução de todos os problemas existentes, um bom planejamento pode vir a contribuir para a antecipação de vários problemas



com vistas a evitar ou minimizar seus impactos, aumentando, assim, as chances de se conseguir reduzir as disparidades sócio-espaciais.

De acordo com Souza (2004), ao contrário do planejamento urbano que se constitui, enquanto uma atividade do futuro, a gestão urbana, é uma atividade que remete ao presente, ao *aqui* e *agora*. Ela é a administração de determinadas situações dentro de uma conjuntura, com os recursos disponíveis no presente, tendo em vista as necessidades imediatas. Portanto,

a gestão se refere a atividades diversas que têm por horizonte temporal o momento imediato e o curto prazo e muitas dessas atividades foram, por assim dizer, planejadas (isto é, previstas e preparadas) anteriormente. (SOUZA, 2004, p.16-17)

Partindo dessa proposição, entende-se que planejamento e gestão urbana são atividades interdependentes e complementares que se forem propostas e executadas de forma séria podem possibilitar ações transformadoras que visem uma maior justiça social. Neste contexto, Souza (2004, p. 24) afirma que o “planejamento e a gestão são práticas necessárias a toda e qualquer sociedade humana. [...] São expressão de *interesses e de pressões de grupos sociais*”, são, portanto, práticas eminentemente políticas, “uma vez que envolve *relações de poder*, conflitos e interesses de grupos, classes, instituições, empresa, etc.”.

Na sociedade capitalista, como é o caso do Brasil, as relações de poder entre a classe capitalista – detentora dos meios de produção - e a classe trabalhadora – que por não possuir meios de produção é obrigada a vender sua força de trabalho –, é uma relação muito desigual e conflitiva, e o Estado tende a ser controlado pelas classes dominantes (os capitalistas), visando, portanto, manter o *status quo*.

Considerando-se o espaço urbano, enquanto um produto social construído ao longo dos tempos; percebe-se que ele é “assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORRÊA, 1989, p. 09), e que ele é produzido por “agentes que acabam por definir tipos diferenciados de apropriação do espaço” (TRINDADE JR., 2004, p. 01), com ações e interesses extremamente complexos, que reorganizam o espaço através de diversas práticas espaciais. Neste contexto, podem-se destacar como os principais agentes produtores deste espaço “os



proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1989, p.12).

Levando-se em consideração que apesar de atuarem de forma diferenciada, os quatro primeiros agentes anteriormente destacados têm muitos interesses comuns, priorizaremos, nesta análise, a ação do Estado e dos grupos sociais¹ no que diz respeito ao planejamento urbano.

Numa visão conservadora, pode-se afirmar que o Estado (nas escalas federal, estadual e municipal) é o único agente responsável pela elaboração e implementação do planejamento urbano, visto que sua produção está a serviço da classe dominante e por isso mesmo tal planejamento é realizado para beneficiá-la.

Partindo-se do suposto de que o Estado é o agente da elaboração do planejamento urbano por excelência, pode-se afirmar que toda e qualquer proposta deste agente produtor do espaço deve ser rejeitada, posto que apenas serviria para perpetuar a sociedade capitalista.

Essa forma de conceber o planejamento deve-se, sobretudo, às propostas desencadeadas pelo Estado no decorrer do regime militar, implantado no Brasil, em meados da década de 60 e extinto apenas em 1985. Durante esse período, a “ordem e a segurança nacional” eram mantidas pela repressão, através da qual foram reprimidas todas as tentativas de reivindicações com vistas a transformar a realidade sócio-econômica e espacial da época.

Neste contexto, o planejamento urbano proposto pelos militares, de fato, era conservador, pois representava a manutenção da ordem política e econômica vigente no país.

De acordo com Souza (2004, p. 42-43), o objetivo do planejamento urbano proposto pelos militares era:

ordenar a cidade de forma que a ação dos diferentes tipos de capitais (principalmente o imobiliário e industrial) pudesse ser facilitada; em outras palavras, buscava ordenar a cidade para permitir maiores possibilidades de lucro. É nesse contexto extremamente autoritário que vai acontecer uma série de intervenções e transformações nas cidades, intensificando e consolidando a segregação residencial. Isso ocorreu tanto como consequência direta de estratégias de planejamento estatal

¹ Dentre os diversos grupos sociais, neste caso, trabalhar-se-á especificamente o grupo representado pelos moradores do bairro da Cidade Velha – Belém/PA.



como por influência do modo político-econômico adotado, a exemplo da especulação imobiliária, bastante tolerada.

É justamente durante o regime militar, que se intensificam as transformações sócio-espaciais no país. O processo de modernização do campo, a concentração fundiária e o aumento da violência no espaço agrário irão forçar o deslocamento de um grande número de camponeses para a cidade, em busca da tão sonhada melhoria das condições de vida, fazendo com que rapidamente expanda-se o aparecimento de favelas e loteamentos periféricos sem a infraestrutura adequada às mínimas condições de sobrevivência.

Diante desta conjuntura, os militares criaram instituições voltadas para o planejamento e tratamento dos problemas urbanos, tais como: o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), que tinha como incumbência dar suporte técnico na elaboração de planos diretores; o Banco Nacional de Habitação (BNH), com vistas a “facilitar” o acesso à casa própria; a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), que foi extinta e substituída pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), também extinto na década de 80 e mais recentemente, representado pelo Conselho das Cidades.

De um modo geral, as ações da maioria dessas instituições foram marcadas por um grande fracasso do ponto de vista da efetivação de práticas que realmente pudessem propiciar a redução das desigualdades sociais.

A intensificação das transformações sócio-espaciais, evidenciada, sobretudo na década de 80, fez com que a sociedade civil organizada desencadeasse uma forte pressão sobre o Estado, visto que este era considerado como o principal legitimador desse processo, colocando em xeque as diretrizes do planejamento urbano conservador e fortalecendo o apelo a políticas públicas urbanas mais democráticas.

É nesse contexto de lutas por uma maior equidade social, ou seja, busca de “equilíbrio na distribuição dos benefícios da urbanização através da reforma urbana e via o suprimento de infra-estrutura e habitação em benefício dos grupos sociais em desvantagem” (LIMA, 2000, p. 3), que, a partir de meados da década de 80, com o fim da ditadura militar, o Brasil começa a passar por um processo de redemocratização, abrindo espaço para a proposição de planejamentos pautados em visões mais progressistas de gerir a cidade.



Ainda neste período, prevaleceram as práticas conservadoras, sendo que as mesmas foram perdendo ou redefinindo o antigo e rígido caráter regulatório pautado em “normas, leis e ações criadas pelo Estado para regular e normatizar os diferentes usos dos espaços da cidade” (SOUZA, 2004, p. 51-52).

Esse enfraquecimento do caráter regulatório do planejamento estatal, deve-se também às fortes crises econômicas enfrentadas no decorrer da década de 80 e início da década de 90, que propiciaram a intensificação dos movimentos sociais com vistas à luta pelo processo de redemocratização no país, que se traduziram na redefinição do papel dos entes da federação. Diante deste processo, redefiniu-se o papel da União que repassou algumas de suas responsabilidades para os estados e municípios após a homologação da Constituição de 1988.

De acordo com Costa (2004, p, 7), o Estado nacional passou a ter necessidade de considerar as mudanças em curso derivadas do acelerado aprofundamento do particular sistema federativo brasileiro, o que evidenciou o complexo arranjo de repartição político-territorial do poder nacional: “1- Reduziu a importância da União; 2- Revalorizou os papéis dos estados; 3- introduziu a singular autonomia aos municípios” .

Desta forma, enfraquece a concepção de ordenamento territorial, como uma rede de controle hierarquizada, rígida e unidirecional do Estado no território, minimizando-se a função do planejamento, o que não quer dizer que o planejamento regulatório tenha sido extinto.

Uma análise superficial acerca do planejamento urbano adotado no Brasil, a princípio, faz pensar que o planejamento de fato é conservador e serve apenas à classe dominante e ao sistema capitalista ao criar mecanismos para a manutenção do *status quo* sócio-político-econômico e espacial dos capitalistas. Tal concepção é, em certa medida, correta, no entanto, de acordo com as proposições de Souza (2004, p. 20), a mesma torna-se reducionista e simplista em dois pontos:

1. Quanto à concepção de Estado e sua dinâmica, ignorando que o Estado capitalista, embora tenda a implementar políticas que contribuem para perpetuar o *status quo* econômico-social (servindo, assim, aos interesses capitalistas em sentido mais amplo), pode em determinadas circunstâncias, ser ocupado por forças políticas comprometidas com algum tipo de mudança na direção de mais justiça social;



2. Ao reduzir o planejamento às ações do Estado, esquecendo-se que grupos da sociedade civil também podem (e devem) conceber propostas e lutar para implementá-las (normalmente alternativas àquilo que é proposto pelo Estado).

Ainda para este autor, o Estado em uma sociedade capitalista marcada por conflitos, contradições e imensas desigualdades sócio-econômicas e espaciais,

tende a promover ações de planejamento e gestão que, normalmente, facilitam a manutenção das desigualdades (por exemplo, a segregação residencial, as diferenças de infra-estrutura entre bairros pobres e bairros ricos etc.). Mas é por isso também que, mesmo no que se refere ao planejamento estatal, não se pode dizer que ele esteja condenado a ser sempre algo com um conteúdo antipopular. Tudo dependerá da correlação de forças que se estabelece na sociedade, a qual acabará determinando o perfil da ação do aparelho de Estado. (SOUZA, 2004, p. 28).

Essa forma de conceber o planejamento está atrelada a uma concepção mais progressista acerca do planejamento, fundamentada no princípio de que o Estado é apenas um (e não o único, e não necessariamente o mais importante) dos agentes envolvidos no processo de elaboração e implementação do planejamento urbano.

De acordo com Souza (2004), tal concepção parte do suposto de que a sociedade civil organizada não só é um importantíssimo ator social, como pode vir a ser o mais interessado proponente de ações alternativas no ato de planejar, bem como de pressionar o Estado, para que de fato as políticas de ordenamento e gestão do espaço urbano possam vir a ser efetivadas a contento; pois são eles os mais diretamente atingidos pelas mesmas, sofrendo mais intensa e injustamente com as ações segregacionistas de uso do solo urbano.

Neste sentido, os movimentos sociais podem vir a atuar criticamente com vistas a buscar eliminar, ou pelo menos, conseguir minimizar os impactos gerados pela apropriação e uso extremamente desigual do espaço urbano. Estes podem agir como verdadeiros sujeitos do processo de produção do espaço, que lutam por seus direitos propondo alternativas com o objetivo de promover uma maior justiça social, ao invés de serem meros sujeitos passivos do/no processo de ordenamento e gestão do espaço urbano.

Os *movimentos sociais* são um tipo especial de ativismo. [...] o fato é que eles representam um grau razoavelmente elevado (ou até bastante elevado) de organização e de contestação da ordem social vigente (capitalismo, racismo ou qualquer forma de opressão). Estão voltados para transformações mais ou menos profundas da sociedade, têm o



horizonte de luta ampliado, ou seja, não fazem reivindicações puramente pontuais; pelo contrário, atuam em diversos níveis (e não apenas localmente), com preocupações de alcance maior como o aumento da justiça social, o combate à desigualdade, as críticas à segregação residencial e a luta contra o racismo, entre outras. (SOUZA, 2004, p. 84)

Dentre os diversos movimentos sociais existem aqueles que estão mais organizados em torno da luta de questões diretamente vinculadas ao espaço urbano. O foco de ação desses movimentos não se restringe apenas à escala dos bairros ou das ruas, mas dependendo do nível de organização dos mesmos, atuam também em escalas mais abrangentes em nível da cidade, e às vezes até mesmo interagindo com outros grupos sociais que agem em nível nacional e/ou internacional.

No Brasil, um grande exemplo desses movimentos foi a atuação do Movimento pela Reforma Urbana (MRU), que teve forte influência nas ações que desencadearam a formulação dos artigos 182 e 183, os quais versam sobre a política urbana nacional e foram promulgados na Constituição Federal de 1988.

Estes artigos estabelecem uma série de diretrizes políticas para que os gestores municipais implementem ações estratégicas referentes ao uso e ocupação do espaço urbano, cujo principal instrumento é o Plano Diretor do município, explicitado no 1º e 2º parágrafos do artigo 182 do capítulo II da Constituição, que trata da política urbana.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. (BRASIL, 1988, p. 121)

Essas diretrizes reforçam o papel do planejamento e da gestão no processo de institucionalização da política urbana brasileira visando uma descentralização e a busca de garantia de um maior desenvolvimento sócio-econômico do país. Neste sentido, o planejamento tem um papel fundamental na organização do espaço urbano, pois a partir dele os governos municipais deverão prever estratégias de gestão que possam vir a contribuir para uma organização sócio-espacial que possa propiciar uma maior equidade entre os diversos agentes sociais que produzem o espaço geográfico da/na cidade.



Tais estratégias de planejamento buscam estabelecer leis que regulamentem a apropriação, uso e ocupação do solo urbano pelos diversos agentes sociais, os quais desenvolvem práticas espaciais que materializam no espaço urbano diferentes, e em muitos casos divergentes, interesses e necessidades. Dentre estas Leis, destaca-se o Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257 de 10 de Julho de 2001) e os Planos Diretores Municipais, que de acordo com o artigo 182 da Constituição de 1988, são obrigatórios para todas as cidades com mais de vinte mil habitantes.

Apesar das conquistas e avanços referentes ao ordenamento do espaço urbano garantidos pela promulgação destas leis, ainda não é muito perceptível, na maioria das cidades brasileiras, o resultado de ações que assegurem “o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas” (BRASIL, 2001, p.121).

Em atendimento ao objetivo primordial dos Planos Diretores Municipais, qual seja o de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988, p. 121), a Prefeitura Municipal de Belém promulgou a Lei Nº 7.603, de 13 de Janeiro de 1993, que dispõe sobre o Plano Diretor Urbano de Belém, cujo artigo 1º estabelece em sua diretriz que

o Poder Público promoverá o desenvolvimento de Belém pela melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e usuários, resultante do fortalecimento de sua base econômica, da partilha de bens, serviços e qualidade ambiental oferecidos, obedecendo às diretrizes gerais abrangentes e específicas estabelecidas nesta lei, e cumprindo as determinações constantes das Constituições Federal e Estadual, e da Lei Orgânica do Município de Belém. (BELÉM, 1993, p. 5).

Para Lima (2000), o aspecto mais inovador do Plano Diretor Urbano de Belém é evidenciado por sua definição do que se constitui a função social da cidade e da propriedade, expressa a partir da análise de seu artigo 140:

A propriedade urbana exerce sua função social quando a estrutura da cidade garante [aos moradores] o provimento de suas necessidades sociais, na busca da igualdade de acesso aos bens e serviços públicos, conforme consta do Plano Diretor [com a condição de que], ao se realizarem [na propriedade] ações governamentais em benefício da cidade, isso não se transforme em lucro da especulação imobiliária a partir do investimento público (LIMA, 2000, p. 185).



Nesta perspectiva, o Plano Diretor Urbano de Belém, em seu Parágrafo 1º do Artigo 140, define como atividades de interesse urbano inerentes às funções sociais da cidade para o bem estar coletivo:

- a) habitação;
- b) produção de comércio e bens;
- c) prestação de serviços;
- d) circulação de pessoas, veículos e mercadorias;
- e) preservação do patrimônio histórico, cultural, ambiental e paisagístico;
- f) segurança;
- g) preservação dos recursos necessários à vida urbana, tais como mananciais, as áreas florestadas ou arborizadas, os cursos d'água, e a faixa litorânea;
- h) produção cultural. (BELÉM, 1993, p. 33)

Dentre estas diversas atividades de interesse urbano inerentes às funções sociais da cidade, dar-se-á ênfase às ações do poder público relacionadas à alínea e do Parágrafo 1º deste Artigo, referente à “preservação do patrimônio histórico, cultural, ambiental e paisagístico” de Belém, dada a especificidade do objeto de estudo desta pesquisa, qual seja, buscar desvendar a lógica que explica a recente preocupação do poder público em intervir no Centro Histórico de Belém e a reorganização sócio-espacial que tem sido gerada no bairro da Cidade Velha a partir desse processo.

Como o Plano Diretor Urbano de Belém foi elaborado, enquanto um plano de princípios e diretrizes com vistas a promover a função social da cidade, previsto na Constituição Federal, uma série de Leis Complementares tiveram de ser promulgadas com o intuito de melhor regular a implementação das ações previstas em seus diversos artigos.

Nesta perspectiva foi promulgada a Lei Nº 7.709, de 18 de maio de 1994, que dispõe sobre “a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém” (BELÉM, 1994, p. 3), e que em seu Artigo 1º, alínea V, define como um dos bens patrimoniais de natureza material e imaterial relacionados à identidade, à memória e a ação dos diversos agentes sociais produtores do espaço belenense

os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscências da formação de nossa história cultural, dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BELÉM, 1994, p. 3).



O conceito de Centro Histórico, normalmente é associado “à origem do centro urbano, conseqüentemente, à valorização do passado” (CARRION 1998 *apud* VARGAS & CASTILHO, 2006, p. 2). Esta concepção é bastante criticada por criar a noção de que as demais partes da cidade não contribuem para a construção histórica do espaço urbano.

Para Huyssen (2000 *apud* VARGAS & CASTILHO, 2006, p. 3) o Centro Histórico “não deve, portanto, ser analisado como se fosse um lugar predestinado à *fantasmagoria de perda* causada mais pelo desaparecimento das referências do presente do que pela real saudade do passado”. É nesta direção, que para Vargas & Castilho (2006, p. 3) “são valorizados os lugares geográficos, os elementos arquitetônicos (religiosos e civis) e, por extensão, urbanos (estrutura urbana e bairros), em detrimento do conteúdo social”.

A definição de Centro Histórico, de acordo com Carrion (1998 *apud* VARGAS & CASTILHO, 2006, p. 3) “implica a presença de uma cidade de diversidade étnica, portadora de processos históricos conflituosos, com milhares de anos de existência em permanente contradição”.

Partindo desta perspectiva, acredita-se que toda proposta de intervenção nos centros históricos deve partir do princípio de que apesar de concentrar em seu espaço os testemunhos do passado, ele é dinâmico, constituindo-se enquanto reflexo e condição social de diversas espacialidades e temporalidades construídas pelos diferentes agentes sociais que o produzem.

Em relação às ações do poder público, em suas diversas esferas (federal, estadual e municipal) relacionadas a projetos intervencionistas nos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, percebe-se que nos últimos doze anos, têm ocorrido investimentos de capital público, na área do Centro Histórico de Belém, promovendo significativa transformação sócio-espacial a partir do processo de intervenção nesse espaço urbano.

O Centro Histórico de Belém (Mapa 1), de acordo com a Lei de Desenvolvimento Urbano (Lei Nº 7.401/88) que dispõe sobre as diretrizes de estruturação espacial da Região Metropolitana de Belém (RMB), é constituído pelos bairros da Cidade Velha e Campina (conhecido popularmente como bairro do Comércio), os quais materializam no espaço o processo de ocupação e apropriação dos colonizadores portugueses em Belém. Em 1994, foi criada a Lei



7.709, que regulamenta o Centro Histórico de Belém e seu entorno, além de estabelecer as diretrizes que devem nortear e estimular a elaboração dos projetos de intervenção naquela área.

1.2. A compreensão do processo de intervenção no Centro Histórico e suas implicações na re-organização sócio-espacial do espaço urbano

Considerar a cidade enquanto um território de lugares de memórias e histórias (KURI, 2006), conduz-nos a pensar o espaço urbano enquanto um *constructo* social, cuja existência se justifica a partir da experiência humana revelada através das diversas práticas espaciais que o produz.

Tais práticas revelam as diferenças, diversidades culturais e heterogeneidades sociais expressas nas diversas concepções de uso do espaço urbano, definindo-o historicamente enquanto um *lócus* de relações sócio-políticas, econômicas e culturais extremamente complexas.

Esta complexidade deve ser compreendida a partir da interdependência e interconexão global impulsionada por processos sociais locais, regionais e mundiais desencadeados pelas alterações ocorridas nas relações entre o Estado, a sociedade e o território; e dos avanços científico-tecnológicos que têm contribuído para intensificar as diferenças e desigualdades sócio-espaciais, bem como redimensionar as relações entre o público e o privado; as mudanças nas formas de exercício de cidadania, refletindo-se nas formas de gestão dos governos, no papel das instituições e da sociedade frente aos fenômenos e problemas da cidade no contexto global.

Partindo deste princípio, Kuri (2006, p.106) afirma que

en el contexto de estos procesos, un lugar estratégico para pensar las transformaciones de la ciudad y de la vida social es el espacio público donde cobran visibilidad y se territorializan las nuevas y pre-existentes realidades urbanas.

MAPA 01: DIVISÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM



Neste sentido, considera-se que o espaço público de Belém, e em especial o do bairro da Cidade Velha, que concentra grande parte do patrimônio do Centro Histórico da cidade que vem passando por processos de intervenção, é um exemplo de lugar onde se superpõem formas diferentes de vida pública, representações sócio-espaciais tradicionais e modernas, símbolos e práticas locais e globais, constituindo-o como um lugar de encontro e desencontros. Nele coexistem realidades que fragilizam sua capacidade integradora e democrática, tais como: deficitárias condições de vida, fenômenos de massificação e fragmentação, formas de exclusão, de insegurança etc., demonstrando que não existe um espaço público e sim espaços públicos que se desenvolvem com lógicas distintas e que por isso não podem ser compreendidos à margem da dinâmica de apropriação/produção dos agentes que os produzem socioespacialmente.

Para Salgueiro (2003, p. 99),

a cidade é um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes. Todo lugar é produto social, e, portanto espacialidade, apropriado pelas práticas sociais na satisfação das necessidades individuais e coletivas de reprodução e identificação. Na cidade encontramos coexistência de espaços apropriados para diferentes usos e funções e com diferentes ritmos ou em diferentes tempos [...].

Considerando os diversos usos e funções dos espaços da cidade, o bairro da Cidade Velha (MAPA 02), em Belém, constitui-se como um espaço privilegiado de encontro, de relações e de atividades que atuam como referencial de identidade porque reúne elementos simbólicos que criam laços de continuidade individual e coletiva, distinguindo-se dos demais espaços da cidade por evidenciar em sua paisagem, estruturas, formas e imagens de testemunhos urbanos significativos. Este bairro representa espacialidades e temporalidades em que se superpõem distintos processos de sua história urbana, materializados em elementos emblemáticos e memoriais da cidade antiga, que Santos (1999, p. 113) denomina de rugosidades, as quais correspondem

ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que eles são uma parte desse espaço-fator. [...] Esses conjuntos de formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercer funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. O trabalho já feito se

MAPA 02: BAIRRO DA CIDADE VELHA



impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas.

Ao concentrar em seu espaço os bens patrimoniais que se constituem como reflexo e condição das relações sociais de produção, os centros históricos, revertidos de diversas espacialidades e temporalidades, materializam no espaço elementos materiais e imateriais que evidenciam suas particularidades e sua importância no processo de produção e apropriação do espaço urbano.

Assim, os aspectos inscritos em torno das materialidades construídas e no imaginário dos habitantes e usuários contribuem, tanto para o desenvolvimento de formas de identidades com o espaço histórico compartilhado por grupos sociais e culturalmente heterogêneos, como para a construção de diferentes discursos e significados em torno do lugar comum como patrimônio de todos.

O termo patrimônio é de origem romana - *patrimonium*, e tem, ao longo dos tempos, passado por diversas concepções, desde a que o concebe enquanto patrimônio nacional até a noção contemporânea, que o compreende enquanto “um bem coletivo e multifacetado que foi sendo formado ao longo de sua história, e que se compõe de valores culturais, econômicos e sociais” (BELÉM, 2001, p.1).

Ao longo dos tempos, o conceito de patrimônio adquiriu diferentes significados. Para Pellegrino (2002, p. 1),

Em sentido amplo, podemos considerar que os bens patrimoniais são materialidades e práticas culturais que, ao serem contempladas e despertarem a reflexão, destacam-se no tecido urbano e no conjunto das manifestações populares por mediarem distintos fatos históricos memoráveis, personagens ilustres ou por representarem heranças técnicas, estéticas e culturais de temporalidades passadas. O sentido geral de patrimônio se compõe tendo como princípio estrutural os distintos tipos de elementos que presentificam o passado e encarnam um sentido de continuidade devido às suas particularidades. Bens provenientes de diferentes temporalidades carregam os traços culturais de seu tempo e os referenciam como passado presente. Transpondo este princípio para o urbano temos o ‘deixar’, ou melhor, a permanência de bens materiais ou imateriais compondo um espaço em suas múltiplas paisagens.

O conceito de patrimônio tem passado por transições significativas, imprimindo-lhe particularidades e propósitos implícitos na forma de concebê-lo enquanto patrimônio construído, evidenciando a passagem da concepção de patrimônio histórico para de patrimônio cultural, com vistas a enfatizar a dimensão



cotidiana do processo de produção e apropriação dos bens patrimoniais no contexto dos conjuntos urbanos da cidade.

Nesta perspectiva, Ramon Gutierrez (1992 *apud* PELLEGRINO, 2002, p. 3), traça algumas considerações acerca do impacto verificado no campo patrimonial pela abertura que propicia a passagem da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural. Para o referido autor, essa passagem delinea

uma ruptura com uma visão histórica reducionista respaldada por uma 'historiografia oficial' que converte em patrimônio bens de origem aristocrática, religiosa, bélica ou estatal. Nessa nova concepção de patrimônio há a inclusão do cultural e das "dimensões testemunhais do cotidiano e os feitos intangíveis". Superam-se as legislações que reconheciam os bens por sua antiguidade e são transcendidas as fronteiras que limitavam o ingresso ao status de patrimônio às edificações oficiais e igrejas. E, ao mesmo tempo, as obras arquitetônicas deixam de ser vistas como objetos isolados e tornam-se relevantes os conjuntos urbanos e territoriais e também a contextualização tanto física como social e cultural destes (RAMON GUTIERREZ, 1992 *apud* PELLEGRINO, 2002, p. 3).

Para Nigro (2003, p. 168), no contexto preservacionista, "o caráter monumentalista perdura como hegemônico até a disseminação das *renovações urbanas*, no Pós-Segunda Guerra Mundial".

Partindo da concepção de que os patrimônios não se constituem enquanto objetos isolados, mas sim, um conjunto de recursos patrimoniais histórico-cultural e socialmente construído, Macchi (1991 *apud* KURI, 2006, p. 108) enfatiza que um centro histórico só

adquiere valor simbólico, identitario y urbano para a ciudad y sus habitantes cuando se percibe y se reconoce como un recurso patrimonial, histórico-cultural y socio-económico digno de preservación. En este proceso influyen los distintos discursos, criterios de valoración y de comprensión de los lugares históricos y de sus componentes, definiendo la manera como en ellos interviene la sociedad y las instituciones.

Para Vargas & Castilho (2006, p. 5), a partir da análise literária, pode-se dividir os processos de intervenção em centros urbanos em três períodos: "Renovação Urbana, relativo às décadas de 1950 e 1960; Preservação Urbana, desenvolvido na década de 1970 e 1980; e Reinvenção Urbana, nascido por volta da década de 1990 e prolongado até os dias atuais". Estes períodos, apesar de apresentarem características particulares, não são estritamente rigorosos em sua delimitação periódica e nem excludentes entre si.



No período correspondente à Renovação Urbana, o processo de intervenção em áreas urbanas foi marcado pela preferência pelo novo, pautados na ideologia do urbanismo do Movimento Moderno europeu. “Demolir e construir para renovar viriam a ser o propósito daquela geração. As ações passam a coincidir com os interesses tanto da elite que idealizou o movimento quanto daquela que patrocinou sua materialização” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 7), sustentado no princípio de que os centros históricos

não correspondiam às demandas dos seus cidadãos quanto aos tipos de habitação, traçado de ruas e usos urbanos. A principal aspiração desse grupo seria eliminar o congestionamento das áreas centrais, com a criação de grandes espaços para vias amplas, estacionamentos, instituições culturais. [...] Dispor de espaços para implementar tais mudanças significaria derrubar muito do que lá havia e desalojar milhares de pessoas, pois esses projetos não se referiam apenas às áreas centrais, incluíam também outros distritos na circunvizinhança do centro (*Idem*, 2006, p. 9).

Esse processo, desencadeado no pós-guerra, ampliou a relação entre os processos intervencionistas e o planejamento urbano estatal, pois os projetos de renovação centravam-se, sobretudo, na recuperação de espaços públicos com vistas à sua supervalorização.

A partir da década de 1970, o movimento de renovação urbana passa a receber severas críticas, pois grande parte dos planos e projetos intervencionistas não levou em consideração a dinâmica urbana, fazendo com que o objetivo de atrair novos usuários e investidores para as áreas centrais não se efetivasse; outra crítica estava relacionada ao grande número de pessoas que foram transferidas de suas antigas residências, pois estes projetos, ao longo de sua elaboração e execução, desconsideraram completamente, a possibilidade de participação da comunidade.

Esse processo desencadeou uma alteração na malha social urbana das áreas centrais, marcada pela expulsão dos antigos moradores destas áreas que foram substituídos por extratos sociais com maior poder aquisitivo, desencadeando assim o processo de *gentrification*. Para Rigol (2005, p. 98-99),

a *gentrification* aparece como um dos principais processos de transformação urbana que intervêm na configuração social das cidades. O modelo de segregação socioespacial que até há alguns anos havia especializado boa parte das áreas centrais urbanas como assentamento das classes baixas, muda radicalmente, e a nova estrutura socioespacial se fundamenta, em boa parte, na *gentrification* das áreas centrais: substituição social, reinvestimento econômico e, em geral, mudança de significado e imagem dessas áreas centrais.



Quanto ao processo de Preservação Urbana, observa-se que este se caracterizou pela contraposição ao movimento modernista adotado nos projetos de renovação urbana. Neste sentido, “reforçou a importância da preservação das vizinhanças e a restauração histórica de edifícios considerados significativos como os novos símbolos de *status* e distinção” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 16).

Para Vargas & Castilho (2006, p. 18) a preservação urbana centrava-se na “valorização da memória, na organização da sociedade em defesa do patrimônio histórico e no discurso de que os centros das cidades seriam elementos essenciais da vida urbana e gerariam identidade e orgulho cívico”.

A partir deste movimento foram criados vários órgãos patrimoniais, destinados a preservar os bens culturais, e um grande número de recomendações, normatizações e legislações, visando salvaguardar os centros históricos. Em nível internacional, pode-se exemplificar a Recomendação de Paris (1962), Carta de Veneza (1964), Carta do Restauo (1972), dentre outras. No Brasil, podem-se destacar dessa época o Compromisso de Brasília (1970), o Compromisso de Salvador (1971) e a Carta de Petrópolis (1987).

A necessidade de preservar os centros históricos promoveu uma maior relação entre os órgãos de preservação e o planejamento urbano, com a “intenção de salvaguardar a vida e a integridade da sociedade” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 18). No entanto, apesar dos avanços conquistados através da promulgação das legislações referentes à preservação dos centros históricos, grande parte dos projetos intervencionistas resultou apenas em intervenções isoladas no patrimônio histórico e cultural, sem a devida preocupação com o seu entorno urbano, ou seja, “uma área urbana protegida por algumas restrições em função de algum monumento que existe no seu interior, de modo a proteger sua unidade arquitetônica e paisagística” (PARÁ, 1990).

O processo de Reinvenção Urbana se constituiu enquanto um reflexo do modo de produção flexível desencadeado a partir do avanço técnico-científico e informacional, que promoveu uma grande transformação na relação sócio-espacial das atividades econômicas com o território devido ao crescente aperfeiçoamento dos meios de transporte e comunicação.



De acordo com Glaeser (2000 *apud* VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 32) o avanço nos meios de comunicação fez com que o território se transformasse em “mercadoria para ser consumida por cidadãos de renda elevada, investidores e turistas, deixando de ser prioritariamente o *lócus* da produção para ser o *lócus* do consumo”.

Esta alteração acerca do território deve-se ao fato de o capital ter maior capacidade de criar localizações, e utilizar-se dos meios de comunicação para “divulgá-las e induzir a sua demanda por intermédio das mais variadas estratégias de marketing; e transforma-se num produto consumido e cobiçado por investidores, políticos, moradores e turistas” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. XIII).

Diante deste contexto, as relações entre o poder público local e o capital imobiliário tornaram-se cada vez mais estreitas pautada na adoção do planejamento de mercado e na introdução de técnicas de *marketing* urbano (*city marketing*), justificados através da necessidade de “criar ou recuperar a base econômica das cidades para gerar emprego e renda” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 33). Para essas autoras os setores público e privado, principalmente os empreendedores imobiliários, unem-se a fim de reconstruir ou reinventar o ambiente construído.

No que diz respeito às estratégias utilizadas para intervir nos centros históricos, não houve muitas inovações nessa época, no entanto, o que mudou foi

a dimensão dos projetos, o foco da intervenção, a forma de gestão e a propagação desses feitos decorrente da sua ampla e intensa divulgação, conduzindo a uma proliferação de grupos e associações que passaram a se envolver nessas intervenções [...]. Outras áreas urbanas deprimidas passam a ser focalizadas, além das regiões centrais, como aquelas decorrentes da obsolescência das estruturas industriais, portuárias, orlas ferroviárias etc. Por outro lado, enquanto nas áreas centrais a questão da preservação histórica se mantém; nas demais, a busca pelo novo, pelo inusitado, passa a ser o campo fértil para as experiências arquitetônicas, restringindo-se ao antigo centro a história da cidade (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 33-34).

Partindo destes princípios, percebe-se um interesse cada vez maior, por parte do poder local e dos empreendedores imobiliários, pela melhoria da imagem dos centros históricos das cidades. Neste contexto, as áreas antes desvalorizadas passam a ser foco das ações intervencionistas do poder público, que justifica sua aliança com o capital imobiliário pela necessidade de se reconquistar esse espaço urbano, que ao reger o planejamento urbano a partir de estratégias de *marketing*



criam as condições para transformação da “economia urbana de base produtiva para a base de consumo” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 44). Ainda para essas autoras, no período de reinvenção das cidades “não é o cidadão a razão do urbanismo ou da intervenção nos centros históricos. Ela é feita para a população flutuante” (*Idem*, p.44).

Por este motivo, há uma supervalorização da imagem da cidade, com vistas a atrair capital e pessoas, intensificando a competitividade urbana entre as diversas cidades, o que oculta, em muitos casos, os conflitos e contradições sócio-espaciais desencadeados pelos projetos intervencionistas de reinvenção das cidades.

Para Reichl (1999 *apud* VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 45), esse tipo de urbanismo mascara “problemas como *gentrification* (enobrecimento) [...], legitimando a atuação do poder público nas diversas instâncias, de modo a gerar o suporte político para minimizar a oposição”.

De acordo com Kuri (2006), na América Latina é recente a valorização dos centros históricos como recursos econômicos, sociais e culturais. Somente nas últimas décadas, as temáticas referentes aos centros históricos tem sido objeto de debates frente aos efeitos das transformações geradas pelos processos globais e de modernização urbana. Estes debates abordam as tendências de degradação a que está exposto o centro histórico e que põem em risco sua permanência, bem como a relação das políticas urbanas orientadas à sua preservação patrimonial, que se inscreve no direito a uma cidade democrática. No entanto,

como se ha señalado, el contenido progresista de los discursos en torno al tema de los centros históricos como <<bien común>> para todos, han derivado en la puesta en práctica de políticas urbanas conservadoras de preservación del patrimonio arquitectónico, que reproducen o enfatizan los problemas que distinguen a estos lugares (MONNET Y CAPRÓN, 2003 *apud* KURI, 2006, 108).

É nessa perspectiva, que para Souza (2004), a partir dos anos 90, no Brasil, diversas cidades passaram a adotar um tipo de planejamento denominado por ele de “mercadófilo”, o qual

não enfatiza o controle do uso do solo por meio de leis e normas; sua preocupação é menos com o “ordenamento” do espaço urbano que com o aumento da competitividade econômica da cidade. [...] O que conta nesse novo estilo de planejamento, é a capacidade da cidade de atrair investimentos. [...] As cidades aparecem, nessa ótica, como



competidoras umas das outras, em guerras de capturas de investimentos (e, em vários casos, também turistas). Propala-se a idéia (comumente exagerada) de que todo esse esforço (feito à custa do contribuinte e em detrimento de esforços direcionados para investimentos de maior interesse social) vale a pena, pois gera empregos e “aquece” a economia local (SOUZA, 2004, p. 53-54).

Partindo deste princípio, foram elaborados diversos projetos de intervenção em várias cidades brasileiras, especialmente em Salvador, Ouro Preto, Recife e São Luis; reflexos dos debates internacionais, ocorridos, sobretudo a partir de 1960, que intensificaram a ligação entre preocupações preservacionistas e os planejamentos e gestões urbanísticas.

Os processos relativos à intervenção nos centros históricos perpassam, essencialmente, pelo debate sobre o planejamento urbano, visto que este estabelece as diretrizes das formas de uso e apropriação do patrimônio histórico e cultural e é, em primeira instância, responsabilidade do poder público, seja na esfera federal, estadual ou municipal, já que a

decisão política de renovar ou reabilitar implica em estratégias diversas que irão marcar diferentemente todos os detalhes dos planos, do gerenciamento e da construção. O resultado arquitetônico e urbanístico também será diverso assim como a apropriação social. [...] A reabilitação de centros históricos cobra coerência do plano urbanístico e de desenvolvimento econômico e local (MARICATO, 2001, p. 127 e 139).

Visando atender aos interesses e necessidades que revestem essas dinâmicas são criados mecanismos de valorização do espaço, usando-se como estratégia o apelo à auto-estima da população, à construção de uma imagem vendável do local, exploração das potencialidades locais como negócios, maximização das infra-estruturas pela dinamização e intervenção urbanas, promoção de eventos efêmeros de grande apelo comercial.

Para muitos geógrafos, historiadores, antropólogos, arquitetos e jornalistas várias dessas iniciativas, que partem a princípio da necessidade de se promover o resgate da identidade cultural, acabam por “banalizar rituais, danças e comportamentos, por sua exposição e uso indevido” (REIS, s/d, p. 7). Esta banalização deve-se ao fato de que muitas manifestações culturais, ao se renderem ao apelo capitalista, deixam “de serem elementos de uma tradição, de uma cultura ou monumentos que representam determinado momento histórico, para se tornarem exclusivamente atrativos turísticos” (Idem, p. 7). Neste sentido,



acabam por perder a referência com a comunidade e, em alguns casos, com a história local.

Essa perda de identidade por parte da comunidade local, que vai de encontro com os pressupostos de muitos projetos de intervenção, justifica-se devido à ênfase ao comportamento tipicamente consumista e capitalista da cultura globalizada, que interfere e impacta nos comportamentos tradicionais, transformando os bens culturais em meros bens de consumo.

Na concepção de Barreto (2000 *apud* REIS, s/d, p. 8),

embora todos os problemas antes mencionados sobre a transformação da história e do patrimônio em bem de consumo e o fato real de que há uma ressignificação nesse processo, acredita-se que é sempre uma melhor opção do que o esquecimento da história, do que a marginalização de bairros ou do que a derrubada de prédios por causa da especulação imobiliária.

Ainda para Barreto (1999 *apud* REIS, s/d, p. 3) a resposta para a transgressão do espaço público e coletivo “parece estar no repensar os conglomerados urbanos, partindo, de um planejamento que tome em conta as necessidades humanas”. Assim, a gestão contemporânea dos patrimônios culturais “só tem finalidade se estiver referida a uma vontade supostamente coletiva de reatualização permanente do passado” (JEUDY, 2005, p. 22).

Para tanto, faz-se necessário a criação e consolidação de instrumentos que viabilizassem a participação mais efetiva da população na proposição de planejamentos mais democráticos e participativos, em que os investimentos públicos não fossem empregados em projetos com efeitos pontuais, mas que partam de intervenções urbanas cujo resultados reflitam as reais necessidades dos agentes que produzem o espaço urbano e englobe a dinâmica sócio-espacial da cidade como um todo.

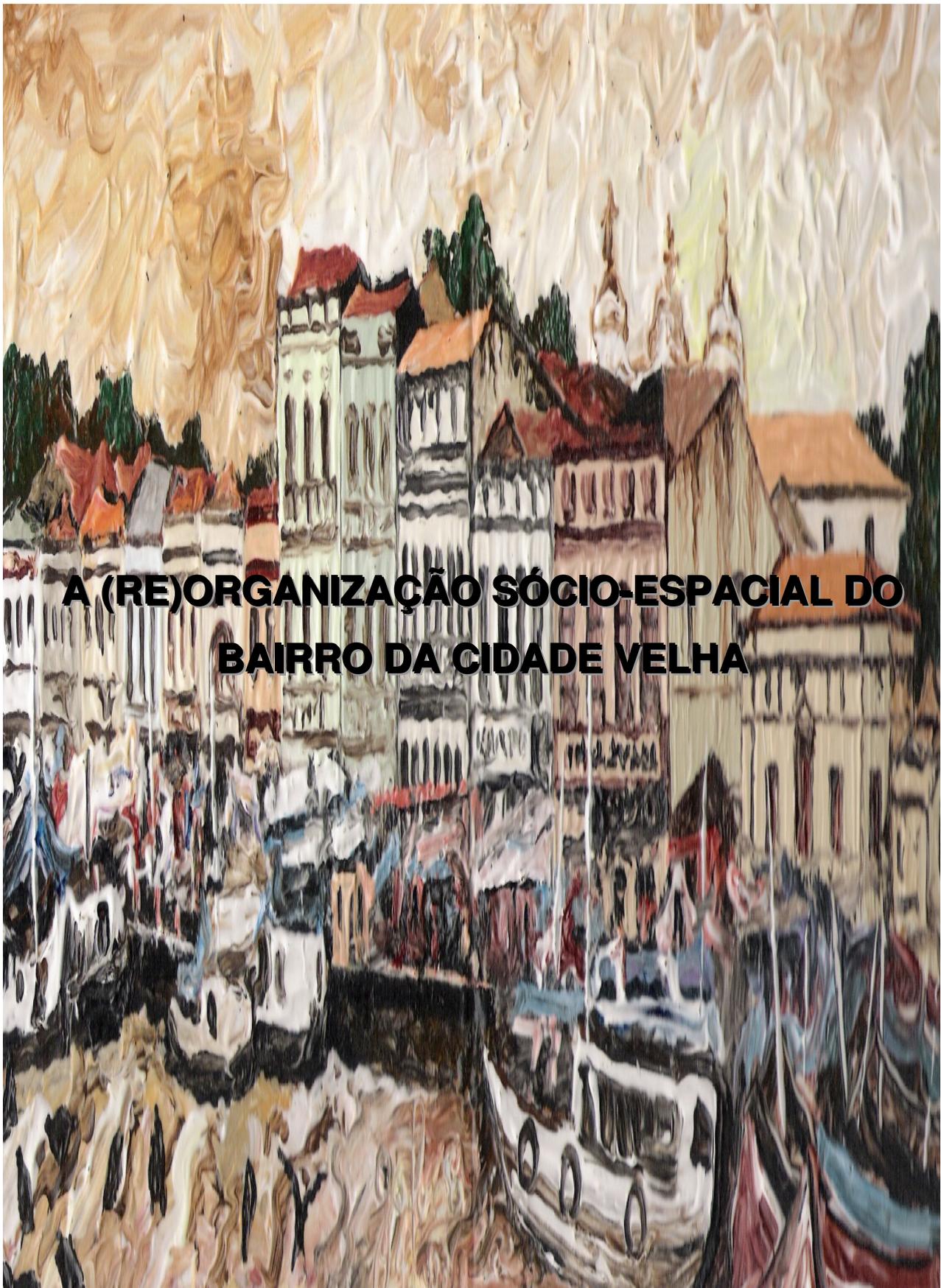
Na perspectiva de se garantir uma maior participação popular no planejamento e gestão do espaço urbano, o poder público teve de criar mecanismos que incentivassem e possibilitassem a participação dos diferentes agentes sociais, de modos a garantir uma maior equidade de condições no processo de elaboração e execução dos projetos de intervenção nas áreas centrais da cidade.

No caso de Belém, estes mecanismos foram mais estimulados pelo pela Prefeitura Municipal, na gestão correspondente ao período de 1997 a 2004, a



partir da criação do Orçamento Participativo e do Congresso da Cidade, através dos quais os agentes sociais podiam participar individualmente ou organizados institucionalmente, o que se efetivou, sobretudo, através da execução do projeto de intervenção no Ver-o-Peso.

Apesar desse avanço, a proposta de planejamento urbano mais participativo ficou muito restrita. Por conseguinte, no que diz respeito às ações de intervenção do poder público no Centro Histórico de Belém, assim como em várias cidades do país, grande parte dos planejamentos urbanos tem se constituído num meio de valorização e apropriação do solo urbano sem levar em consideração os interesses dos diversos agentes sociais. Os conflitos de territorialidades gerados desse processo nos espaços socialmente construídos e, em sua maioria, concebidos enquanto áreas de conservação da memória de diversas espacialidades e temporalidades expressam as contradições entre o discurso oficial e as políticas patrimoniais implementadas.

The background is a highly textured, painterly illustration of a historic town square. The style is reminiscent of Impressionism or Post-Impressionism, with thick, visible brushstrokes. The color palette is dominated by warm tones: ochre, sienna, and terracotta for the buildings and sky, with cooler blues and greys for the foreground. In the center, a tall, light-colored building with a prominent spire, likely a church, stands out against the sky. The foreground is filled with a dense, chaotic pattern of colors and textures, suggesting a busy, crowded square. The overall effect is one of a rich, layered, and somewhat abstract representation of a historical urban environment.

**A (RE)ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO
BAIRRO DA CIDADE VELHA**



3. A (RE) ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BAIRRO DA CIDADE VELHA

Em Belém, o bairro da Cidade Velha é onde se concentra grande parte do patrimônio cultural ligado à formação sócio-espacial da cidade. Neste bairro se materializam, portanto, práticas espaciais que revelam antigas territorialidades, bem como as práticas sociais responsáveis pelas mais recentes propostas de intervenções urbanas implementadas pelo poder público com vistas a resgatar o papel do Centro Histórico enquanto recurso econômico, social, cultural e identitário.

Neste sentido, o bairro da Cidade Velha constitui-se um espaço estratégico para se compreender as recentes transformações da cidade e da vida social de Belém, evidenciando-se enquanto um *constructo* social que revela as diversas materialidades e territorialidades dos agentes sociais envolvidos no processo de produção e organização sócio-espacial desse espaço urbano.

Desta forma, entende-se que o espaço geográfico do bairro da Cidade Velha expressa a maneira diferenciada e desigual com que os diversos agentes sociais apropriam-se e compartilham o espaço urbano, colocando em prática códigos, valores e interesses diferentes que definem a vida pública urbana ao longo de sua história.

Cidade Velha: origem do núcleo urbano e formação do Centro Histórico de Belém

O processo de apropriação e produção do espaço do bairro da Cidade Velha confunde-se com a própria história de ocupação da cidade de Belém, iniciada pelos colonizadores portugueses, em 1616. A “Cidade”, como era denominado o atual bairro da Cidade Velha, constitui-se como o espaço de origem do primeiro núcleo urbano de Belém, iniciado a partir da construção do



Forte do Presépio², que serviu como estratégia de defesa e marco da ocupação das terras da Coroa Portuguesa na Amazônia.

Fortemente influenciada, nas primeiras décadas, pela unidade militar que lhe serviu de berço, este núcleo colonial foi inicialmente denominado pelos portugueses de “Feliz Lusitânia”, formado por um conjunto de edificações.

Este conjunto era composto, em primeiro lugar, pelo forte, que como toda construção rústica, veio logo necessitar de reparos. Em segundo lugar, no conjunto incluíam-se umas casas igualmente rústicas, de palha [...]. Em terceiro lugar, o conjunto de edificações era integrado também por uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Graça³. (COIMBRA, 2002, p. 85)

Com a consolidação do domínio português sobre o território amazônico, a cidade de Belém começa gradativamente a se expandir em diversas direções, a partir da construção de alguns engenhos, das casas dos capitães-mor e dos colonos portugueses, na Cidade Velha. Esse processo desencadeou a abertura de várias ruas, que se estendiam somente até às proximidades do igarapé do Piri⁴: Rua do Norte (atual Siqueira Mendes), Espírito Santo (Dr. Assis), dos Cavaleiros (Dr. Malcher), dentre outras.

Tais ruas, à medida que foram surgindo, passaram a configurar os contornos do atual bairro da Cidade Velha, onde foram construídas as primeiras edificações que se expandiram para a área não fortificada. A sua extensão dava-se somente até às proximidades do igarapé do Piri, em virtude deste se constituir numa grande área alagada que dificultava a expansão do núcleo central da cidade. Neste sentido, o igarapé do Piri se tornaria “um dos grandes problemas a serem resolvidos para a melhoria das condições de vida do aglomerado urbano” (PENTEADO, 1968, p. 101).

As primeiras casas da cidade, na sua maioria, eram térreas, com paredes de taipa⁵ pintadas de cal. Umas poucas eram feitas de parede de pedra e cal, sendo que estas geralmente pertenciam aos proprietários com melhores condições financeiras, senhores de engenho ou comerciantes da época.

² Primeira denominação do Forte, dada em alusão ao fato da expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco ter saído do Maranhão no dia de Natal, 25/12/1615, rumo à conquista da Amazônia.

³ Atual Catedral Metropolitana da Sé de Belém.

⁴ O Piri correspondia à área do Igarapé e do alagadiço que ocupava grande parte do terreno que formava o núcleo de origem da cidade de Belém e se estendia até a atual Avenida Almirante Tamandaré.

⁵ Parede feita de barro ou de cal e areia com estacas e ripas.



Ali os colonos levantaram suas casas de taipa, seguindo a técnica dos nativos e aproveitando o farto material existente na região. Em torno de seu núcleo pioneiro foram surgindo outras edificações; sobrados, aglomerados, casas de moradores, oficinas de serviços, casas comerciais, religiosas. (SILVA, 1995, p. 79).

No decorrer do século XVII, as primeiras ordens religiosas se instalaram em Belém e construíram várias igrejas – São João (antiga Catedral de Belém), Carmo, Santo Antônio, das Mercês, São Francisco Xavier (atual Igreja de Santo Alexandre) dentre outras, que serviram como base para o trabalho de catequese dos índios e a criação das missões religiosas.

Esta organização sócio-espacial perdurou até meados do século XVIII, haja vista que o processo de apropriação, expansão e ocupação do território pautava-se numa organização, que de acordo com Corrêa (1987, p. 44) era “apoiada em fortins⁶, aldeias missionárias e na mão-de-obra indígena, [...] fonte de controle da economia extrativista”.

A atividade extrativista, baseada na coleta e comércio de especiarias denominadas pelos portugueses de “drogas do sertão” estava sob o domínio das ordens religiosas, principalmente dos jesuítas, daí a presença marcante das igrejas no processo de construção do espaço geográfico desta época. Até hoje, o bairro da Cidade Velha concentra o maior número de igrejas em Belém.

Um importante marco no processo de expansão da cidade (FIG. 01), foi a instalação do convento dos frades da Ordem de Santo Antônio (1627), no terreno localizado na área que ultrapassava o Igarapé do Piri, o que promoveu a abertura da primeira rua na direção oriental, dando origem ao atual bairro da Campina, onde começou a se concentrar as atividades comerciais de Belém, passando a ser denominada de Rua dos Mercadores, posteriormente, Rua da Cadeia e atualmente denominada de João Alfredo.

⁶ Pequenos fortes.



FIGURA 01: Desenho da cidade de Belém (1642)

A ocupação da cidade começava a se expandir para área posterior ao Igarapé do Piri dando origem ao que viria a ser o bairro da Campina.

FONTE: BELÉM, 2003, p. 4.

No final do século XVII, a configuração espacial de Belém já era demarcada pela presença de dois núcleos de ocupação bem definidos e separados pelo Piri: a Cidade (atual bairro da Cidade Velha) e a Campina.

Devido às grandes dificuldades de expansão do núcleo central, provocadas pela presença do Igarapé do Piri, que dificultava a adequação infra-estrutural necessária ao atendimento das atividades comerciais, a importância comercial da Cidade Velha foi se reduzindo, visto que grande parte destas atividades, sobretudo as de importação e exportação, passou a se instalar no bairro da Campina (popularmente chamado de bairro do Comércio), localizado em área mais favorável à urbanização.

Apesar do bairro da Campina, em relação à Cidade Velha, apresentar melhores condições infra-estruturais para expandir-se, no que se refere à paisagem, aqui entendida enquanto o “conjunto de formas que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 1999, p. 83), os dois bairros que deram início à cidade de Belém, guardavam muitas semelhanças entre si: ruas



estreitas e tortuosas, prédios em estilo antigo, maior concentração de igrejas e conventos, alguns prédios comerciais e, “[...] predominantemente constituídos de casas de um só pavimento de taipa ou de barrote revestida de tijuco⁷ denunciando a espontaneidade do desenvolvimento urbano [...]” (PENTEADO, 1968, p. 107).

A necessidade de consolidar a posse do território regional, na era Pombalina (1750-1777), influenciou a vinda da Comissão Demarcadora de Limites para Belém, composta por vários técnicos, dos quais merece destaque os engenheiros João André Schwebel, Henrique Antônio Galuzzi, Gaspar João Gronsfeld, e o arquiteto Antônio José Landi, que com seus projetos e diversas obras, iriam gerar grandes benefícios para a cidade.

Devido ao notável trabalho desenvolvido por Antônio Landi, no início da segunda metade do século XVIII, foram construídas, ou restauradas, várias edificações de grande suntuosidade no bairro da Cidade Velha, muitas das quais se encontram erguidas até hoje. Dentre elas destaca-se o Hospital Militar (atual Casa das Onze Janelas); o Palácio Lauro Sodré (antigo Palácio dos Governadores e onde atualmente funciona o Museu de Arte do Pará) e o Solar do Barão do Guajará (atual Instituto Histórico e Geográfico do Pará).

Tais construções expressam o relativo desenvolvimento urbano pelo qual Belém passou, em virtude da ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755, com o objetivo de inserir a economia amazônica no mercado mundial, o que promoveu um considerável crescimento da produção extrativa e do comércio com Portugal. Para atender a esse objetivo, uma das mais importantes medidas tomadas, antes da instalação da Companhia geral do Grão Pará e Maranhão, foi a transferência da capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão, de São Luis para Belém, em 1751, demarcando, desta forma, a importância político-administrativa assumida por Belém no contexto regional, que, para tanto, recebeu várias melhorias urbanas, como por exemplo, o aterramento do Igarapé do Piri.

A primeira proposta de intervenção na área do Piri, data de 1771, idealizada pelo engenheiro Gaspar João Gronsfeld, que pretendia “abrir canais e não aterrar o Piri” (PENTEADO, 1968, p.113), no entanto, essa proposta nunca foi executada, devido seus custos terem sido considerado muito elevado.

⁷ Barro



Até o século XVIII o espaço urbano de Belém continuava restrito aos bairros da Cidade Velha e da Campina, de acordo com Penteado para

além deles, o terreno era coberto pela floresta tropical e os lugares suburbanos mais afastados, onde existiam as famosas “rocinhas”⁸, eram alcançados através dos caminhos que penetravam pela mata virgem, alguns dos quais se transformaram em estradas e, depois, passaram a constituir, com o desenvolvimento urbano, avenidas da capital paraense (PENTEADO, 1968, p. 115).

No início do Século XIX, ocorreram grandes transformações na cidade, devido à iniciativa do governador D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, em promover o ensecamento do Piri e a abertura de novas ruas que proporcionassem a integração “da área recuperada àquela já urbanizada” (BELÉM, 1999, p. 13). A presença dessa grande área de baixada alagadiça, dividia espacialmente a geografia urbana da cidade entre esses dois bairros.

O aterramento do Igarapé do Piri, no início do século XIX, constituiu-se em uma obra de grande importância para o desenvolvimento de Belém. Iniciada em 1803, essa obra visava à urbanização da área alagadiça existente entre a Cidade Velha e a Campina. Na área ensecada, foi construída “a Praça Patroni, o Edifício da Prefeitura e parte das ruas Ângelo Custódio, Travessa Padre Eutíquio e antiga Estrada de São José” (PENTEADO, 1968, p. 114). O ensecamento do Piri permitiu, portanto, a ampliação da estrada de São Mateus (atual Tv. Padre Eutíquio) e a implantação da estrada dos Mungubeiras (atual Tv. Almirante Tamandaré), ao longo da qual foram construídos vários canais de drenagem.

Após o serviço de drenagem e aterramento das áreas alagadas do Piri, o bairro da Cidade Velha tomou novo impulso urbano, com a pavimentação das ruas e a construção de vários sobradões. No entanto, apesar de sua proximidade com o bairro da Campina, o mesmo se manteve como um bairro residencial e de pequeno comércio local. Segundo Derenji (s/d, p. 17), isso se deve ao fato de que

o desenvolvimento da cidade continuou a ocupar novas áreas e a Cidade Velha com sua ocupação densa e ruas estreitas não atraía os ‘capitalistas’ da época que [...] não se estabeleceram nessa área. [...] com casas da classe mais abastada estabelecidas em ‘rocinhas’ afastadas do núcleo urbano, a Cidade Velha se acomoda a um uso misto de comércio (sempre inferior ao da Campina) no térreo e residência no andar superior.

⁸ Pequenas propriedades rurais que possuíam casas edificadas no centro do terreno, rodeadas de árvores frutíferas.



Ainda hoje, o bairro da Cidade Velha apresenta estas características, constituindo-se essencialmente em um bairro de uso misto: atividades comerciais de médio e pequeno porte – destacando-se o funcionamento de lojas que comercializam máquinas e equipamentos de navegação, de pesca, ligados à presença de portos privados, além de pequenos bares e restaurantes -, na parte térrea dos prédios; e, residencial, na parte superior.

É, sobretudo na segunda metade do século XIX, devido à expansão da economia da borracha (1850-1920), que a cidade de Belém irá refletir um maior desenvolvimento urbano, marcado pela modernização e embelezamento da cidade com vistas a atender às exigências da sociedade abastada da época, pois, de acordo com Sarges (2000, p. 91),

era preciso adequar a cidade às transformações capitalistas, investindo capital e diversificando sua aplicação em outras atividades, para isso se engendrou todo um processo de modernização da cidade, de forma a facilitar o escoamento da produção e de divisas para os países centrais.

Diante de tais exigências, igarapés foram aterrados, pântanos drenados e abertas novas ruas; foram tomadas medidas para o tratamento de água e esgoto; dentre outras obras, praças, teatros, alfândega e portos foram construídos em Belém.

A cidade ganha uma série de melhoramentos entre os anos de 50 e 70, como o cais de St^o. Antônio e do Castelo, a construção do Mercado Municipal do Ver-o-Peso, iluminação pública a gás carbônico e a construção da Biblioteca e Arquivo Público (1870), também neste período foram inaugurados os serviços de telégrafo por cabo submarino e o Teatro da Paz (1878). (BELÉM, 1999, p. 14).

Na gestão de Antônio Lemos, marcada pelo desenvolvimento da economia da borracha, a cidade passa a ser dotada de uma melhor infra-estrutura e equipamentos urbanos mais modernos. A iluminação a gás passa a ser substituída pela iluminação pública elétrica. Instaura-se o serviço de bondes elétricos (1907), o abastecimento de água passa a ser feito a partir dos reservatórios do Utinga e foi construído o porto (1908-1913), que alterou significativamente, a paisagem da orla de Belém.

Nesse período, vários prédios foram construídos em Belém, onde se destacam o Palacete Pinho (atualmente bastante deteriorado e cujas obras de restauração estão paradas); o Palácio Antônio Lemos ou Palacete Azul (onde atualmente funciona a sede da Prefeitura Municipal de Belém e o Museu de Arte



de Belém); o Mercado Bolonha (comumente chamado de Mercado de Ferro do Vêr-o-Peso); a loja Paris N'América (onde até hoje funciona uma loja de tecidos); o Palacete e a Vila Bolonha; a Basílica de Nazaré, o Bosque do Marco da Légua (atual Jardim Botânico Rodrigues Alves), o Museu Paraense Emílio Goeldi, dentre outros.

Destaca-se também dessa época, as Praças Siqueira Mendes (atual Praça do Relógio), Felipe Patroni, D. Pedro II, Praça da República e a Praça Batista Campos, algumas tendo sido construídas nas áreas de expansão da cidade, que deram origem a novos bairros como o do Reduto, Nazaré, Batista Campos, Umarizal e Marco.

A partir de 1910, inicia-se a fase de declínio da produção da borracha, no entanto, os impactos gerados por esse processo não foram sentidos de imediatos, pois a cidade continuava vivendo “da acumulação da riqueza e da exportação de outros produtos regionais, fornecida pelas novas instalações portuárias” (BELÉM, 1999, p. 14). Os impactos dessa depressão econômica, só viriam ser extremamente evidenciados alguns anos depois, no contexto da crise mundial dos anos de 1930.

Durante a Segunda Guerra Mundial, cresceu novamente a demanda por borracha, ainda que não na mesma proporção do seu período áureo, o que proporcionou certo dinamismo na economia da cidade, gerando novas transformações sócio-espaciais, das quais se destaca a substituição da antiga Travessa dos Mirandas pela implantação da nova Avenida 15 de agosto (atual Avenida Presidente Vargas), cujas dimensões foram ampliadas, diferenciando-se significativamente das ruas do núcleo inicial de Belém.

A partir daí, essa avenida passa a incorporar um novo modelo de ocupação, com o surgimento de “novas edificações inicialmente ainda modestas, com 2 ou 3 pavimentos e, mais tarde, os edifícios que, em sua maioria, ainda permanecem, como as sedes dos Correios (1938), da associação Comercial, os Edifícios Bem e Dias Paes – de uso institucional, e os edifícios Piedade (1949), Renascença (1952) e Palácio do Rádio (1956) – de uso residencial. Com isso passa a se constituir o novo centro comercial da cidade, concentrando as atividades comerciais mais sofisticadas como hotéis, escritórios de companhias de navegação, consulados, bares, cafés, restaurantes, lojas e cinemas. Essas atividades, associadas à presença de edifícios residenciais, proporcionavam um movimento, inclusive à noite, ao contrário do centro comercial antigo (BELÉM, 1999, p. 64).



A concentração de atividades mais sofisticadas e dinâmicas no novo eixo comercial, aliada à consolidação dos bairros de Nazaré, Umarizal, Batista Campos e Marco e ao novo modelo de ocupação de Belém, irão contribuir para a situação marginal a que ficou submetido o bairro da Cidade Velha, em função do baixo valor do solo urbano; da baixa densidade de ocupação e da pequena capacidade de tráfego, passando-se a evidenciar em sua paisagem, um aspecto de descaso, abandono e grande deterioração de seu patrimônio histórico e cultural, ainda que hoje em dia, muito deles sejam tombados pelas diversas esferas da federação.

Segundo Salgueiro (2003, p. 101),

O crescimento a duas velocidades, característico da sociedade de informação e do conhecimento, é responsável pela valorização de umas áreas à custa da desvalorização de outras. Abandono de bairros históricos e/ou centros tradicionais de comércio ocorrem em paralelo com a construção volumosa de novos bairros residenciais e novas centralidades de serviços, comércio, lazer. Mais uma vez desvalorização e a revalorização são faces do mesmo processo, alimentam-se uma da outra e dão corpo ao sucesso do setor imobiliário.

O aspecto degradante do patrimônio do Centro Histórico de Belém passou a caracterizar a paisagem do bairro da Cidade Velha, desvalorizando significativamente essa área, ainda que ela não tenha perdido seu simbolismo histórico. Este fator, aliado ao tipo de atividades comerciais e às poucas atividades culturais e de lazer, e à ausência de políticas urbanas significativas, com vistas à preservação deste patrimônio, contribuíram para reduzir a dinamicidade sócio-econômica do bairro no período noturno. Partindo dessas proposições, Silva (1995) afirma:

Nos últimos anos, este conjunto histórico-cultural que perfaz todo o bairro, vem sofrendo intensa descaracterização, provocada não somente pelos moradores do bairro, mas pelos empresários locais. O bairro da Cidade Velha é hoje quase o porão da cidade, o lugar de guardar mercadorias. Tem movimento comercial durante o dia, nos fins-de-semana fecha as portas e silencia (SILVA, 1995, p. 82).

Esse processo de descaracterização se intensificou nas décadas de 1940, 50 e 60, devido ao novo impulso do desenvolvimento econômico de Belém motivado pela retomada do comércio da borracha e pela abertura da rodovia Belém-Brasília. Neste período, foram inseridas algumas estruturas verticais no Centro Histórico da cidade, com alturas variando entre 4 e 12 pavimentos, que também contribuíram para a descaracterização do bairro da Cidade Velha.



A década de 1970 foi marcada pela aceleração do processo de urbanização, configurado por um movimento de periferação urbana que também atingiu o Centro Histórico de Belém, principalmente na área correspondente ao Porto do Sal, cuja dinâmica espacial, caracterizada pela presença de trapiches que atendem atividades comerciais voltadas, principalmente, para as populações ribeirinhas, diferencia-se significativamente das atividades desenvolvidas no núcleo central do bairro da Cidade Velha.

O declínio econômico e comercial de Belém resultou, entre outras coisas, “num centro urbano adensado, ocupado por populações de renda média e baixa e numa periferia dispersa, onde predominam as populações empobrecidas” (BELÉM, 1999, p. 38).

Durante a década de 1970, intensifica-se a ocupação das terras baixas ao longo do rio Guamá e da Baía do Guajará, o que se constituiu em um grande desafio para a administração pública devido às precárias condições de habitação, saneamento básico, e equipamentos urbanos existentes nessa área.

Nas décadas de 1980 e 90 os processos de urbanização e periferação se intensificaram cada vez mais, gerando problemas sócio-econômicos e ambientais de grandes proporções, que, aliados aos precários investimentos do Estado na promoção de obras e serviços urbanos, atribuídos à crise econômica desse período, refletiram-se numa deterioração cada vez maior das condições de vida da maior parte da população urbana.

Diante deste contexto, o Centro Histórico de Belém,

tradicional palco das transações comerciais e local privilegiado de habitação, o Centro viu-se logo atingido pelo processo de decadência econômica, com a deterioração de seu casario, a substituição de um comércio dinâmico e de qualidade por um comércio popular onde é grande a presença das atividades informais (com ambulantes ocupando desordenadamente os espaços públicos) [...]. A intensificação do setor terciário no Centro Histórico tem conduzido a um gradativo processo de deterioração da qualidade de vida local, fenômeno observado, por exemplo, na área do Ver-o-Peso (rua Castilho França e transversais). Com esse panorama econômico adverso, Belém viu seu centro comercial ocupado pelo comércio informal, ressentindo-se também, nos últimos anos, com o fechamento de inúmeras casas comerciais que foram substituídas por outras voltadas ao comércio de produtos populares, ou ainda, com a demolição de edificações (BELÉM, 1999, p. 23).

O bairro da Cidade Velha, caracterizado pelos usos residencial, cuja maioria da população é de renda média e baixa (IBGE, 2000); comercial, de



cunho varejista, e institucional (sedes da administração pública), não ficou imune a esse processo. Neste contexto, tem-se de um lado a baixa renda da população, que dificulta a preservação de seus casarões devido aos elevados custos de investimentos necessários, e de outro, os longos anos de descaso do poder público em relação ao patrimônio cultural da cidade. Tais fatos, aliados à conjuntura político-econômica nacional, ajudam a compreender a existência do grande número de residências em precárias condições de conservação no Centro Histórico de Belém.

Segundo a estimativa da 2ª Superintendência Regional do Departamento de Identificação e Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que executou a primeira etapa do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados, realizado entre os anos de 1990 e 2000, o Centro Histórico de Belém tem passado por um elevado processo de descaracterização. “Cerca de 80% dos imóveis perderam suas características originais por conta de má conservação, reformas aleatórias e uso inadequado dos espaços internos” (O LIBERAL, 2000, p.7).

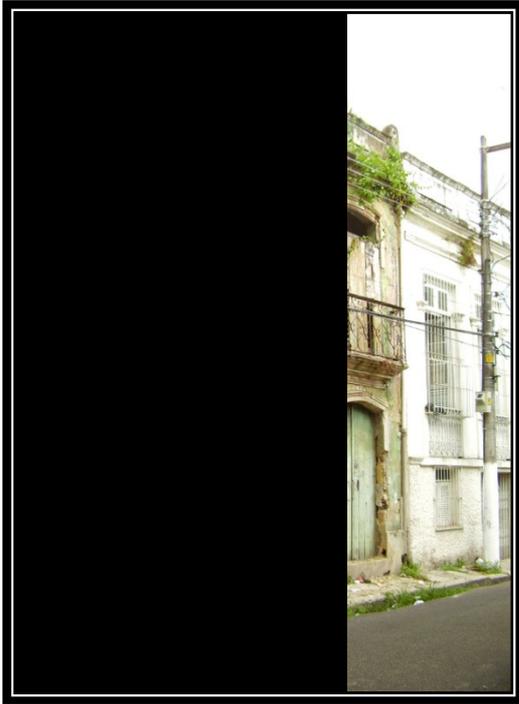
A referida pesquisa aponta como principais causas desse processo “o uso inadequado dos prédios e a falta de informação quanto à importância da preservação, levando à intervenções descaracterizadoras” (*Idem*, p.7).

Esse quadro é bastante preocupante, sobretudo quando se constata que:

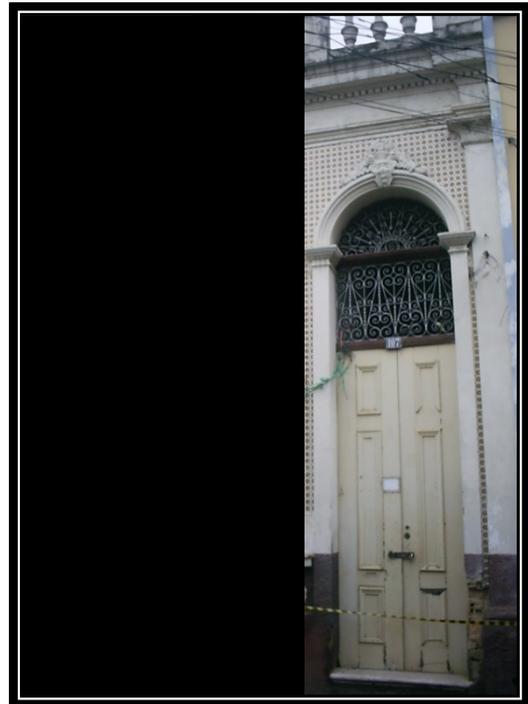
a maioria dos prédios tem problemas de infiltração e vazamentos, os telhados estão deteriorados e a destruição não poupou pisos, forros ou monumentos. Além de todos esses problemas, há sempre o risco iminente de incêndios, já que grande parte dos imóveis não possui eletrodutos e outros são apenas parcialmente tubulados. (O LIBERAL, CARTAZ, 2000, p. 7).

Deterioração e degradação urbana estão frequentemente associados “à perda de sua função, ao dano ou à ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível do valor das transações econômicas de um determinado lugar” (Vargas; Castilho, 2006, p. 3).

Testemunho de uma Belém antiga, o bairro da Cidade Velha, ainda hoje, presentifica casarões antigos, verdadeiros tesouros da história que, infelizmente, têm passado por um elevado grau de deterioração e dilapidação do patrimônio, submetidos às agruras do tempo e do descaso que, na maioria das vezes, os têm transformado em ruínas, com grande risco de desabamento (Fotos 1 a 4).



Vegetação e lixo tornam-se símbolos do abandono e descaso



Residência interditada por risco de desabamento

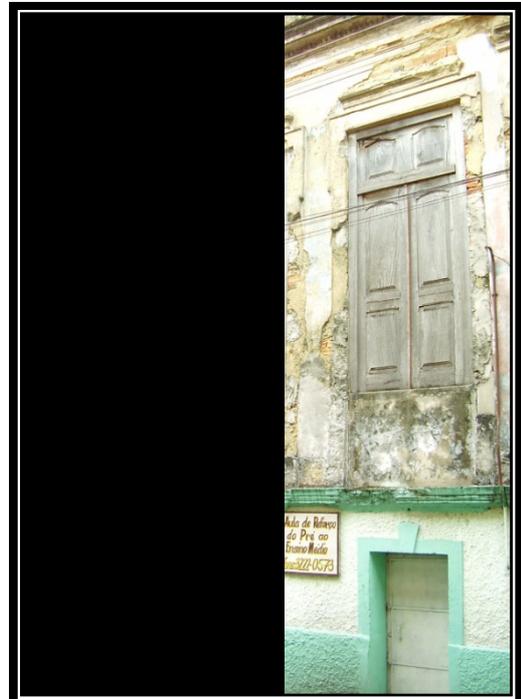
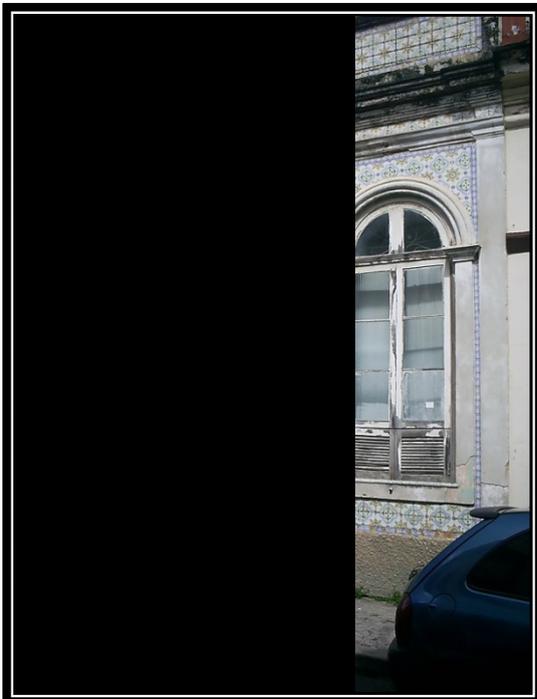


FOTO 01 a 04: Exemplos de patrimônios degradados no Bairro da Cidade Velha
Deterioração e descaracterização das antigas fachadas revestidas com azulejo português

FOTO: Lilian Brito, Março, 2007.



Esse processo de deterioração/degradação dos centros históricos intensifica-se, sobretudo, após a década de 1950, quando ocorre um maior crescimento e expansão do espaço urbano, desencadeando o congestionamento das áreas centrais devido à intensidade das atividades comerciais e de serviços, com vistas a atender a nova demanda do mercado; a busca por locais mais modernos e interessantes de se viver; além da transferência de atividades comerciais e de instituições públicas para áreas consideradas mais nobres.

Segundo Vargas e Castilho (2006, p. 4), os efeitos e as imagens de deterioração/degradação “afetam os diferentes atores envolvidos de forma distinta, de acordo com os respectivos interesses e segundo a conjuntura local, cada vez mais internacionalizada”.

De acordo com a concepção de Corrêa (CORRÊA, 1989, p. 09), “a configuração sócio-espacial materializa no espaço as diversas práticas espaciais produzidas pela sociedade”. Neste sentido, percebe-se o porquê do bairro da Cidade Velha ter passado por um prolongado período de descaso por parte do poder público, bem como, da comunidade local, posto que as relações sociais de produção que explicam a origem da dinâmica de organização de seu espaço geográfico não se reproduzem mais.

Percebe-se que a importância do bairro da Cidade Velha enquanto a materialidade de práticas espaciais construídas pelos mais diversos agentes sociais, que ao longo dos anos produziram o espaço geográfico que hoje configura o Centro Histórico de Belém, ficou por muito tempo relegada, ofuscada pelo descaso e falta de cuidados com o seu patrimônio.

No entanto, resistindo às agruras e intempéries da natureza e aos descuidos dos homens que constroem a história, o patrimônio histórico e cultural da Cidade Velha, constitui-se cada vez mais em testemunhos, tanto da necessidade de uma maior valoração desse patrimônio, quanto da necessidade de políticas públicas que viabilizem sua preservação, bem como propiciem o despertar da conscientização acerca de sua importância no processo de produção/apropriação do espaço urbano de Belém.



3.2. Intervenção no Centro Histórico de Belém e a revalorização do espaço urbano do bairro da Cidade Velha.

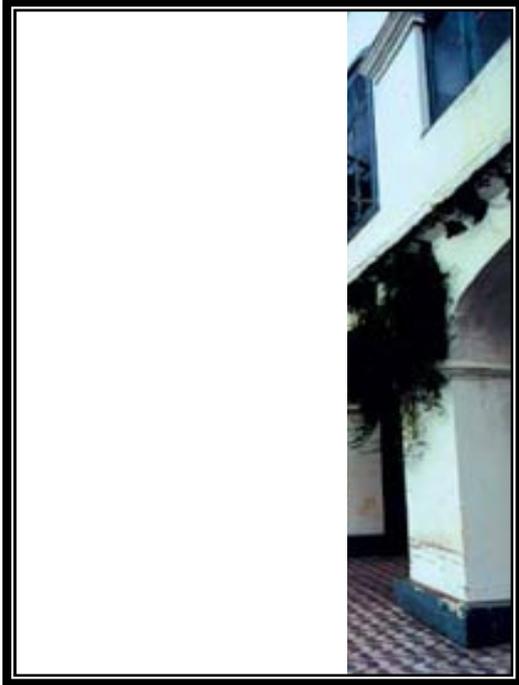
Decorrido um longo período de abandono e descaso pelo qual o Centro Histórico de Belém tem passado; observa-se nos últimos doze anos (1994-2006), o investimento de capital por parte do poder público nessa área, em especial no espaço correspondente ao bairro da Cidade Velha.

Muitos prédios que remontam ao passado da cidade e que já haviam sido tombados pelo IPHAN, pela SECULT – através do DEPHAC, ou pela FUMBEL – através do DEPH, por muito tempo não receberam, nem mesmo os devidos cuidados de manutenção (FOTOS 5 a 7), como é o caso do Solar do Barão do Guajará – que hoje sedia o Instituto do Histórico e Geográfico do Pará, o antigo Hospital Militar – atual Casa das Onze Janelas, Palacete Pinho, dentre outros.

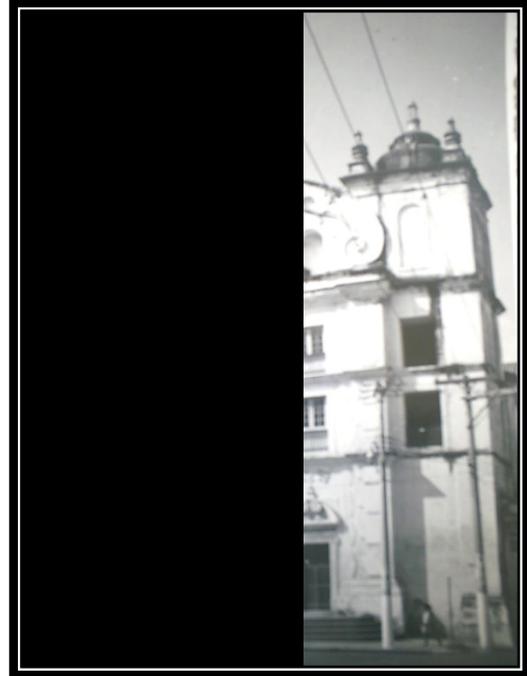
Observa-se, portanto, que apesar de se constituir em um dos principais instrumentos de preservação, só o tombamento não é suficiente para coibir a destruição do patrimônio cultural de Belém.

De acordo com a diretora do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL),

ainda existe um pouco da mentalidade de que o imóvel tombado não poderá sofrer qualquer alteração e que, por isso, vai sofrer desvalorização. É um equívoco. O tombamento é apenas uma forma de salvaguardar o patrimônio, mas isso não impede que o imóvel seja adaptado para ter funcionalidade, desde, é claro, que não perca suas características. (O LIBERAL, ATUALIDADES, 2006, p. 2).



FONTE: Elza Lima (PARÁ, 2006, p. 242)



FONTE: Acervo fotográfico do DEPHAC/SECULT, s/d.

Antes da revitalização, o antigo hospital militar e a Igreja de Santo Alexandre se encontravam bastante deteriorado.



Palacete Pinho, a deterioração tomou conta do prédio.

FOTOS 05 a 07: Descaso com o patrimônio cultural de Belém
FONTE: Acervo fotográfico do DEPHAC – SECULT, s/d.



Para Ribeiro (2000, *apud* O LIBERAL, CARTAZ, 2000, p.7), esse fato se deve à existência da cultura de que “é melhor deixar um prédio antigo cair para depois levantar outro totalmente diferente do que investir em restauração”.

Diante do elevado grau de deterioração do patrimônio histórico e cultural de Belém, a Prefeitura Municipal criou, em 1990, através da Lei Orgânica do Município, a delimitação do Centro Histórico de Belém e seu entorno, sendo regulamentado pela Lei 7.709, de 18 de maio de 1994, que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município. Tal iniciativa partiu da necessidade de estimular e regulamentar as iniciativas de intervenção no patrimônio histórico e cultural da cidade.

De acordo com a lei 7.709, em seu capítulo I, artigo 1º, constituem-se patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural

os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, relacionados à identidade, à memória, à ação dos grupos formadores da sociedade brasileira. Incluem-se entre esses bens as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, os documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscências da formação de nossa história cultural. (BELÉM, 1994, p. 53).

O processo de tombamento depende do grau de importância do patrimônio (MAPA 03). Quando é considerado de importância para o país, o patrimônio passa a fazer parte do acervo de tombamento do IPHAN. Como exemplo de tal tombamento, tem-se o Palácio Antônio Lemos, o Forte do Castelo e a Igreja da Sé.

Se forem de relevância para o Estado, são tombados pelo DEPHAC/SECULT, a exemplo do prédio do Corpo de Bombeiros, da Área Portuária de Belém, do Colégio Paes de Carvalho e a sua área de entorno.

Destacam-se ainda os bens tombados por lei municipal, como é o caso daqueles que estão dentro da área do Centro Histórico de Belém. A Lei 7.709, que regulamenta os tombamentos municipais, transformou todo o bairro da Campina e a parte antiga do bairro da Cidade Velha em patrimônio do município. Há ainda casos em que o patrimônio é tão importante, que foi tombado pelas três esferas de governo, como é o caso do Theatro da Paz.

MAPA 03: BENS IMÓVEIS TOMBADOS



A partir da Lei Nº 7.709/94, que regulamentou o tombamento do Centro Histórico de Belém e criou sua área de entorno, o CHB foi dividido em seis zonas setoriais: Projeto Boulevard, Cidade Velha, Quartel, Campina, Porto e Comércio (MAPA 04).

Com base nessa lei, a zona um, denominada **Projeto Boulevard**, corresponde a uma área da cidade de uso originalmente comercial e habitacional, caracterizando-se hoje apenas pelo uso comercial. “É o setor que apresenta maior riqueza e diversidade, seja do ponto de vista arquitetônico, urbanístico e funcional” (BELÉM, 1999, p.73).

A zona dois, denominada **Cidade Velha** (objeto central deste estudo), é a área mais antiga da cidade. Por ser o núcleo inicial do processo de ocupação tinha como característica principal o uso residencial, mas, caracteriza-se atualmente pelo uso misto, ou seja, residencial e comercial, de característica varejista. “Ele é igualmente expressivo pela sua história e por seu significado simbólico e popular, pois nele se localiza o lugar a partir do qual a cidade de Belém foi fundada e se expandiu [...]” (BELÉM, 1999, p.74).

A zona três, denominada **Quartel**, é a área cuja ocupação iniciou no século XIX e tinha como característica o uso residencial, hoje é marcada pelo uso comercial e residencial. Foi uma das últimas áreas a ser incorporada à área urbanizada. “Sua ocupação, portanto, difere bastante do restante do CH, e é composta, na sua maioria, por prédios de pequenas dimensões, sem valor histórico ou arquitetônico expressivo” (BELÉM, 1999, p.73).

A zona quatro, **Campina** foi a segunda área de ocupação de Belém, marcada inicialmente pelo uso residencial, e, hoje, pelo uso residencial, comercial e de serviços. Nessa área é muito marcante a presença de espaços vazios, “resultantes de demolições e utilizadas como estacionamento e, também, de uma zona de prostituição que provocou a degradação das edificações e das condições ambientais” (BELÉM, 1999, p.73).

MAPA 04: ZONEAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM



A quinta zona é a do **Porto**, cuja ocupação começa no século XVIII, como continuidade da área comercial, foi originalmente marcada pelo uso residencial e comercial e hoje se destaca pelo setor de serviços e comércio. A presença do rio, “o mais importante patrimônio natural da cidade e dela inalienável, aumenta ainda mais as ricas características deste setor, transformando-o na principal porta de Belém e da Amazônia” (BELÉM, 1999, p.73).

A sexta e última zona é a do **Comércio**, cujo uso original era residencial e comercial, e atualmente, destacam-se os usos comercial e de serviços. “Concentra a maior densidade de uso comercial do CH e apresenta sérios conflitos”, tais como “grande volume de ônibus que se dirigem ao CH [...], conservação precária de passeios [...], interferência visual da propaganda comercial descontrolada, [...] intervenção nas fachadas [...]” (BELÉM, 1999, p.73).

A partir da promulgação dessa Lei, da definição e caracterização do zoneamento do Centro Histórico de Belém, e, estimulados pelas iniciativas do governo federal, estadual e municipal, alguns projetos de intervenção passaram a ser elaborados e executados em Belém, com vistas a salvaguardar o patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e urbanístico da cidade.

De acordo com os objetivos propostos nos projetos de intervenção urbana com vistas à preservação do ambiente construído, pode-se identificar nos planos urbanísticos, o uso de diversos conceitos: revitalização, reabilitação, requalificação dentre outros, que em alguns casos servem para ajudar a melhor compreender a proposta metodológica adotada para a intervenção.

Segundo Vasconcelos & Mello (2006, p. 59), na Carta de Lisboa (1995) os termos reabilitação e revitalização urbana são assim descritos:

Reabilitação urbana – É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito; revitalização urbana – engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas. (VASCONCELOS & MELLO 2006, p. 59)

Para Maricato (2001, p. 126),



ao conceito de reabilitação (ou requalificação), atribui-se uma ação que preserva, o mais possível, o ambiente construído existente (pequenas propriedades, fragmentação no parcelamento do solo, edificações antigas) e dessa forma também os usos e a população moradora. A reforma necessária na infra-estrutura existente para adaptá-la a novas necessidades procura não descaracterizar o ambiente construído herdado. Nos edifícios, busca-se fazer “intervenções mínimas” indispensáveis para garantir conforto ambiental, acessibilidade e segurança estrutural.

Para Vasconcelos & Mello (2006, p. 59 e 60), a Carta de Lisboa apresenta o conceito de reabilitação

como uma estratégia de gestão urbana, induzindo a compreensão de seu significado como sinônimo de requalificação. Em seguida, aproxima esse conceito da definição de revitalização. Tanto em um vocábulo como em outro, está explícita a importância de trazer novas atividades econômicas e, com elas, dar nova vida às áreas decadentes da cidade. A diferença entre os dois termos é o fato de o primeiro exigir a manutenção da identidade e das características, e o segundo admitir que esse mesmo procedimento possa ser adotado em zonas com ou sem identidade.

Partindo destes princípios, em Belém, sítios urbanos, monumentos históricos, casarios, em elevado grau de degradação; bem como praças e ruas, que até pouco tempo, eram em grande parte tomadas por trabalhadores informais (peixeiros, camelôs, feirantes etc.), hoje, vêm passando por intervenções, tanto em nível infra-estrutural quanto de sua funcionalidade, ou seja, tem ocorrido mudança no papel a ser desempenhado pelos mesmos, em virtude de novas necessidades e interesses da sociedade.

Esse processo pelo qual o Centro Histórico de Belém, e, nesse caso, mais especificamente, o bairro da Cidade Velha vem passando, insere-se num cenário de ordem mundial que só recentemente tem sido mais intensamente implantado em Belém, a partir de uma série de ações por parte das diversas instâncias administrativas: federal, estadual e municipal; e da iniciativa privada, com vistas a intervir nos centros históricos das cidades.

Entende-se que os projetos de intervenção são, em primeira instância, responsabilidade do poder público em suas diversas esferas administrativas. No entanto, na maioria dos casos, as ações desenvolvidas por tais esferas administrativas não têm sido encadeadas coletivamente. Na maioria das vezes, elas têm agido de forma isolada, sobretudo no que diz respeito às esferas estaduais e municipais, acarretando ações intervencionistas pontuais, ou seja, que não abrangem uma política de intervenção para o Centro Histórico de Belém



como um todo, numa perspectiva que leve em consideração o espaço urbano, apenas restaura-se um ou outro patrimônio que, algumas vezes, acaba não conseguindo desempenhar dinamicamente sua nova funcionalidade.

Dentre as diversas ações intervencionistas implementadas no bairro da Cidade Velha, destacar-se-á a intervenção realizada na Praça Frei Caetano Brandão e no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pelo Programa Monumenta Belém, cuja Prefeitura Municipal é a responsável pela Unidade Executora do Projeto (UEP), e a intervenção no Complexo Feliz Lusitânia, executada pelo governo do estado.

3.2.1. As intervenções do governo municipal através do Programa Monumenta Belém, no bairro da Cidade Velha.

A partir da promulgação de leis federais, estaduais e municipais que regulamentam os processos de intervenções nos centros históricos das cidades, e, estimulados pelas iniciativas do governo federal, através do Ministério da Cultura foi criado o Programa Monumenta, um programa estratégico com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio da UNESCO, além de recursos federais, estaduais e municipais.

Atualmente, o Monumenta se desenvolve em 26 cidades, localizados em 17 estados brasileiros, conveniados ao referido programa. Tais cidades foram escolhidas através de critérios estabelecidos por especialistas em patrimônio e representantes da UNESCO, MINC e MEC, IPHAN, EMBRATUR e órgãos estaduais e municipais de patrimônio.

De acordo com seu Regulamento Operativo (2003, p.10), o Programa Monumenta tem como objetivos de longo prazo:

- a) Preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal;
- b) Aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio;
- c) Aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para implementação de prioridades de conservação.

O objetivo de curto prazo do Programa é “aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas do Projeto” (Regulamento Operativo, 2003, p.10).



O Programa Monumenta (2002), visa prolongar o tempo de vida de uma determinada edificação ou conjunto de edificações inseridas na área de abrangência de tombamento do IPHAN.

A área de abrangência do Projeto Monumenta Belém (MAPA 05) foi definida a partir da análise da concentração de monumentos tombados e de investimentos do poder público no Centro Histórico, configurando a área correspondente aos conjuntos do Ver-o-Peso, da Praça Frei Caetano Brandão e da Igreja de Santana. Dentre esses conjuntos, já foram contemplados com os recursos do programa, a Praça Frei Caetano Brandão e a Praça Maranhão, cujas obras já foram concluídas; a Igreja de Santana, o Mercado Bolonha e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, que ainda estão em fase de restauração. Existe ainda uma série de monumentos de interesse do projeto, como é o caso da Loja Paris N'América, Igreja das Mercês, o antigo Necrotério de Belém, a Praça do Relógio, dentre outros.

Em relação aos monumentos contemplados com os recursos financeiros do Programa Monumenta Belém, dar-se-á destaque para os projetos de intervenção da Praça Frei Caetano Brandão e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, devido os mesmos localizarem-se no bairro da Cidade Velha, cerne desta pesquisa, pois até o presente momento foram os únicos que já receberam o financiamento.

Os demais monumentos de interesse do programa, também concentrados nesse bairro, ainda não foram contemplados, como é o caso da Praça do Relógio e do Antigo Necrotério de Belém; do Palácio Antônio Lemos, cuja restauração foi feita com recursos da Prefeitura Municipal de Belém; além da Catedral da Sé, Palácio Lauro Sodré, Museu de Arte Sacra, Casa das Onze Janelas, Praça D. Pedro II e Forte do Castelo, cuja intervenção foi feita com verbas do Estado.

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, ex-Largo da Sé, foi tombado pelo IPHAN em 28 de julho de 1964 e está registrado em seu Livro de Tombo de bens Arqueológicos e Antropológicos, além de ser tombado pelo município, já que faz parte do espaço correspondente ao Centro Histórico de Belém (Lei Nº 7.709/94).

MAPA 05: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA MONUMENTA



A configuração espacial da Praça Frei Caetano Brandão foi sendo traçada a partir do processo de expansão de Belém para a área não fortificada da cidade. Desde o período colonial, na medida em que foram sendo abertas as primeiras ruas do bairro da Cidade Velha, e a cidade foi crescendo para a parte mais interior do território, o largo onde se localiza a praça foi sendo formado, sobretudo após a construção da Catedral da Sé, da Igreja de Santo Alexandre e do Colégio dos Jesuítas (FIG. 02).



FIGURA 02: Planta de Belém (1791) - Theodosio Chermont

Na área em destaque, percebe-se o espaço onde posteriormente seria construída a Praça Frei Caetano Brandão.

FONTE: BELÉM, 2003, p. 10.

De acordo com o projeto de intervenção da Praça (BELÉM, 2003, p. 7),

Embora o espaço do largo já estivesse definido nesse período, não existe nenhuma indicação relativa à praça propriamente dita. Na planta de 1791, existe apenas a marcação de uma via ligando a frente da Sé às construções junto ao litoral. Fotos do final do século XIX mostram o largo como uma área descampada sem nenhum caminho ou vegetação.

A Praça Frei Caetano Brandão foi inaugurada em 1900, e mantêm, ainda hoje, como elementos remanescentes, as bases de seu traçado original (FIG. 03) e o monumento a Frei Caetano Brandão, que demarcam a referência histórica da gênese de sua construção. Outro elemento importante na composição da Praça é



a vegetação, no entanto, a mesma sofreu diversas alterações ao longo dos tempos.



FIGURA 03: Traçado original da Praça Frei Caetano Brandão
Imagem mostrando o desenho dos canteiros e caminhos da Praça,
mantidos ao longo dos tempos.

FONTE: PARÁ, 2006, p.117.

A equipe técnica responsável pelo projeto de intervenção da Praça Frei Caetano Brandão, baseou-se na concepção de Jardins Históricos presentes nos artigos 1º e 2º da Carta de Florença (1981), que afirma:

Art. 1º - Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, tem um interesse público. Como tal, é considerado como um monumento.

Art. 2º - O jardim histórico é uma composição arquitetônica cujo material é primordialmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, perecível e renovável. (IPHAN, 2004 *apud* BELÉM, 2003 p. 253).

Partindo deste princípio, a referida equipe considerou como condição essencial no processo de intervenção,

entender a praça não apenas como um elemento isolado, mas como um componente do conjunto maior que é o Largo da Sé, do qual participam as edificações de caráter monumental como a Sé, a Igreja de Santo Alexandre e Colégio dos Jesuítas, Hospital Real e o Forte do Castelo. Esse conjunto, embora alterado por intervenções ocorridas em diversos momentos, como a demolição do antigo Hospital Bom Jesus dos Pobres e Enfermos, vizinho ao Hospital Real; a demolição de parte do quarteirão limitado pelas ruas do Norte e dos Cavaleiros, recentemente reconstruído e finalmente, o alargamento da passagem entre o Largo da Sé e a Praça Dom Pedro II, ainda na década de 60, compõem, juntamente com a praça propriamente dita o conjunto arquitetônico-paisagístico cuja permanência requer tanto a preservação dos elementos



arquitetônicos como da praça que promove a sua articulação (BELÉM, 2003, p. 22).

Neste sentido, no processo de intervenção, optou-se basicamente, por manter o desenho do traçado da praça, devido à confirmação de sua originalidade enquanto um marco do período eclético no paisagismo de Belém, “com algumas correções na sua geometria para corrigir pequenas distorções” (FOTO 08).

Com relação à infra-estrutura foi procedida uma readequação do sistema de coleta de águas pluviais, “com a introdução de canaletas ao longo dos passeios e o posicionamento das caixas de coleta dotadas de grelhas”. Os postes de iluminação foram reposicionados, adequando-se ao desenho dos canteiros, mantendo-se, entretanto, “o sistema de postes de altura média, cerca de 10 metros, com luminárias de vapor metálico”, sendo mantidos, também, os refletores que iluminam a fachada da Catedral da Sé (BELÉM, 2003, p. 24).



FOTO 08: Imagem aérea da Praça Frei Caetano Brandão
 Observa-se que a configuração espacial da Praça foi mantida no decorrer dos anos
 FONTE: BELÉM, 2003, p.13.

O monumento central da Praça, a estátua do Frei Caetano Brandão (FOTO 9), recebeu iluminação específica com refletores posicionados “de forma a não provocar ofuscamento aos usuários” (BELÉM, 2003, p. 24).



FOTO 09: Praça Frei Caetano Brandão
Praça Frei Caetano Brandão após a intervenção
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

Outro importante projeto de intervenção que vem sendo realizado pelo Programa Monumenta Belém, no bairro da Cidade Velha, é a restauração do Solar do Barão de Guajará (FOTO 10), atual sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.



FOTO 10: Solar do Barão de Guajará - IHGP
Fachada, em azulejo, do IHGP bastante deteriorada.
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.



O prédio que deu origem à atual sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi um dos primeiros erguidos no entorno da Praça Dom Pedro II, e pertenceu ao Barão de Guajará, que foi presidente das Províncias do Pará, Ceará, da Paraíba e de São Paulo. “Após a morte do Barão, em 1912, a casa ainda permaneceu com a família por trinta anos, e em 1942, em 28 de janeiro, foi comprada pelo prefeito Abelardo Condurú” (DERENJI, 2002 *apud* BELÉM, 2003, p. 5).

O Solar do Barão de Guajará é um imponente edifício azulejado do início do século XIX, de autoria do arquiteto italiano Antônio Landi. Em 1942 o Solar foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Belém, que o doou no ano seguinte, ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, já que, no início do século XX, o Barão de Guajará foi um dos membros fundadores do referido instituto. Segundo Derenji (2002 *apud* BELÉM, 2003, p. 6),

a doação incluiu o imóvel e os bens móveis, constituídos pelo mobiliário e a biblioteca do Barão. O Instituto possui uma biblioteca de 16000 exemplares, muitos deles raros, a maioria sobre a região norte do país. O seu Arquivo, de grande valor documental, deverá receber um guia impresso já elaborado. Possui, ainda, um valioso acervo fotográfico além de expressivos remanescentes de uma pinacoteca de valor que contém artistas como Benedicto Calixto, Theodoro Braga, Irineu e Armando Balloni.

Em 1950, devido ao reconhecimento de sua importância cultural para a região amazônica e para o país, o Solar do Barão de Guajará, que atualmente sobrevive das contribuições de seus sócios, reduzidos a menos de 30, e de um recente auxílio anual dado pelo Governo do Estado do Pará, foi tombado pelo IPHAN, em 23 de maio de 1950, e está registrado em seu Livro de Tombo de Belas Artes, vol. 1, além de ser tombado pelo município (Lei Nº 7.709/94).

As dificuldades de manutenção e conservação do IHGP fizeram com que sua estrutura física, e conseqüentemente, seu acervo cultural, ficassem extremamente comprometidos, entrando em grave estágio de deterioração.

O projeto de intervenção do IHGP, proposto pelo Programa Monumenta Belém, tem como objetivo,

resgatar o valor material do prédio, e também o significado conceitual, fortalecendo sua natural vocação como Sede do Instituto Histórico Geográfico, e fazendo dele um espaço aberto, dinâmico, referencial de pesquisas, com recursos e instalações contemporâneos e de qualidade. (BELÉM, 2003, p.13)



De acordo com o referido projeto, as bases filosóficas para a intervenção no IHGP, fundamentam-se

na teoria de Cesare Brandi, especialmente no que se refere à busca da unidade potencial da obra de arte, dentro de uma harmonia estética entre a arquitetura remanescente e as intervenções contemporâneas necessárias, considerando as transformações do prédio ao longo dos anos. (BELEM, 2003, p.13)

Segundo Mártyres (2005, p. 71), para Brandi a restauração deve primar pelo “restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, [...] sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar as marcas do transcurso da obra através do tempo”.

Partindo deste princípio, a equipe técnica responsável pela elaboração do projeto (2003) decidiu manter o uso atual do Solar do Barão de Guajará enquanto Sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

O prédio do IHGP alocará, após a conclusão da intervenção, uma biblioteca, para o desenvolvimento de atividades ligadas à pesquisa documental, bem como usos relacionados a lazer, abertos ao público em geral, como café; uma loja, destinada à venda, especialmente de livros; um auditório, com capacidade de 70 lugares, onde poderão ser realizados congressos, seminários e outras atividades deste porte; um museu, onde será exposto o acervo de mobiliário e pictórico de época; uma galeria de retratos, onde estarão expostos retratos da nobreza brasileira, que fazem parte do acervo do Instituto; uma sala de restauração, para o desenvolvimento de atividades de restauração, limpeza e conservação de livros, bem como uma oficina de restauração de papel e um mirante, de onde se poderá ter uma bela vista de algumas áreas da cidade; além de salas ligadas ao setor administrativo.

Percebe-se, que a restauração do IHGP ainda não conseguiu despertar na comunidade do bairro da Cidade Velha a real importância da preservação deste imponente patrimônio, que ajuda a compreender a história da sociedade belenense, do início do século XIX. Acredita-se que tal fato, deve-se, ainda, a pouca conscientização da população paraense acerca da conservação patrimonial, testemunhos da história sócio-política e econômica da sociedade, enquanto construtora do seu espaço geográfico, bem como, em função desta edificação ter ficado fechada por muito tempo, e as obras ainda estarem sendo



realizadas na parte interna do prédio, o que tem dado pouca visibilidade ao processo de intervenção neste patrimônio histórico e cultural de Belém.

Além da intervenção no patrimônio tombado pelo governo federal, um aspecto bastante relevante do Programa Monumenta é a abertura de linhas de financiamento para a preservação de bens imóveis privados, já que até então, os recursos para os projetos de intervenção estavam ligados apenas ao patrimônio público. Esses financiamentos são destinados aos proprietários de imóveis tombados, com vistas a restaurar o prédio com financiamento sem cobrança de juros.

De acordo com a coordenadora da Unidade Executora do Projeto (UEP), Maria Eugênia Coimbra (15/10/2006), uma das vantagens, para quem é contemplado, é que “o pagamento do empréstimo só começa seis meses depois de concluídas as obras; outra é que quem recebe até três salários mínimos terá até 20 anos para saldar a dívida”. Para as pessoas que recebem acima de três salários mínimos, “são 15 anos. Já para os prédios comerciais, independentemente da renda, o prazo máximo é de 10 anos”.

Os proprietários que são contemplados com essa linha de crédito devem investir os recursos na “recuperação de fachadas, coberturas e estruturas e adequação da rede elétrica” (*Idem*, 15/10/2006).

Para a arquiteta Filomena Longo, que já foi diretora do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da FUMBEL, e atualmente é diretora da divisão de projetos do DPHAC/SECULT, “a iniciativa é lucrativa também para a cidade, uma vez que o financiamento é a fundo perdido”, pois o dinheiro arrecadado pelo pagamento das parcelas do financiamento “não volta para o banco, ele passa para o Fundo Municipal de Preservação, de onde o recurso é retirado para ser reinvestido na conservação das obras históricas de Belém” (AMAZÔNIA HOJE, 2006, p. 4).

Em Belém, já foram lançados dois Editais do Programa Monumenta para recuperação de imóveis do bairro da Campina e alguns da Cidade Velha. A partir da verificação dos imóveis que poderiam ser contemplados com o financiamento, foram identificados

no primeiro edital [...], 236 imóveis de interesse em 47 quadras para reabilitação e renovação arquitetônica, quando podem ser mudadas as fachadas. Desses, 13 se inscreveram, 12 foram selecionados e 04



venceram a etapa de aprovação da documentação pela Caixa Econômica. No segundo edital, foi ampliada a área do projeto para todo o centro histórico. O Monumenta elegeu 1.708 imóveis de interesse, distribuídos em 146 quadras. No total, 7.339 unidades imobiliárias poderiam ser atendidas. Dessas, 12 se candidataram, e delas 11 foram selecionadas (DIÁRIO DO PARÁ, 2006, p. A 8).

Antes de o primeiro edital ter sido lançado, foi feita uma espécie de campanha para incentivar a participação dos proprietários. Apesar desta iniciativa, “infelizmente, a participação da sociedade foi muito pequena. Fizemos um trabalho de sensibilização em 47 quadras entregando pessoalmente as cartas-convites para audiência pública”, realizada em outubro de 2005. “Distribuímos cerca de 250 cartas [...] A gente vê que, mesmo o poder público fazendo a sua parte, há uma dificuldade de acolhida da proposta”, afirmou Filomena Longo (DIÁRIO DO PARÁ, 2006, p. A8).

Algumas hipóteses têm sido suscitadas no afã de buscar explicar o pouco interesse por parte dos proprietários dos imóveis privados. Uma delas, parte do princípio de que grande parte do acervo arquitetônico pertence à famílias tradicionais “com pendências em inventários, ou são vários herdeiros e não há consenso para reabilitação do imóvel, ou perderam o poder aquisitivo e usam os imóveis para hipoteca” (DIÁRIO, 2006, p. A 8), ou ainda, porque não possuem “a posse legal do prédio” (DIÁRIO, 2005, p. 3).

Para garantir a sustentabilidade dos projetos financiados pelo Programa Monumenta, no Município, foi criado o Fundo de Preservação, sendo esta uma das exigências para a aprovação dos projetos. O Fundo de Preservação visa aplicar “os recursos financeiros gerados direta ou indiretamente pelo Projeto para cobrir os custos de conservação dos Monumentos Nacionais na Área do Projeto”. No caso destes recursos gerarem excedentes, os mesmos “poderão ser aplicados na conservação de monumentos considerados pelo IPHAN de excepcional valor e situados na Área de Projeto”, e, havendo ainda excedente, “na replicação do Projeto sobre sua Área de Influência” (BELÉM, 2003, 16).

Além dos financiamentos com vistas à preservação do patrimônio público e de bens imóveis privados, o Programa Monumenta prevê o apoio financeiro à promoção de atividades econômicas que incentivem a “participação de empresas privadas, moradores e outros grupos não governamentais na promoção de atividades culturais e turísticas voltadas para a intensificação do uso econômico



do patrimônio histórico”, além da “capacitação de artífices e de agentes locais de cultura e turismo” e “programas educativos sobre o patrimônio histórico” (BELÉM, 2003, 13-14).

Neste sentido, percebe-se que o Programa Monumenta tem uma atuação bastante ampla, não se restringindo apenas à restauração e refuncionalização do patrimônio, mas abrange também outros setores ligados às ações patrimoniais, com vistas à uma maior capacitação e conscientização da população acerca da importância da preservação e conservação do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural de Belém.

3.2.2. As ações intervencionistas do governo do estado no bairro da Cidade Velha

No que diz respeito aos projetos de intervenção no espaço urbano do bairro da Cidade Velha, realizados pelo governo do estado, através da Secretaria Executiva de Cultura do Pará (SECULT/DPHAC), destacar-se-á a revitalização do Complexo Feliz Lusitânia.

A revitalização do Complexo Feliz Lusitânia, foi um dos projetos de maior visibilidade desenvolvido no bairro da Cidade Velha, nos últimos anos, devido ao volume de investimento, à quantidade de monumentos envolvidos e à sua área de abrangência.

O projeto Feliz Lusitânia, denominação inspirada “naquela atribuída, no século XVII, nos primórdios da colonização, ao 1º povoado que deu origem à Santa Maria de Belém do Grão-Pará”, busca “suscitar os referenciais históricos, sociais, econômicos e da ocupação territorial da Amazônia e do Pará, as dimensões urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas da cidade”, procurando representar a “Revitalização Urbana do Núcleo do Centro Histórico da Cidade de Belém” (PARÁ, 2002, p.1). As obras de execução do projeto de intervenção foram iniciadas em 1997 e concluídas em dezembro de 2002.

De acordo com os responsáveis pelas obras de revitalização do Complexo Feliz Lusitânia (FOTO 11),

o território de intervenção para revitalização urbana do **Projeto Feliz Lusitânia** tem como polígono definido o núcleo histórico de fundação da cidade, composto por múltiplos espaços construídos, prédios da



arquitetura colonial, arquitetura civil, religiosa e oficial com influência luso-brasileira. Espaços abertos com ecos da memória colonial da cidade, demonstrada pelo traçado das ruas da Cidade Velha, pelo seu tipo de ocupação, suas praças e sua relação com o rio (PARÁ, 2002, p.1).



FOTO 11: Vista aérea do Complexo Feliz Lusitânia
 FOTO: João Ramid. FONTE: PARÁ, 2006, p. 322

De acordo com o projeto da SECULT, a intervenção no Complexo Feliz Lusitânia (PARÁ, 2002, p. 1), foi subdividida em cinco etapas: **Museu de Arte Sacra/Igreja de Santo Alexandre** (1ª etapa), **Casario da Rua Padre Champagnat** (2ª etapa), **Forte do Presépio/Museu do Forte do Castelo** (3ª etapa), **Espaço Cultural Casa das Onze Janelas Antônio Landi** – Centro de Referência da Arte Contemporânea Brasileira (4ª etapa) e **Casario da Ladeira do Castelo** (5ª etapa⁹).

Todas estas edificações remontam ao processo histórico de apropriação e ocupação do espaço belenense nos séculos XVII e XVIII, monumentos de reconhecido valor cultural e histórico, que para a equipe técnica, são “passíveis de um programa de preservação auto-sustentável, dentro de uma perspectiva de

⁹ Esta etapa não foi realizada porque foi retirada, posteriormente, do projeto e não se encontram, em nenhum documento oficial, os motivos que justifiquem tal procedimento.



desenvolvimento urbano direcionado ao social, ao turismo cultural e à recuperação do patrimônio edificado” (PARÁ, 2002, p. 2).

O projeto de intervenção no Complexo Feliz Lusitânia, que abrange aproximadamente 50.000 m², do núcleo inaugural da cidade de Belém, foi norteado

por dois princípios básicos: a retirada de todos os acréscimos que agrediam e descaracterizavam as instalações mais originais de cada prédio; e a preservação – às vezes até mesmo valorizada – das alterações promovidas em diversas épocas, e que foram consideradas como contributivas à artisticidade do conjunto. As intervenções tiveram como fundamentação pesquisas e prospecções, evitando-se, em todas as etapas da obra, deslizar para a solução do falso histórico. [...] além da proposta de novo uso destes prédios, dotando-os de todos os equipamentos da área museológica e administrativa necessários para o seu funcionamento, assim como a restauração dos acervos museais. A preservação também inclui uma proposta de renovação da infraestrutura urbana e redes de utilidades públicas. (PARÁ, 2002, p. 2 e 9)

A primeira etapa de intervenção nesse complexo abrangeu a Igreja de Santo Alexandre e o antigo Palácio Episcopal, denominado atualmente de Museu de Arte Sacra do Pará (MAS), que foram adaptados para uso museológico e inaugurados em setembro de 1988.

O conjunto formado pela Igreja de Santo Alexandre e pelo Colégio dos Jesuítas, antigo Palácio Episcopal, foi tombado pelo IPHAN em 31 de janeiro de 1941 e está registrado em seu Livro de Tombo de bens Históricos, vol. 1, além de ser tombado pelo município (Lei N^o 7.709/94).

A igreja de Santo Alexandre (FOTO 12), uma edificação jesuítica, teve o início da sua construção por volta de 1698 e foi inaugurada em 21 de março de 1719.

O Palácio Episcopal, também teve sua construção iniciada por volta de 1698, mas só foi concluída após a expulsão da Companhia de Jesus, pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, cuja reforma da fachada ficou sob a responsabilidade de Antônio Landi.

Estas duas edificações constituem-se em uma expressão monumental da ação dos jesuítas no processo de colonização da Amazônia. O conjunto arquitetônico de Santo Alexandre (FOTOS 13 e 14) imprimia na organização espacial de Belém um grande contraste com as modestas construções de taipa de pilão, típicas da cidade nos séculos XVII e XVIII.



FOTO 12: Igreja de Santo Alexandre e Palácio Episcopal
A Igreja de Santo Alexandre ficou fechada por mais de 50 anos e a obra de restauro se iniciou apenas na década de 1980.
FOTO: Acervo fotográfico do DEPHAC – SECULT, s/d.



A Igreja passou a integrar o Museu de Arte Sacra e suas atividades religiosas ficaram restritas apenas à realização de alguns casamentos e batizados, normalmente da classe burguesa de Belém.

Transformado em Museu, o antigo Palácio Episcopal, abriga coleções de Arte Sacra, com um acervo de mais de 320 obras, datadas dos séculos XVII e XVIII.



FOTO 13 e 14: Museu de Arte Sacra após a Revitalização
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.



Após a conclusão das obras de revitalização, implementadas pelo estado, essas edificações passaram a abrigar o Museu de Arte Sacra do Pará.

Além do Museu de Arte Sacra, a Igreja de Santo Alexandre e o Palácio Episcopal, passaram a abrigar um auditório para 50 lugares, a Galeria de Arte Fidanza, o Café do Museu, uma loja de produtos culturais - Empório das Artes, uma oficina de restauração, uma biblioteca especializada e demais compartimentos de serviço e administração, assim como dois jardins internos que servem para recepções e concertos ao ar livre. A Igreja foi toda equipada com sistema de iluminação e som, e salas de controle “que permitem realizar concertos, recitais e outros eventos compatíveis com as características do lugar” (PARÁ, 2005, p. 121).

O conceito museológico que definiu a organização da exposição de longa duração do Museu de Arte Sacra foi norteado a partir de três vetores principais:

- 1- Mapeamento religioso de Belém – Núcleo introdutório, responsável pela apresentação do histórico da presença das diferentes ordens religiosas em Belém, e suas principais igrejas, enquanto edificações erguidas em busca da conquista e da expansão da fé na Amazônia;
- 2- Igreja de Santo Alexandre: objeto museal – A contigüidade entre a Igreja de Santo Alexandre e o Palácio Episcopal determinou o conceito de complexo arquitetônico único [...]. Assim sendo, no discurso expositivo do Museu, a Igreja se insere como objeto museal magno, central e articulador, que sintetiza para o visitante todo um contexto histórico e religioso.
- 3- Iconografia dos Santos – [...] a escolha desse vetor de apresentação do acervo obedeceu a uma singela forma de intruir a mais espontânea relação da população de Belém com o seu Museu. Para o povo que carrega ano a ano, a tradição emblemática da Festa do Círio de Nazaré, o Museu deveria tratar de devoções, explicar atributos, questionar versões e estabelecer múltiplas leituras sobre a iconografia dos santos (PARÁ, 2005, p. 258).

O conjunto arquitetônico de Santo Alexandre, após a assinatura do termo de comodato¹⁰, entre a Cúria Metropolitana e o governo do estado, passou para a responsabilidade gerencial da SECULT, para a qual foi concedido o direito de uso por 20 anos.

A segunda etapa do processo de revitalização do Complexo Feliz Lusitânia, correspondeu à restauração do Casario da Rua Padre Champagnat, que se localiza ao lado da Igreja de Santo Alexandre.

¹⁰ Destina-se aos proprietários de imóveis que não tenham interesse na sua restauração ou não disponham de recursos para esta finalidade. Por seu intermédio, os proprietários de imóveis em CH, que quiserem se desobrigar dos custos de restauração, cedem ao Poder Público o direito ao uso do mesmo por tempo determinado, ao fim do qual o imóvel volta, em boas condições e já restaurado, ao seu pleno usufruto (BELÉM, 1999, p. 89).



O conjunto formado pelo Casario da Rua Padre Champagnat é tombado em nível federal e municipal, por se concentrar no espaço correspondente ao Centro Histórico de Belém (Lei Nº 7.709/94).

Esse conjunto, formado por casas térreas e sobrados, são característicos do espaço urbano colonial dos séculos XVII e XVIII. De acordo com Braga (2006, p. 129) as habitações nesse período funcionavam

como figurante na paisagem urbana de vilas e cidades brasileiras, destacando-se assim como atores principais os edifícios públicos e as igrejas tidos como referenciais arquitetônicos das cidades.

É neste contexto de organização espacial da cidade que se insere o Casario da Rua Padre Champagnat, um conjunto formado por oito edificações geminadas (FOTO 15), que foram construídas no núcleo inicial de formação de Belém, localizadas no entorno do Complexo Feliz Lusitânia.

Os sobrados, com dois ou mais pavimentos, eram moradias típicas da classe mais abastada da época e normalmente exerciam duas funções: de moradia, na parte superior e comercial, no pavimento inferior. Em alguns casos, a parte inferior das propriedades abrigava a senzala ou depósito.

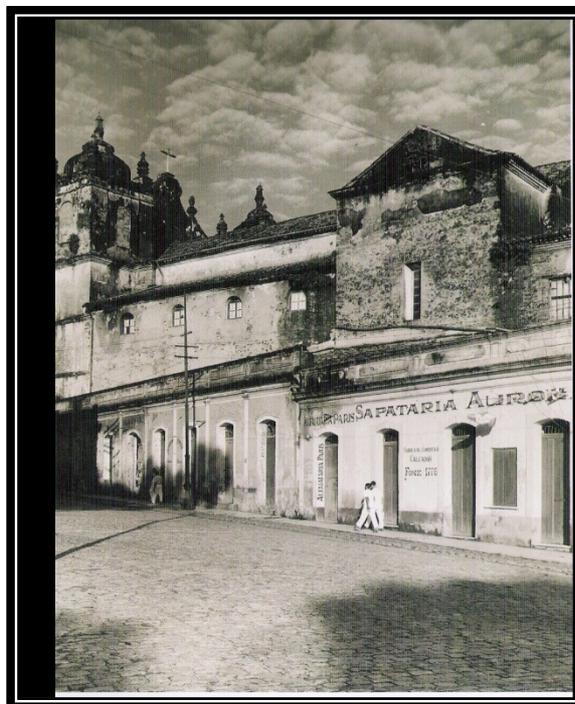


FOTO 15: Casario da Rua Padre Champagnat
Por volta de 1940, o Casario já se apresentava em elevado estado de degradação.

FOTO: Roberto Smith (1940).

FONTE: PARÁ, 2006, p. 131.



Desenvolvida desde o período colonial, a atividade comercial, em especial de cunho varejistas, predomina até hoje nos sobrados da Rua Padre Champagnat que não foram inclusos no projeto de revitalização do Complexo Feliz Lusitânia.

Antes de serem submetidas ao processo de revitalização proposto pela SECULT, o casario foi desapropriado, em 1997, após avaliação da Secretaria de Estado de Obras Públicas -, e seus proprietários foram indenizados pelo Governo do Estado.

De acordo com o projeto de restauração e uso do Complexo Feliz Lusitânia, o Casario da Rua Padre Champagnat configurava-se da seguinte forma:

Três imóveis de um pavimento, com unidades apresentando acentuado nível de descaracterização e péssimo estado de conservação, e cinco imóveis de dois pavimentos, todos com platibanda. Nesse caso, embora com alguma descaracterização, apresentavam melhor conservação. [...] A intervenção possibilitou a demolição de vários anexos, construídos em algumas delas, que invadiam um dos pátios internos originais da Igreja de Santo Alexandre (PARÁ, 2006, p. 211).

Após as intervenções, o casario (FOTO 16) passou a abrigar o Museu do Círio, que foi “projetado para ser, em conjunto com o MAS, um desdobramento dos indicadores de religiosidade no Pará” (PARÁ, 2006, p. 211), o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado (DPHAC), o salão de recepções La Pomme Dor, com capacidade para 200 pessoas, cujo objetivo é “atender à demanda por celebrações de casamentos da Igreja de Santo Alexandre” (PARÁ, 2006, p. 211), localizadas nas casas de dois pavimentos, além da instalação da sorveteria Cairu e da loja de artesanato Esquina, instaladas nas casas terras.

Para atender aos objetivos propostos no projeto, “o uso desse casario foi direcionado para o comércio turístico” (PARÁ, 2006, p. 211), pois a perspectiva da SECULT é a de que, junto com outras ações paralelas, a revitalização do casario possa impulsionar o retorno do turismo à Belém, “interligando a cidade, a partir de um pólo turístico cultural, à região das ilhas (sendo a do Marajó a mais importante) e ao curso do rio Amazonas e seus afluentes” (PARÁ, 2002, p. 3).

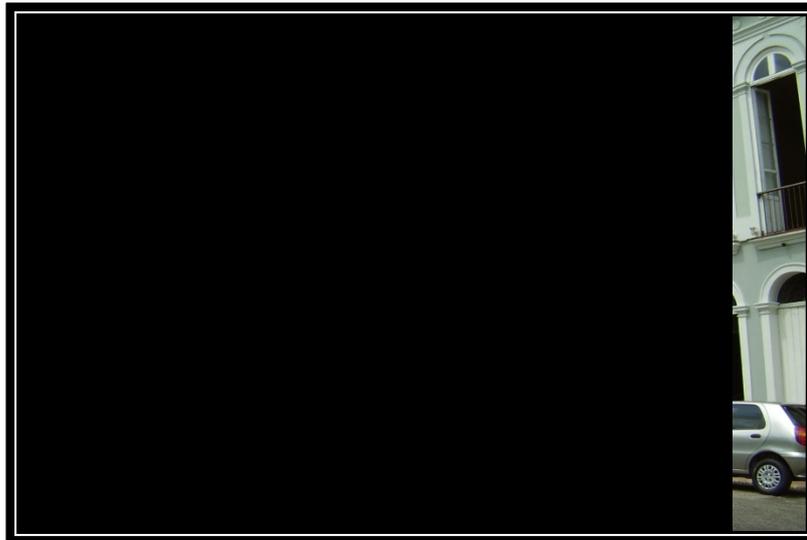


FOTO 16: Casario da Rua Padre Champagnat Revitalizado
Conjunto restaurado para o comércio turístico

FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

A terceira etapa do projeto Feliz Lusitânia correspondeu à revitalização do Forte do Castelo, marco inicial de ocupação portuguesa na Amazônia. Sua construção não só demarca a configuração espacial do processo de apropriação do território, como foi “literalmente, o ponto de partida de instalação da cidade funcionando, ao mesmo tempo como ponto nodal e focal de todo desenho urbano” de Belém, a partir de sua fundação, em 1616 (PARÁ, 2006, p. 14).

A primeira obra da fortificação foi construída em madeira com cobertura de palha. Mais tarde, devido à fragilidade do material usado nesta construção, o Forte foi reconstruído em taipa de pilão, um material mais resistente. Daí por diante, passou “por várias modificações e acréscimos, além de longos anos de abandono e até mesmo de ruína” (PARÁ, 2006, p. 192). O forte sofreu também outras intervenções ao longo de sua história, com diferentes construções que datam dos séculos XVII, XVIII e XIX.

No período imperial, apesar de se constituir em uma área estratégica para a defesa de Belém, o Forte ficou abandonado.

O mato invadiu o lugar dos canhões. As paredes começaram a ruir-se. O aspecto do forte assemelhava-se a de um valhacouto. E o Castelo, derruído, serviu ironicamente de refúgio para uma das facções dos revoltosos do chamado movimento da Cabanagem, que de 1835 a 1838 mergulhou em Belém numa sangrenta guerra civil. E este episódio constituiu o fecho da breve crônica guerreira do Forte (TOCANTINS, 1987, p. 64).



De acordo com Tocantins (1987), o Forte foi reconstruído, ainda no período imperial, a mando do então governador Jerônimo Francisco Coelho, dando-lhe o aspecto físico de sua última formação. Em 1876 o Ministério de Guerra ordenou o desarmamento do Forte, para nele ser instalado o “Arsenal de Guerra, o que nunca chegou a se concretizar, ficando o local eventualmente utilizado como depósito de material do Exército”.

Durante alguns anos, o Forte (FOTO 17) ficou fechado, mas sob a vigilância e responsabilidade do Exército, onde posteriormente passou a funcionar o clube do Círculo Militar de Belém.

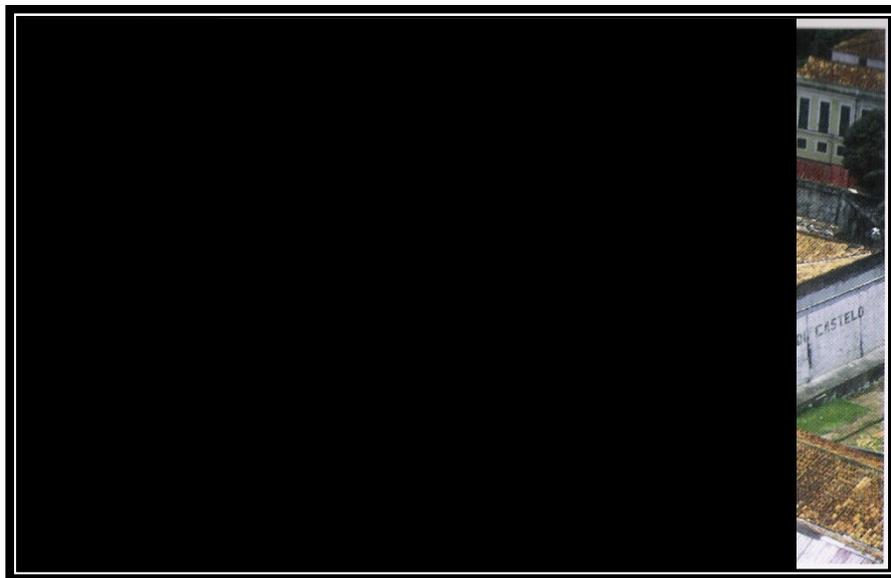


FOTO 17: Forte do Castelo

Antes da revitalização o Forte, estava sob a responsabilidade do Exército, onde funcionava o Círculo Militar.

FONTE: PARÁ, 2006, p. 86

A ocupação militar do Forte, como sede do Círculo Militar de Belém constituiu-se num primeiro obstáculo para o desenvolvimento dos trabalhos de campo projetados pela equipe técnica da SECULT, responsável pela execução da obra, pois dificultavam o início das prospecções arqueológicas já que,

nos espaços construídos no seu interior funcionavam, além da recepção e administração do clube, um salão de festas, bar, restaurante, lanchonete, cozinha, sanitários e depósitos. Na área compreendida entre o forte e o muro, construído junto à Praça Frei Caetano Brandão funcionavam o cassino dos Oficiais e escritórios de uso exclusivo do Exército; um restaurante de comidas típicas; um pequeno hotel de trânsito praticamente desativado e uma loja de artesanato regional (PARÁ, 2006, p. 192).



Para superar esse obstáculo, foi necessária uma série de ações por parte do governo estadual, pois mesmo já tendo adquirido essa área do Exército, através de negociação com o Ministério do Exército intermediada pelo Comando da 8ª Região Militar, que possibilitou a alienação desta área da União para o Estado, precisava-se promover a “desativação da utilização existente e o remanejamento dos seus ocupantes, cujo processo se deu de forma lenta e gradativa” (PARÁ, 2006, p. 192).

O processo de desativação do forte foi muito demorado e oneroso¹¹ para o Estado e só foi alcançado após uma “longa e desgastante batalha judicial para a retirada do restaurante do Círculo Militar que se encontrava sublocado e da loja de produtos artesanais” (PARÁ, 2006, p. 193).

Ultrapassado esse primeiro obstáculo, foram iniciadas as obras que iriam transformar o Forte do Castelo em Museu Arqueológico, que voltaria a receber o nome original de Forte do Presépio (FOTOS 18 e 19).

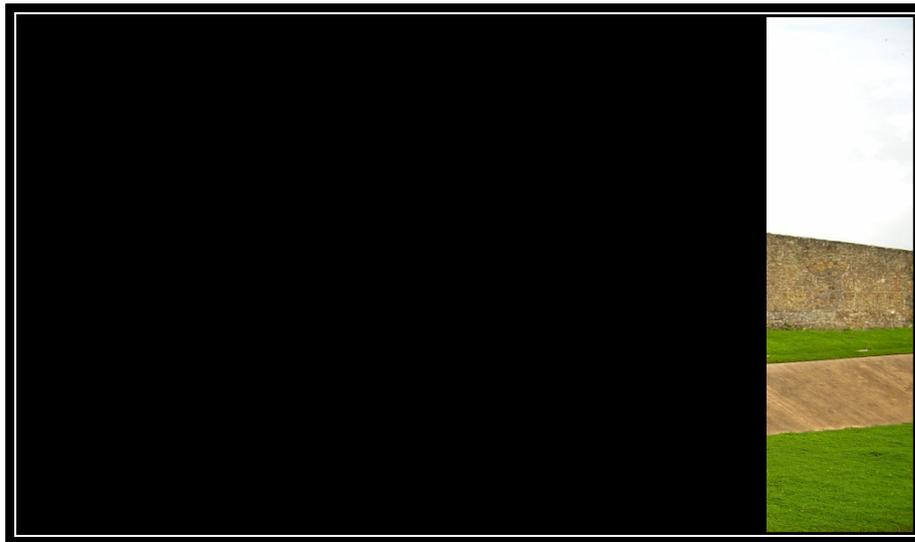
As obras de revitalização na área do Forte,

[...] foram iniciadas a partir de prospecções arqueológicas pontuais, com base em estudos iconográficos, que contribuíram para as definições do projeto de revitalização. Essas escavações resultaram no descobrimento de cerca de 70 mil fragmentos arqueológicos, entre artefatos indígenas; fragmentos de espada, provavelmente do século XVIII; fragmentos de cerâmica e de faianças; cachimbos de porcelana; alicerces de obras anteriores, como os da antiga Capela de Santo Cristo (1621-26); rampas em pedra; além de canhões, casa de pólvora e outros materiais de uso do Exército. [...] As descobertas arqueológicas implicaram em sucessivas adaptações do projeto de restauração do monumento, mas o conceito inicial permaneceu o mesmo (PARÁ, 2003, p. 3).

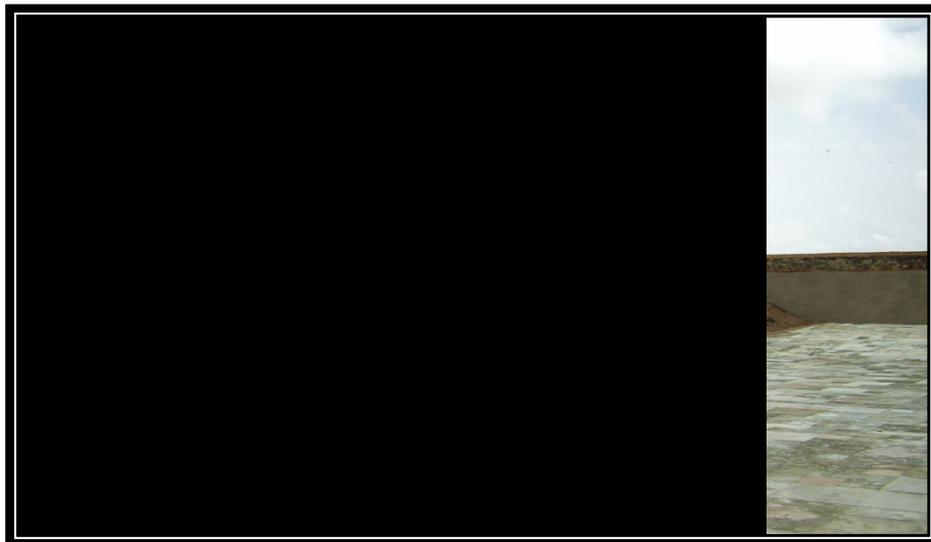
De acordo com os responsáveis pela obra,

na adequação do Forte para uso como museu, tendo como primeiro acervo singular a própria edificação, buscou-se, no discurso museológico, implementar o núcleo embrionário em torno do qual se estruturou a cidade, que registra não só o contato entre portugueses e indígenas, no bojo do processo amplo de colonização, como também consolida, em verdadeiras camadas temporárias, a evolução do uso da própria edificação, a vida cotidiana da cidade, e a expansão urbana compreendida entre 1616, ano de sua fundação, e 1962, ano em que a edificação foi tombada pelo IPHAN (PARÁ, 2003, p. 5).

¹¹ Tal negociação custou R\$ 6.000.000 (Seis milhões de Reais) aos cofres públicos, valor suficiente para se construir um novo quartel na cidade (PARÁ, 2006, p. 193).



O Forte do Castelo passou a abrigar o Museu Arqueológico do Forte do Presépio, em alusão à sua denominação no período colonial.



Antiga Praça das armas, visão panorâmica da área interna do Museu.

FOTO 18 e 19: Museu Arqueológico do Forte do Presépio
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

O Forte do Castelo, antigo Forte do Presépio, foi tombado pelo IPHAN em 28 de agosto de 1962 e está registrado em seu Livro de Tombo de bens Históricos, vol. 1, e também é tombado pelo município (Lei Nº 7.709/94), na categoria de Preservação arquitetônica Integral, ou seja, qualquer proposta de intervenção deve considerar as características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel. Mesmo não sendo tombado pela



esfera estadual, atualmente, como já foi mencionado anteriormente, a concessão de uso do forte pertence ao governo do estado.

Partindo deste princípio, foram demolidos vários anexos que haviam sido construídos ao longo do processo histórico de construção e restaurações do Forte do Castelo, tais como o “hotel de trânsito, loja de artesanato, Cassino dos Oficiais, quadra de esportes, depósitos e o Prédio que abrigava o restaurante do Círculo Militar [...]”. Além destas demolições, os responsáveis pelo projeto acharam necessário “retirar parcialmente da frente do forte o paredão erguido na segunda metade do século XIX” (PARÁ, 2006, p. 193).

O paredão a que se refere a equipe técnica da SECULT, nada mais era do que o muro de aquartelamento do Forte (FOTOS 20 e 21), cujo período e contexto de sua construção são bastante controversos, nas várias obras que tratam do Forte do Castelo, e cuja importância do mesmo é visto de forma extremamente divergentes entre os órgãos patrimoniais das diversas esferas de poder que atuam em Belém.

O cenário criado pela demolição do muro fronteiro do Forte do Castelo descortinou um novo palco de conflitos que seria travado entre o governo do estado e o governo municipal, principalmente através do Departamento de Patrimônio da FUMBEL, cujo fogo cruzado entre os órgãos patrimoniais foi parar na justiça.

A polêmica discussão sobre essa demolição foi pautada nas diferentes concepções acerca da importância histórica e cultural do muro, na leitura e compreensão espacial do Forte do Castelo no contexto da cidade.

O Departamento de Patrimônio Histórico (FUMBEL/DEPH), enquanto gerenciador da política de preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural do município, é órgão gestor do Centro Histórico de Belém, tornando-se assim, um dos responsáveis por avaliar os projetos de intervenção proposto para essa área.

Neste sentido, ao analisarem o Projeto de Revitalização do Forte do Castelo, os técnicos deste departamento fizeram uma série de considerações, dentre as quais, a de maior relevância dizia respeito à proposta de demolição do muro de aquartelamento do Forte, cujo departamento foi contrário, como pode ser observado no depoimento a seguir:



Nossa análise, quanto ao projeto ora apresentado, que mantém o pórtico, mas prevê a demolição quase total do muro em pedra e cal, deixando o que seria uma referência ao atual em uma estreita faixa, especificada na Prancha 01 – Planta Geral de Urbanização, como “mureta de pedra de 40 cm acima do nível do piso existente”, nos parece quase uma afronta ao elemento que se configura na verdade como constitutivo da própria posição defensiva do Forte, ainda que não visto como elemento original ou da fase “heróica” do Forte. (PARECER Nº 332/2002 – DEPH/FUMBEL, 2002, p. 7).



FOTO 20: Elza Lima

FONTE: PARÁ, 2006, p. 242.

O “muro da discórdia”, cujo processo de demolição desencadeou sérios conflitos entre o governo estadual e municipal.

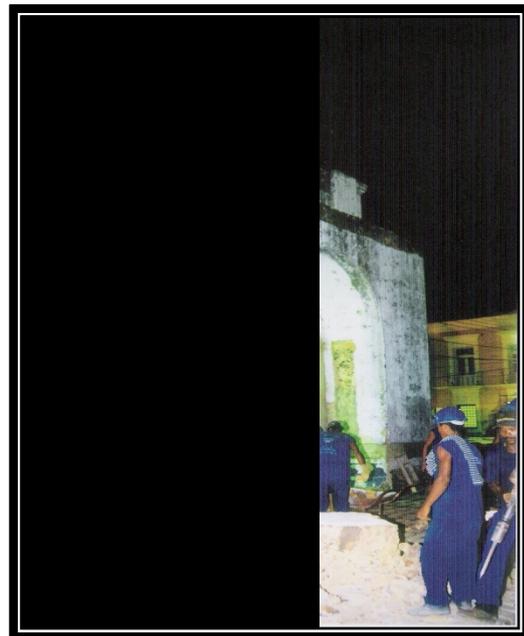


FOTO 21: Octávio Cardoso FONTE: PARÁ, 2006, p. 291.

FOTO 20 e 21: Muro de Aquartelamento do Forte do Castelo



Mesmo reconhecendo a justificativa da SECULT relacionada “ao papel desempenhado pelo forte na gênese urbana da cidade” (PARÁ, 2001 *apud* BELÉM, 2002, p. 7), os técnicos do DEPH/FUMBEL consideraram que “não se deve ‘abstrair a existência do muro’ para perceber a ‘relação simbiótica entre o forte e a cidade’” (BELÉM, 2002, p. 7). Tal discordância ratificava-se ainda mais por concordarem com os argumentos expostos no Ofício N° 306/2002 (BRASIL, GAB/2ªSR do IPHAN, 2002) que afirmava ser incoerente a proposta de “pesquisar e expor os vestígios enterrados da fortificação para melhor compreender sua evolução no tempo, ao mesmo tempo em que se destrói o que está consolidado e incorporado ao conjunto fortificado” (BRASIL, 2002 *apud* BELÉM, 2002, p. 7), fazendo referência à Bateria Baixa do Forte (FOTO 22), que foi descoberta a partir das prospecções arqueológicas e que passou a ser um elemento de exposição após a revitalização.



FOTO 22: Bateria Baixa do Forte do Presépio

Descoberta durante as prospecções arqueológicas, passou a integrar o circuito museológico do forte do Presépio.

FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

Afirmavam ainda que “também não devemos ignorar, a relação da própria comunidade diante da presença desse elemento como integrante do monumento, dentro de uma visão de percepção imagética urbana consolidada” (BELÉM, 2002, p. 7).



Como se pode perceber, à época, a direção da 2ª Superintendência Regional do IPHAN, que inicialmente não se opôs à demolição do muro, também passou a ser contrária, como fica bem claro no Ofício Nº 306/2002 (BRASIL, GAB/2ªSR do IPHAN, 2002, p. 2):

[...] o desenrolar das pesquisas arqueológicas revelaram na parte anterior da ponte uma bateria baixa, constituindo obras externas da fortificação. Também a evolução da pesquisa iconográfica identificou documentos datados de 1896 onde a muralha já se encontrava no local. Estes dados, acrescidos da confirmação, com o princípio da demolição do muro, de ser este construído de alvenaria de pedra argamassada com barro e cal de sernambi, levaram-nos a rever este aspecto da proposta inicial, mediante o que solicitamos à SECULT a paralisação da demolição e a revisão do projeto. [...] esta suposição, confirmada posteriormente pela pesquisa iconográfica, levou-nos a rever a posição inicial e a defender a permanência da muralha, uma vez que inclusive, vários representantes da sociedade belenense estão questionando e aguardando o posicionamento oficial do IPHAN, quanto à autorização da demolição.

Para os proponentes do projeto, a demolição do muro assim se justificava:

O simples fato de lhe imputar uma função específica, atrelada ao momento de sua construção, não nos autoriza a desconhecer o processo histórico que o produziu e que o superpôs aos significados anteriormente existentes na área. Durante a sua fase heróica, o Forte do Presépio defendia a cidade, assegurando as então consideradas indispensáveis condições de segurança e proteção aos seus habitantes. Com a decadência de sua função estratégica e militar, a partir da segunda metade do século XIX, o Forte passou a se defender da cidade. A construção do muro como forma de prevenir o roubo e o vandalismo constitui, por si só, um claro indício da nova situação imposta ao monumento. Tratava-se de “aquartelar” o Forte, mantendo a cidade à distância. Se na fase que denominamos “heróica”, o Forte do Presépio sombreava (metaforicamente) a cidade, afirmando-se como o protagonista principal da cena urbana, o muro, desde o momento de seu aparecimento, sombreia o Forte, ocultando a sua presença monumental e transformando-o em um mero coadjuvante sem expressão nem sentido (PARÁ, 2002, p. 14.).

Seguindo esta linha de raciocínio, os técnicos responsáveis pelo projeto de revitalização ainda argumentavam que

A barreira física que impediu o acesso da população às cercanias do Forte e a fruição visual da sua presença no cenário da vida cotidiana, produziu também a desvalorização do monumento, acentuando o processo de decadência imposto pelas novas técnicas e estratégias de defesa do território. Indefeso pelo ocultamento produzido, o Forte tornou-se “presa fácil” para formas de utilização inadequadas e espúrias, como por exemplo, a instalação em seu recinto da Companhia inglesa Port of Para, durante os anos de 1907 e 1920, e, mais recentemente, a sede do Círculo Militar de Belém. [...] A implantação do Projeto Feliz Lusitânia pretende, portanto, resgatar o papel desempenhado pelo



forte do Presépio desde a fundação da cidade, como principal protagonista da cena urbana. Sua presença monumental dentro do conjunto arquitetônico e paisagístico é um ponto fundamental para a compreensão dos significados a ele incorporados (PARÁ, 2002, p. 14.).

Partindo destes princípios, a proposta apresentada, pela SECULT ratificava “a demolição parcial do muro de aquartelamento, de modo a assegurar a preservação do registro de sua existência como parte da história do monumento” (FOTO 23), e propôs a “conservação integral do pórtico, bem como de trechos das paredes vizinhas em ambos os lados, de modo a permitir a sua legibilidade como pórtico de acesso incrustado no muro” (PARÁ, 2002, p. 14-15).

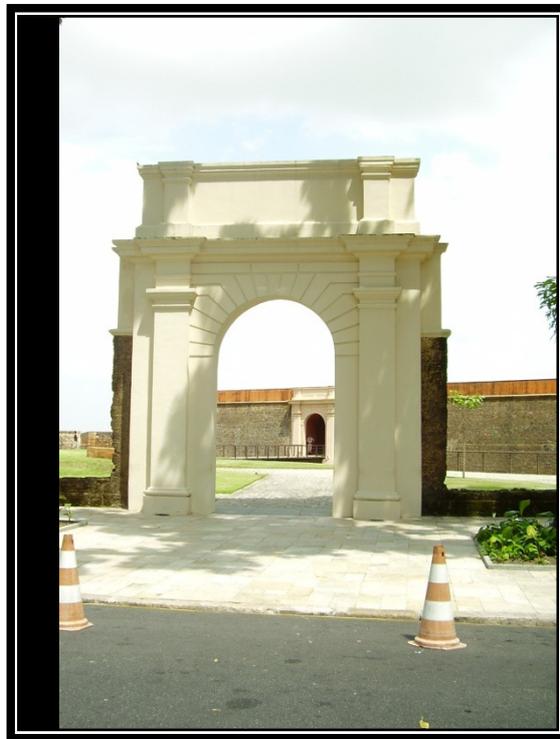


FOTO 23: Pórtico de acesso ao Forte do Presépio

Após a batalha judicial, o muro foi derrubado, preservando-se apenas o pórtico de acesso e trechos das suas paredes vizinhas em ambos os lados.

FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

Mesmo antes das ações judiciais movidas pela Prefeitura de Belém terem sido julgadas e concluídas, parte do muro chegou a ser derrubado e esse procedimento só foi encerrado com o embargo temporário da obra, até que se chegasse a uma decisão definitiva acerca da proposta de sua demolição.

Após uma longa e desgastante batalha judicial, o governo do estado conseguiu sair vitorioso e os trabalhos de intervenção no Forte do Presépio foram



retomados e concluídos, sob a égide de uma revitalização urbanística do sítio histórico de fundação da cidade.

A Casa das Onze Janelas, quarta etapa do projeto Feliz Lusitânia, é uma edificação do século XVIII, que foi construída para ser a residência particular de Domingos da Costa Bacelar. O prédio foi construído a partir das técnicas de taipa de pilão e a taipa de mão, bastante utilizada na época.

Em 1768 o sobrado, localizado no Largo da Sé, foi comprado pelo governador Fernando da Costa de Ataíde Teive e foi reformado para em suas instalações funcionar o Hospital Real¹², com vistas a atender o grande número de soldados e da população em geral, frequentemente submetidos a enfermidades na época.

O edifício do antigo Hospital Militar foi tombado pelo IPHAN em 17 de dezembro de 1964 e está registrado em seu Livro de Tombo de bens Históricos, vol. 1, além de ser tombado pelo município (Lei Nº 7.709/94). Sua concessão de uso pertence atualmente ao governo do estado.

Antes de ser revitalizado, abrigava a 8ª Região Militar do Exército, e teve sua estrutura readaptada para atender às necessidades dessa nova função, como por exemplo, a construção de galpões em sua lateral (FOTO 24).

Após a revitalização, o prédio passou a abrigar o Espaço Cultural Casa das Onze Janelas Antônio Landi (FOTO 25), que foi transformada no Museu de Arte Contemporânea, com exposições de longa duração. Possui também uma sala de exposições temporárias, além de contar com um bar-restaurant, “Boteco das Onze” e com espaços destinados à administração do Museu.

¹² Esta reforma foi projetada por Antônio Landi, responsável pela construção de importantes obras na Amazônia, durante o período colonial (PARÁ, 2006, p.201).

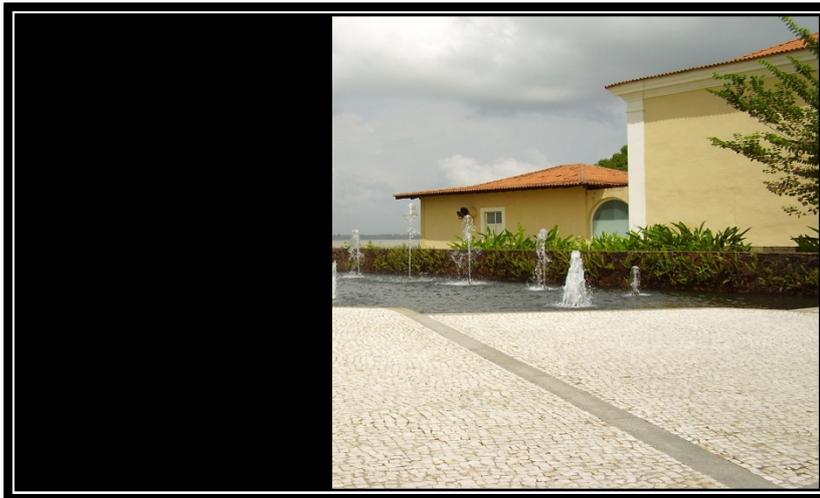


FOTO 24: 8ª Região Militar do Exército
 Para atender às necessidades do Exército, foram construídos três galpões ao lado do antigo Hospital Militar.
 FOTO: Octavio Cardoso FONTE: PARÁ, 2006, 254.



FOTO 25: Casa das Onze Janelas
 Atual Museu de arte Contemporânea do Pará
 FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

Como parte do projeto, o governo do estado desapropriou três galpões, que também pertenciam ao Exército e foram demolidos para dar lugar à Esplanada do Guamá (FOTO 26 e 27), formada por um espelho d'água, um anfiteatro e um píer, voltados para o rio.



Espelho d'água da Esplanada do Guamá

Pier da Esplanada do Guamá, uma nova janela para o rio.



FOTO 26 e 27: Esplanada do Guamá
Ambos construídos no local onde antes existiam três galpões do Exército.
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

Na concepção do projeto (PARÁ, 2006, p. 202), a Casa das Onze Janelas é um local que integra paisagem, história, lazer e cultura, funcionando, predominantemente, como espaço referencial de arte moderna e contemporânea brasileira para a região amazônica em harmonioso contraste com a sua arquitetura do século XVIII, ao mesmo tempo em que restitui à cidade o seu olhar sobre o rio.

A quinta fase, prevista inicialmente no projeto de revitalização do Complexo Feliz Lusitânia, corresponde ao casario da Rua da Ladeira do Castelo (FOTO 28), também chamado de Passo da Ladeira.



FOTO 28: Ladeira do Castelo

A revitalização dos sobrados do Passo da Ladeira, integrava inicialmente o projeto do Complexo Feliz Lusitânia.

FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

Nesse casario, pertencente à Arquidiocese de Belém, seria instalado “um espaço pedagógico – Centro de Preservação e Educação Feliz Lusitânia [...], a implantação do Museu do Círio, com mostra permanente, a Sala Mestre Cardoso – Galeria do Artesão, bem como a instalação do Museu da Imagem e do Som” (PARÁ, 2002, p.38).

Esta fase não foi realizada, sendo retirada de todos os demais documentos oficiais que tratam do Projeto Feliz Lusitânia, como se ela não tivesse inicialmente sido projetada.

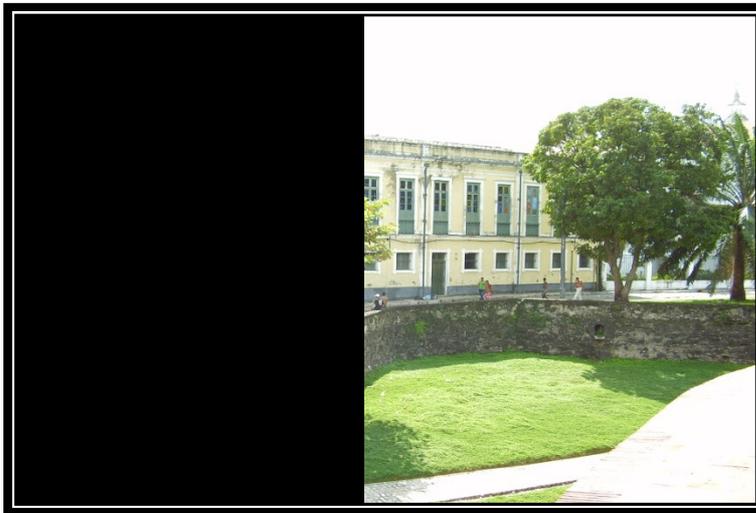
Devido à não execução dessa fase do projeto, o Museu do Círio e o Museu da Imagem e do Som foram implementados no casario da Rua Padre Champagnat. Quanto ao Centro de Preservação e Educação Feliz Lusitânia, que previa “uma mostra de longa duração sobre patrimônio construído, destacando-se os indicadores de arquitetura luso-brasileira” e a Sala Mestre Cardoso - Galeria do artesão, um espaço previsto para dar destaque ao artesanato paraense, não foram criados.

A não realização desta fase do projeto foi justificada pelo fato dos sobrados da Rua da Ladeira estarem “todos ocupados. O que é um problema social, porque onde se vai colocar aquela população que está lá?”, além do fato de que, por conta do processo que está correndo na justiça, a Cúria Metropolitana



não quis “se envolver também, e o governo do estado não quis arcar com o prejuízo. [...] Na realidade, ela deixa de existir por causa da dificuldade de se realizar a obra” (Filomena Longo, 28/02/07).

Por causa dos motivos acima expostos, o casario localizado na área do Forte do Presépio e do Museu de Arte Sacra, não foi restaurado, passando a contrastar com o espaço que foi revitalizado, pois se encontra em elevado estágio de degradação. Grande parte dos sobrados serve de depósito e em alguns deles ocorre o uso residencial na sua parte superior (FOTO 29).



Sobrados do Passo da Ladeira vistos da parte interna do Forte do Presépio. A deterioração que toma conta deles contrasta com as demais edificações revitalizadas do Complexo Feliz Lusitânia

FOTO 29: Ladeira do Castelo
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

A proposta de musealização que norteou o projeto de revitalização do Complexo Feliz Lusitânia, levou a SECULT a criar o Sistema Integrado de Museus (SIM), logo após a implantação do Museu de Arte sacra. Através do SIM, todos os espaços museológicos são gerenciados de forma integrada e sistêmica.

Além dos museus que formam o Complexo Feliz Lusitânia, o SIM integrar outros museus que já haviam sido criados pelo governo do estado, a exemplo do Museu do Estado do Pará – MEP, dos memoriais existentes na Estação das Docas, que também passou por processo de intervenção cujo objetivo era revitalizar alguns galpões da área portuária de Belém, o Museu da Gema do Complexo São José Liberto e do Mangal das Garças.

A criação do SIM permitiu o estabelecimento de valores comuns para os diversos museus do estado, cujos recursos arrecadados, aliado a verba reservada pelo poder público visam à manutenção desses espaços e a viabilidade



econômica dos mesmos, com vista a garantir a sua “[...] conservação e consequentemente a sua preservação e a sua sustentabilidade” (Filomena Longo, 28/02/07).

De acordo com a proposta do governo do estado, todos esses projetos estão voltados para a reconquista dessas áreas, com vistas à revitalização do Centro Histórico de Belém, que no dizer de Pisani (2005, p. 1),

significa tornar a vitalizar, dar nova vida ou vigor a alguém ou alguma coisa. Na área da arquitetura e urbanismo significa fazer intervenções em edifícios ou áreas urbanas a fim de torná-los aptos a terem usos mais intensos, torná-los atrativos para desencadear atividades que garantam a vitalidade da área.

Para Jeudy (2005) o processo de revitalização, adotado em praticamente todas as grandes cidades, tem na verdade promovido o esvaziamento e a morte da região. Para ele, a transformação dos centros históricos em “museus” é originalmente, “uma estratégia de *marketing* para atrair turistas”. A esse processo, o referido autor denomina de “musealização” ou “petrificação” da cidade.

Seguindo essa linha de raciocínio, Pellegrino (2002) considera que há nestas revitalizações de bens patrimoniais uma tensão entre uma permanência material estilizada e uma profunda ruptura social.

A construção de imagens atrativas com vista a produzir vantagens competitivas, tem sido buscada por muitas cidades contemporâneas. Esse processo baseia-se no ideário de que a economia local deve adaptar-se às forças externas do mercado e que as políticas públicas devem promover os arranjos necessários desse objetivo “construindo imagens de bons locais para os negócios e que devem ser valorizadas a coalizão das forças públicas e privadas para guiar e promover o desenvolvimento econômico local” (PELLEGRINO, 2002, p. 4).

De acordo com essa perspectiva, a revitalização implementada no Centro Histórico de Belém, embora em grande parte seja justificada pela necessidade de se resgatar a identidade cultural da sociedade, na maioria dos casos, vem sendo pensada e implantada não para atender, de fato, à população local de um modo geral, e sim, a uma clientela de turistas e à elite local.



**OLHARES SOBRE O BAIRRO DA
CIDADE VELHA: UMA ANÁLISE DOS
PROJETOS DE INTERVENÇÃO**



4. OLHARES SOBRE O BAIRRO DA CIDADE VELHA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO

Ao se conceber o bairro da Cidade Velha enquanto um *constructo* social, condição, produto e meio das relações sociais, que se configuram a partir de diversas práticas espaciais, entende-se que este materializa em sua organização diferentes formas espaciais produzidas por diversos agentes sociais que o produzem ao longo do processo de produção e apropriação desse espaço.

Esse processo de apropriação se fundamenta nas diferentes formas com que os agentes sociais concebem, organizam e reorganizam o espaço para atender seus interesses e necessidades, produzindo uma dinâmica sócio-espacial que evidencia diversas espacialidades e temporalidades, que podem ser analisadas a partir de vários olhares.

Na multiplicidade de olhares existentes sobre o bairro da Cidade Velha, destacou-se como foco de análise desta pesquisa, os olhares de alguns agentes sociais que desempenham importante papel no processo de produção deste espaço: os moradores, os comerciantes e o poder público, com vistas a compreender as diversas territorialidades dos agentes que produzem esse espaço urbano, bem como procurar identificar possíveis contradições/conflitos desencadeados no processo de territorialização desses agentes, gerados na dinâmica sócio-espacial do bairro a partir da intervenção promovida pelo governo estadual, através execução dos projetos Feliz Lusitânia, e pelo governo municipal, na Praça Frei Caetano Brandão e no Instituto Histórico e Geográfico, através do Programa Monumenta Belém.

4.1. Configurações sócio-espaciais do bairro da Cidade Velha

O bairro da Cidade Velha apresenta sua configuração sócio-espacial marcada por áreas bastante distintas, formadas ao longo do processo de apropriação e ocupação de seu espaço urbano.



De acordo com o Plano setorial de Revitalização do Centro Histórico de Belém (1999), a partir da análise do uso e ocupação do solo urbano, essa configuração sócio-espacial pode ser delimitada em cinco áreas (MAPA 06).

A primeira corresponde à área do início de ocupação do espaço belenense, formado pelo **Complexo da Praça Frei Caetano Brandão**, onde se concentram edificações do século XVII e XVIII, como a Igreja da Sé e as edificações que formam o Complexo Feliz Lusitânia: o Forte do Presépio, o Museu de Arte Sacra e a Casa das Onze Janelas, os quais foram transformados em museus.

A partir de meados da década de 1990, essa área passou por um intenso processo de intervenção por parte do poder público estadual e municipal. As ações intervencionistas do governo do estado corresponderam ao patrimônio que constitui o Complexo Feliz Lusitânia, onde prevaleceu o caráter museológico.

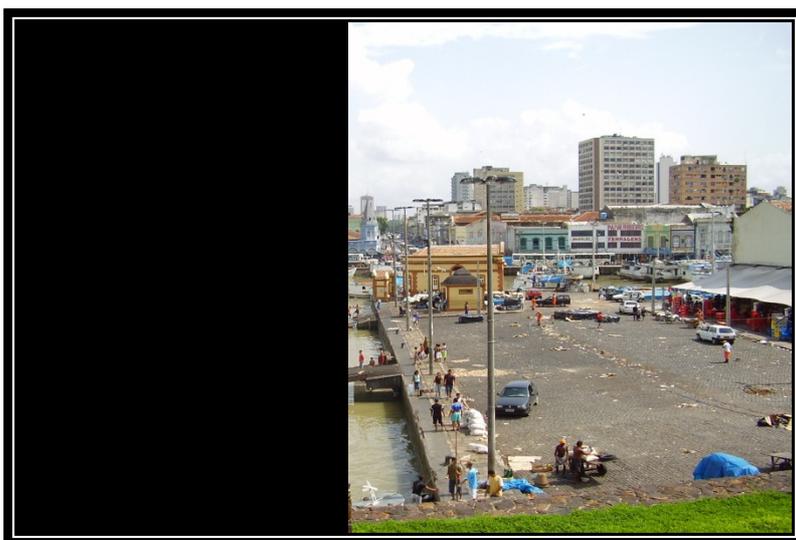
Já a intervenção do governo municipal nessa área abrangeu a Praça frei Caetano Brandão, que foi reabilitada com intuito de preservar seu conjunto arquitetônico e paisagístico com vistas a permitir uma maior articulação espacial dessa área.

Cabe destacar que a Igreja da Sé também vem passando por um processo de intervenção promovida pelo Estado, mas suas obras ainda não foram concluídas.

O uso do espaço da Zona 1 pode ser definido atualmente pelo predomínio de atividades de lazer, religiosas e turísticas, destacando-se o caráter museológico que passou a caracterizar o Complexo Feliz Lusitânia, após a intervenção realizada pelo Estado neste patrimônio cultural.

A segunda área corresponde ao **Complexo do Ver-o-Pêso**, que no bairro da Cidade Velha abrange a Doca do Ver-o-Pêso, a Feira do Açaí (FOTO 30), as Praças do Relógio e D. Pedro II - onde se concentram o Palácio Lauro Sodré (MEP) e o Palácio Antônio Lemos (MABE) -, a Assembléia Legislativa e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará. De uso misto, esta área caracteriza-se, sobretudo, por atividades comerciais ligadas ao comércio varejista e à importação e exportação de produtos alimentícios, vindos principalmente de diversas ilhas paraenses; e por atividades institucionais.

**MAPA 06: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DO BAIRRO DA CIDADE
VELHA**



A dinâmica sócio-espacial da Feira do açaí é complexa, devido às intensas relações comerciais desenvolvidas nesse espaço, destacando-se, sobretudo, a venda de açaí.

FOTO 30: Feira do Açaí
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

A terceira área, formada pelo **Complexo Institucional**, localiza-se no entorno da Praça Felipe Patroni e Largo de São João. Caracteriza-se predominantemente pelo uso institucional vinculado aos governos estadual e municipal, onde se concentram os prédios do Tribunal de Justiça e Ministério Público, mesclados com equipamentos culturais e religiosos, que são em menor porte.

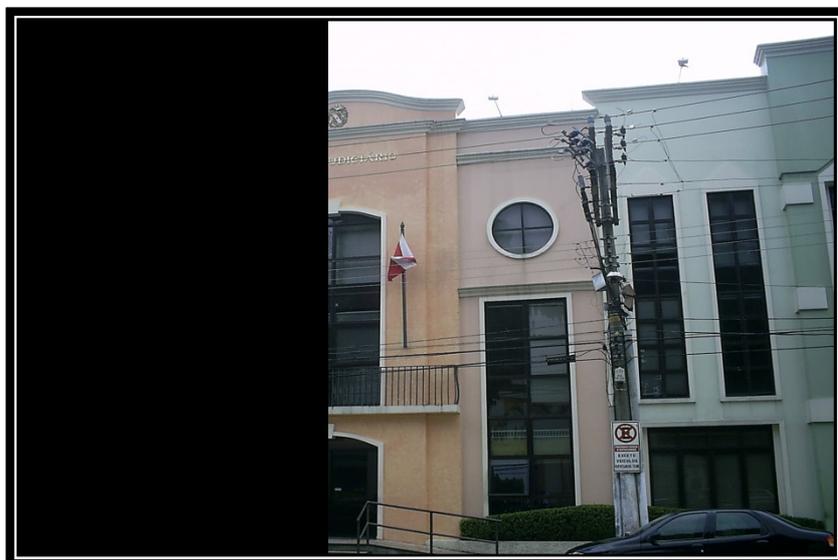
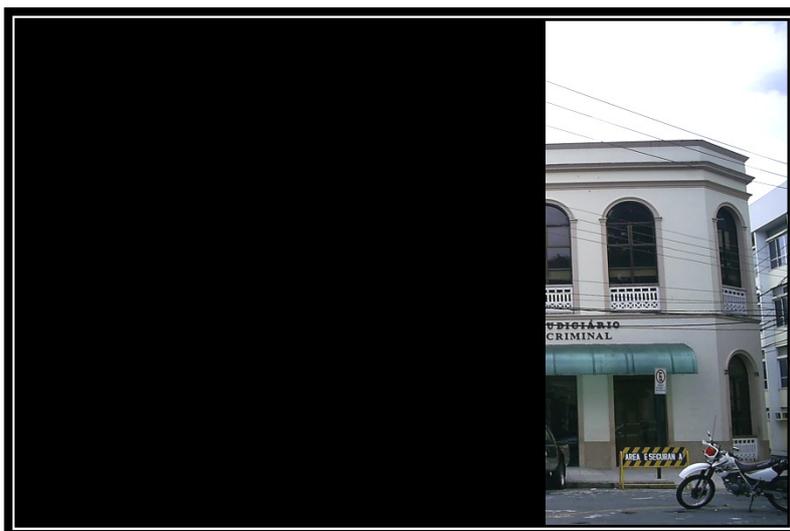


FOTO 31 e 32: Área institucional do Largo de São João

Os antigos casarões do bairro da Cidade Velha foram restaurados para atender às novas necessidades das atividades institucionais que passaram a desempenhar.

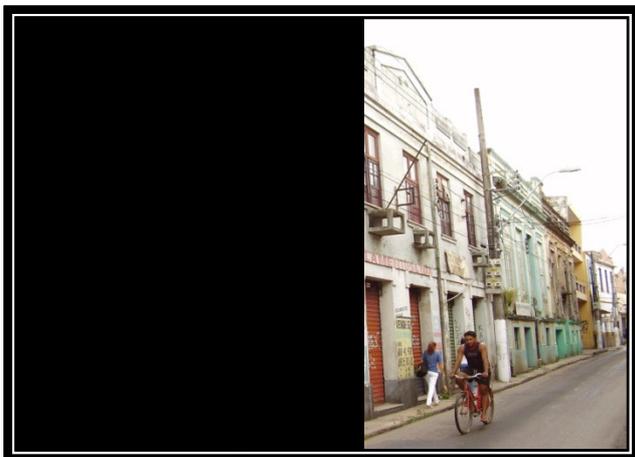
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

A quarta área é formada pelo **Complexo Residencial**, onde se concentram edificações remanescentes do final do século XIX e início do século XX caracterizada por casas térreas com porão - as quais se encontram em diferentes graus de preservação -, bem como residências mais modernas, na sua maioria de cunho unifamiliar.

A paisagem predominante nesta área evidencia uma configuração espacial muito peculiar do processo de ocupação portuguesa no bairro da Cidade



Velha (FOTO 33 e 34): ruas estreitas, casas térreas com porão e alinhadas horizontalmente.



A paisagem predominante no Complexo Residencial evidencia as marcas da ocupação portuguesa do Bairro da Cidade Velha.

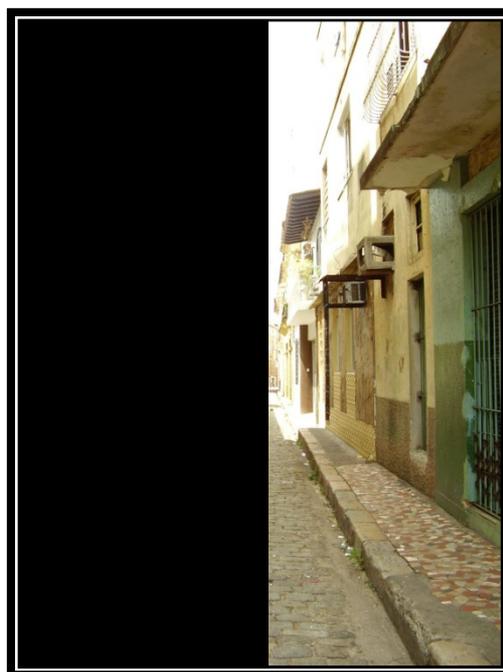


FOTO 33 e 34: Marcas da ocupação portuguesa no bairro da Cidade Velha

FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

A quinta e última área é a **Zona Portuária**, que abrange o circuito formado pelas ruas Siqueira Mendes e Dr. Assis, cuja organização sócio-espacial interna é bastante diferenciada.

Na faixa mais próxima da orla, concentram-se portos e trapiches (FOTO 35 e 36), tradicionalmente importantes, dentre os quais podem-se destacar o Porto do Sal, o Porto do Arapari e o Porto da Jarumã, onde diariamente atracam barcos de carga e de passageiros vindos principalmente das regiões das ilhas do estado do Pará, imprimindo neste espaço uma dinâmica sócio-espacial caracterizada por um intenso fluxo de pessoas e mercadorias.

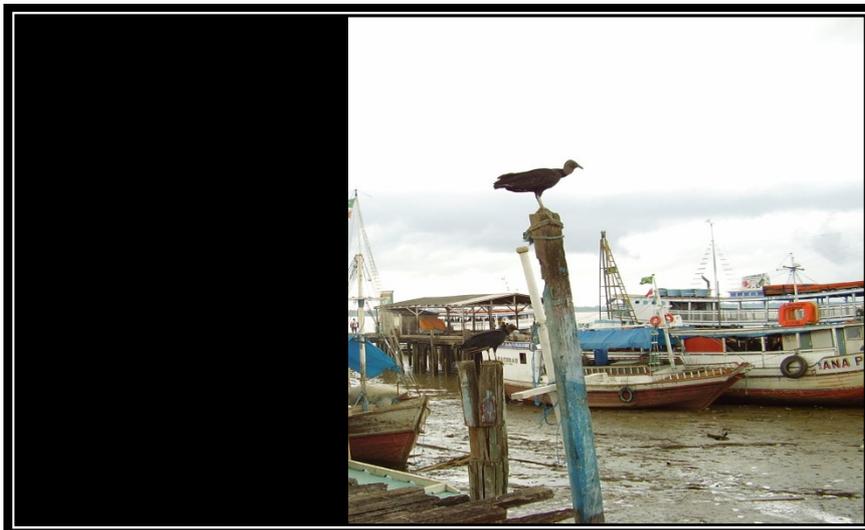
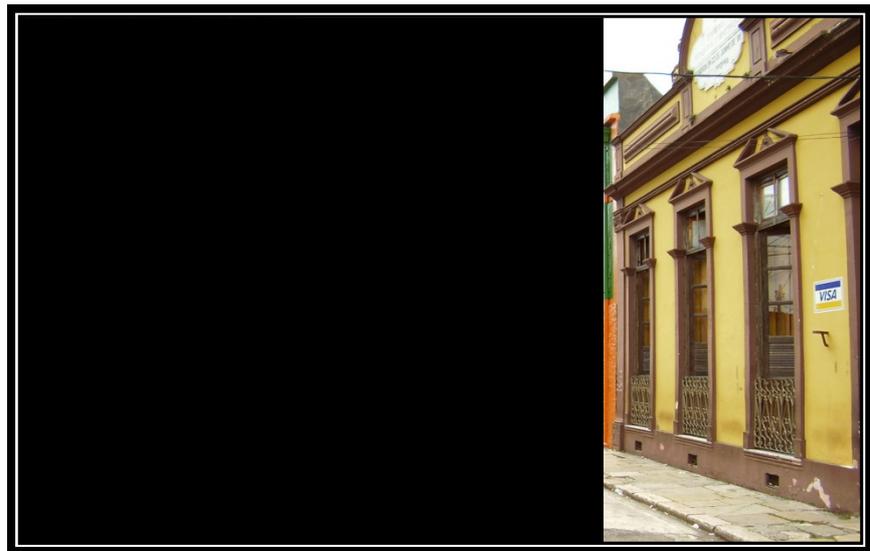


FOTO 35 e 36: Zona Portuária
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

Nesta área, pode-se perceber o maior contraste existente na organização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha. Na faixa mais interiorana desta zona, concentra-se a maior parte dos antigos sobradões remanescentes do período colonial, principalmente os de dois pavimentos, onde são desenvolvidas atividades comerciais, predominantemente de comércio atacadista de ferragens e de artigos de pesca e navegação, bem como atividades de serviços (FOTO 37).

Já na faixa mais próxima a orla, cuja ocupação é mais recente, encontram-se casas localizadas em áreas sem saneamento básico em condições de sobrevivência extremamente precárias (FOTO 38 e 39).



FOTO 37: Comércio atacadista.
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.



FOTO 38 e 39: Área de ocupação recente
A configuração espacial do bairro da Cidade Velha evidencia o processo de ocupação ocorrido ao longo do processo histórico.
FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.



Fruto do processo de periferização urbana, intensificada nas décadas de 1980 e 1990, essas habitações contrastam com as residências remanescentes do período colonial que predominam no bairro da Cidade Velha.

É interessante frizar que estas habitações ficam dentro da área do Centro Histórico de Belém, portanto, foi tombada pela Lei 7.709/94.

Cada uma dessas áreas apresenta características bem distintas, revelando os diversos processos de apropriação e ocupação do solo urbano. O fato de possuírem características distintas gerou graus diferenciados de intervenção no patrimônio cultural existente no bairro da Cidade Velha. Neste sentido, a Lei 7.709/94, em seu capítulo IV – Das Intervenções no Centro Histórico e Área de Entorno – estabeleceu cinco categorias para as edificações contidas na área de tombamento:

- 1- Preservação Integral – devem ser conservadas as características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel, com desconto de até 100%;
- 2- Preservação Parcial – intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel, inclusive cobertura, com desconto de até 75%;
- 3- Reconstituição – intervenção destinada à recuperação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas que anteriormente compunham a fachada e a cobertura do imóvel, na época de sua construção, preservando as remanescentes, também com desconto de até 75%;
- 4- Acompanhamento – intervenção destinada a manter a fachada e a harmonia volumétrica do imóvel com seu entorno (algumas vezes necessitam de pequenas alterações), com desconto de até 10%; e,
- 5- Renovação – intervenção destinada à construção ou substituição de edificação que não tenha interesse à preservação, devendo manter-se a harmonia volumétrica com o seu entorno e os ritmos das fachadas preservadas (BELÉM, 1994, p. 10).

Apesar da importância das categorias de intervenção estabelecidas pela Lei 7.709/94 para viabilizar o processo de preservação do patrimônio cultural do Centro Histórico de Belém, na prática, ela tem surtido pouco efeito, posto que boa parte dos moradores não têm acesso ao benefício dos descontos do IPTU. Seja pelas exigências burocráticas; seja pelo fato de grande parte deles não possuir o título legal da propriedade, que na sua maioria foram adquiridas por herança; ou simplesmente pelo desconhecimento da existência da mesma. Além do mais, faz-se necessária uma vigilância mais rigorosa por parte dos órgãos encarregados



pela preservação do patrimônio já que no processo de reforma dos imóveis ela, ainda hoje, é muito pouco obedecida.

Dentre as diversas intervenções que vem sendo realizadas no Centro Histórico de Belém, elegeu-se como foco de análise as ações promovidas pelo governo do estado no Complexo Feliz Lusitânia, e as que foram realizadas pelo governo municipal na Praça Frei Caetano Brandão e no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, através do Programa Monumenta Belém, tendo como objetivo compreender as implicações de tais intervenções no processo de reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha.

Estas ações intervencionistas concentram-se mais especificamente na área de abrangência do Complexo da Praça Frei Caetano Brandão e parte do Complexo do Ver-o-Pêso, correspondente à intervenção no Instituto Histórico e Geográfico do Pará – que ainda se encontra em fase de execução.

4.2. A territorialidade dos moradores da Cidade Velha: ações intervencionistas para quem?

De acordo com o uso e ocupação do espaço urbano, o bairro da Cidade Velha ainda mantém em sua organização sócio-espacial um intenso uso residencial – predominante desde o período colonial -, abrigando, em sua maioria, uma população de renda média e baixa (IBGE 2000).

Cerca de 50% dos moradores que foram os sujeitos da pesquisa de campo, já moram neste bairro por um longo período (entre 11 e 30 anos), sendo que do total de moradores 40% possui casa própria, quase sempre herdada de seus pais ou avós. Tais residências caracterizam-se, normalmente por serem de base unifamiliar.

Na visão dos moradores do bairro da Cidade Velha, antes da execução dos projetos de intervenção, por parte dos governos estadual e municipal, o mesmo era muito tranquilo e sossegado (50%). “A estrutura de sua construção é bonita, casas alinhadas, as ruas são estreitas. É um bairro calmo” (T. M.,



05/03/07) e “nós podíamos sentar na porta” (A. B., 05/03/07), conferindo a este bairro uma configuração sócio-espacial bastante particular (FOTO 40 e 41).

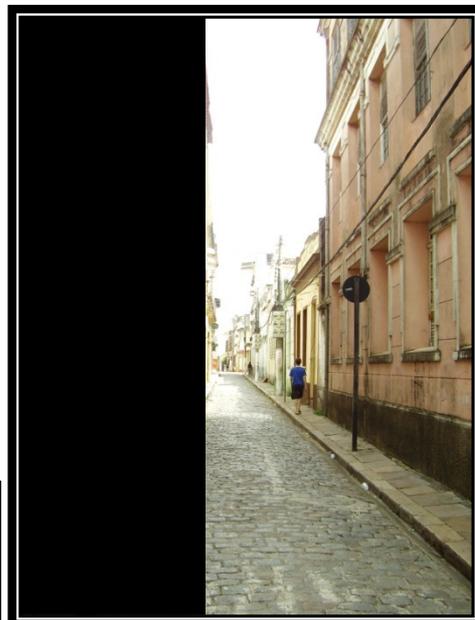


FOTO 40 e 41: Estilo de ruas e residências predominantes na Cidade Velha.

A configuração sócio-espacial do Bairro da Cidade Velha é bastante peculiar, quando comparada aos demais bairros de Belém.

FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

Contudo, a caracterização da Cidade Velha enquanto um bairro pacato, mais calmo, em que as pessoas podiam se sentar na porta, a qualquer hora, para conversar com seus vizinhos, sem a mínima preocupação com a violência, foi gradativamente sendo alterada.

Segundo alguns moradores, o bairro passou a apresentar um aspecto de abandono (27,5%), devido ter ficado bastante desassistido pelo poder público, o que fez com que a insegurança tomasse conta de seu espaço, como pode ser percebido através dos seguintes depoimentos: “Era uma tranqüilidade, mas está muito abandonado, esquecido tanto pelo Estado quanto pela Prefeitura” (M. C. C.,



02/03/07). “Era bem mais calmo e hoje não se tem mais sossego por conta dos ladrões. Hoje não pode-se mais dormir com tranqüilidade” (A. S. V., 21/02/07).

A grande maioria dos moradores (90%) afirmou gostar de morar no bairro da Cidade Velha, porque “é perto de tudo: da feira, do comércio, do *shopping*” (I. R. P., 07/03/07); “a proximidade dos portos facilita o transporte e o recebimento de mercadorias” (D. M. S., 05/03/07); todos esses depoimentos demonstram claramente a funcionalidade desse bairro e sua importância no contexto da cidade, pois, por ter sido o núcleo embrionário de Belém concentra em seu espaço uma diversidade de serviços e se localiza próximo a áreas privilegiadas neste aspecto, tais como o bairro da Campina.

A partir de meados da década de 1990, o poder público estadual e municipal passou a investir no bairro da Cidade Velha com vistas a resgatar o papel deste bairro enquanto testemunho histórico, cultural e simbólico de diversas espacialidades e temporalidades. Nesta perspectiva, uma série de medidas legislativas passaram a delinear as diretrizes que deveriam ser consideradas nos projetos de intervenção do Centro Histórico de Belém.

Apesar desses projetos terem como principal justificativa a necessidade de se restaurar o patrimônio cultural com vistas a devolvê-lo para a sociedade, de modo que esta venha a se apropriar deles, o que se observa é que a opinião dos moradores do bairro da Cidade Velha não tem sido levada em consideração no processo de elaboração e execução de muitos projetos intervencionistas, já que 85% dos moradores afirmaram não terem sido consultados pelo poder público.

O fato de não serem consultados, faz com que os moradores do bairro não se identifiquem enquanto sujeitos do processo de reordenamento territorial desencadeado por essas intervenções, fazendo com que estes não se apropriem, efetivamente, dos resultados por elas gerados.

Neste sentido, partindo-se do princípio de que as ações intervencionistas promovidas pelo poder público só irão adquirir um valor simbólico, identitário e urbano para a cidade se seus habitantes o perceberem e o reconhecerem enquanto um recurso patrimonial que deve ser preservado, as novas funcionalidades, que às vezes são atribuídas ao patrimônio cultural, devem estar vinculadas às necessidades e perspectivas da população local. No entanto, nem sempre isso acontece, o que pode ser percebido no caso da revitalização do



Complexo Feliz Lusitânia, onde para 75% dos moradores, as intervenções feitas no patrimônio que compõe esse complexo não alteraram o dia-a-dia deles.

Como se observa no gráfico 1, para os moradores da Cidade Velha, as transformações ocorridas não foram tão significativas, porque se concentrou em um espaço restrito do bairro, não o abrangendo como um todo. As maiores transformações percebidas por estes agentes sociais após as intervenções promovidas no bairro da Cidade Velha foram o aumento da oferta de espaços de lazer, o aumento do movimento de pessoas devido à atração de turistas, a promoção de mais eventos culturais, a reforma das praças, a melhoria no policiamento, a mudança no trânsito e melhoria no visual do bairro.

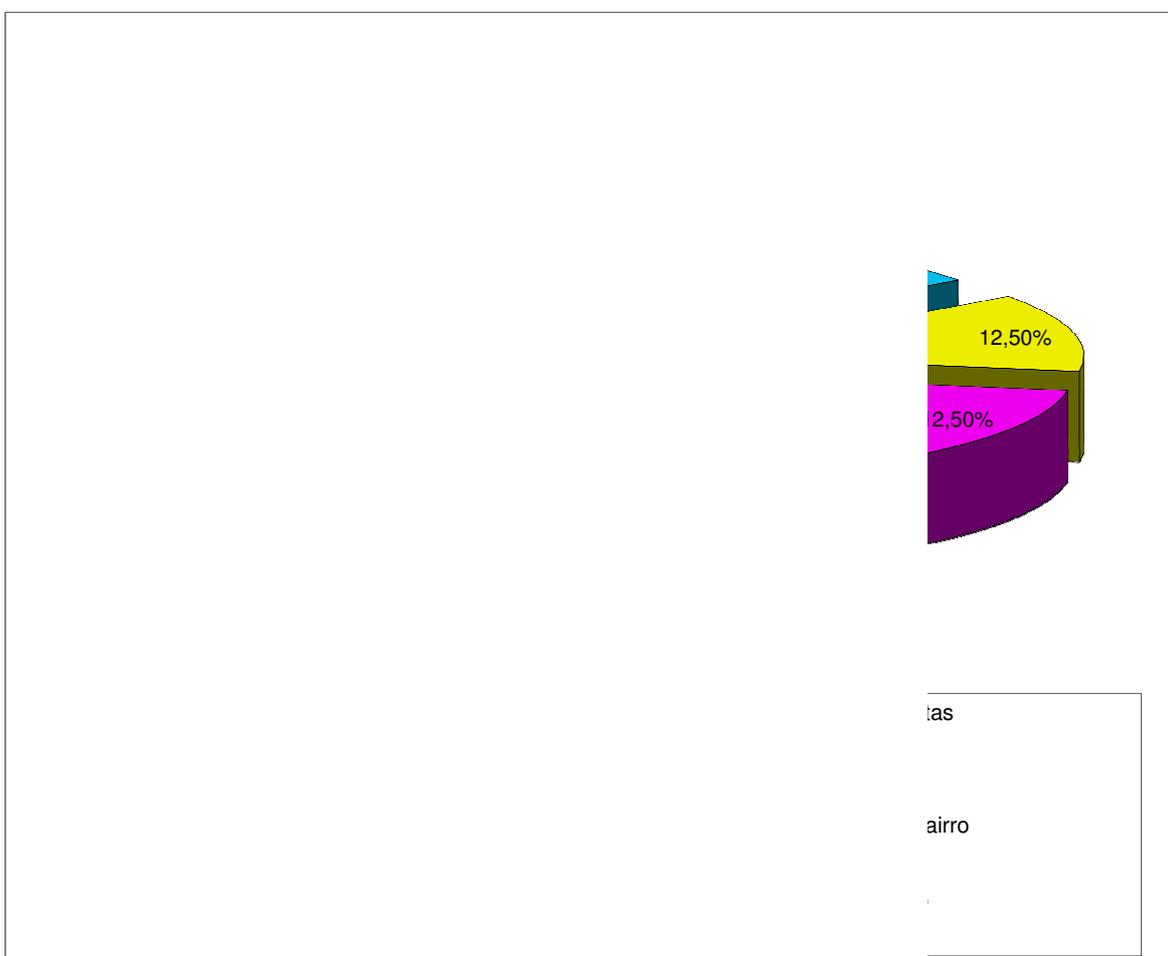


GRÁFICO 01: TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS OCORRIDAS NO BAIRRO DA CIDADE VELHA

FONTE: Pesquisa de Campo, fev. a mar./2007.



No que diz respeito às repercussões destas transformações na organização sócio-espacial do bairro, os aspectos apontados como relevantes foram o aumento na segurança, porque “melhorou o policiamento, mas só na área onde foram feitas as reformas, Praça, Forte, mas no bairro como um todo não” (L. C., 22/02/07); o visual do bairro que “mudou sem comparação, porque quando vêem os prédios abandonados, dá até medo de olhar. Agora está bonito, sem comparação” (M. C., 02/03/07) e maior oferta de atividades culturais, porque houve “o redirecionamento da área cultural para cá” (J. G., 07/03/07).

Nesse último aspecto, a opinião dos moradores fica dividida. Para uns, normalmente os que moram nas circunvizinhanças dos projetos, este aspecto é visto de forma negativa, pois consideram que esse redirecionamento “gera o barulho e fica muita sujeira nas ruas, que se tornaram banheiros públicos” (J. G., 07/03/07); “o aumento do número de turistas atrai os assaltantes e vem daí também a insegurança. Falta policiamento permanente, rondas a noite etc.” (T. M., 05/03/07); “tem ocorrido muitas festa, o que tem atraído muito assaltante, gente se drogando, bebendo. É a maior zuada, mijam nas ruas” (Daniela Romão, 08/03/07). Já para outros, “melhorou a programação cultural, porque antes nós só tínhamos a Seresta do Carmo, e com a revitalização o governo do estado passou a promover vários eventos culturais” (D. S., 05/03/07); “melhorou por haver espaços para nós passearmos aqui por perto” (C. G., 22/02/07).

A questão da insegurança foi o maior problema destacado pelos moradores (40%), o qual está associado ao elevado índice de assalto (20%) e à violência (12%) existente no bairro.

A melhoria no sistema de segurança, apesar de ter sido apontada como um dos aspectos relevantes das intervenções realizadas no bairro possui um significado parcial, tal como pode ser percebido por meio do seguinte depoimento: “depois do projeto [Feliz Lusitânia] melhorou a segurança, mas ainda não satisfez os moradores, porque é uma segurança focada, concentrada na Igreja da Sé, Casa das Onze Janelas etc., não atingiu o centro velho” (D. S., 05/03/07).

Mesmo avaliando como boas (57,5%) as intervenções realizadas no patrimônio cultural do bairro da Cidade Velha e reconhecendo a importância deles (15%) no processo de organização do espaço urbano da cidade, percebe-se que até o presente momento estes moradores ainda não freqüentam, em sua



plenitude, estes espaços culturais, já que 40% dos sujeitos desta pesquisa ainda não fez nenhuma visitação a esse patrimônio após a revitalização dos mesmos, como pode ser expresso por meio dos seguintes depoimentos: “Ainda não fui lá depois das reformas porque são obras que não estão ao alcance da população pobre. É só luxo” (T. L., 22/02/07); “Eu nunca fui lá porque eu não tenho dinheiro para gastar” (H. F., 21/02/07). Tais depoimentos demonstram que o caráter simbólico e identitário das ações do poder público, sobretudo do governo estadual, ainda está por ser alcançado por uma parcela significativa da população deste bairro e, provavelmente, da cidade como um todo.

Neste sentido, observa-se que ainda que a maioria dos moradores (60%) tenha passado a freqüentar mais este patrimônio, porque “antes estava abandonado e eles tinham medo de entrar, agora não, eles passaram a freqüentar mais” (M. C., 02/03/07), a apropriação destes espaços públicos por parte dos moradores tem, na maioria das vezes, ficado restrito às partes externas dos patrimônios restaurados (áreas livres). Este fato pode ser confirmado a partir dos seguintes depoimentos: “Eu já fui, mas apenas na parte externa, porque eu acho um absurdo ter que pagar para ter acesso aos museus. Ele foram feitos só para a classe alta que tem dinheiro” (L. C., 22/02/07); “o Museu de Arte Sacra é pouco visitado pelos moradores, mesmo nos dias que são aberto ao público. Se essa abertura fosse no final de semana, talvez eles freqüentassem mais” (D. S., 05/03/07).

Como já foi discutido anteriormente, grande parte dos moradores da Cidade Velha vive no bairro há muitos anos. As casas por eles habitadas datam do século XVIII e XIX, apresentando níveis diferenciados de conservação e apesar de o Programa Monumenta Belém ter criado uma linha de financiamento para restauração de bens imóveis privados, nenhum dos moradores teve acesso a esse financiamento. Alguns afirmaram que nunca tiveram acesso porque “é muita burocracia” (L. C., 22/02/07). “Eu ainda fui pelo menos três vezes, ele ficaram de vir fazer uma avaliação, mas nem vieram e nós acabamos fazendo por nossa conta mesmo” (N., 02/03/07).

Apesar da campanha que foi realizada para incentivar os proprietários a se inscreverem no programa de financiamento do Monumenta, constatou-se através da pesquisa de campo que nenhum dos moradores tem conhecimento da



existência desta linha de financiamento. Alguns afirmaram que “é muita burocracia” (L. C. N. C, mar., 2007), e informaram que até já foram na FUMBEL “pelo menos três vezes. Eles ficaram de vir fazer uma avaliação, mas nem vieram e nós acabamos fazendo por nossa conta mesmo” (N., mar., 2007), outros ainda disseram que o tempo de financiamento é muito longo: “eu não quis porque não gosto de demorar muito a pagar essas coisas” (M.C. C, mar., 2007). Portanto, faz-se necessário por parte do poder público uma maior divulgação dessa linha de crédito, bem como procurar facilitar cada vez mais o acesso a esse tipo de financiamento.

Outro instrumento que precisa ser mais utilizado enquanto estímulo à preservação é o IPTU progressivo e diferenciado no tempo e por zonas urbanas, já que a Lei 7.709 de março de 1994 prevê a utilização desse instrumento. No entanto, a maioria dos moradores também não tem acesso à redução e/ou isenção do IPTU (72,5%): “nós sempre damos entrada no pedido de isenção, mas sempre esbarramos em algum problema” (L. C., 22/02/07). Dos demais moradores 25% recebe redução de até 75% deste imposto e apenas 2,5% já recebeu isenção total.

Observa-se, portanto, que a partir do “olhar” dos moradores e das informações fornecidas por eles, faz-se necessário que as ações intervencionistas do poder público envolvam cada vez mais estes agentes sociais no processo de planejamento urbano da cidade, possibilitando que os resultados delas possam se estender ao bairro da Cidade Velha como um todo e com isso buscar garantir uma maior preservação deste espaço. Desta forma a população passaria a percebê-lo, de fato, enquanto um patrimônio que precisa ser preservado e valorizado simbolicamente, com vistas a resgatar seus laços de identidade com este espaço.

4.3. Ações intervencionistas e a dinâmica comercial do bairro da Cidade Velha.

De acordo com o zoneamento de uso e ocupação do espaço urbano, o bairro da Cidade Velha possui uma dinâmica comercial bastante diversificada. Na



área de maior concentração do patrimônio cultural (Zona 1), destacam-se estabelecimentos comerciais como bares, restaurantes, sorveteria, lojas de artesanatos e lojas de variedades, muito dos quais se instalaram no bairro após a execução dos projetos de intervenção, sobretudo, do Complexo Feliz Lusitânia, que gerou novas funcionalidades nas edificações restauradas, bem como passou a atrair novos investidores para esse espaço.

A partir do olhar dos comerciantes envolvidos na pesquisa de campo, a Cidade Velha é um bairro “muito bom e tranqüilo” (T. K., 27/01/07); “era mais calmo, não tinha muita badalação, agito à noite” (A. C., 13/02/07); “era tudo velho, era feio” (M. M., 13/02/07); “um bairro morto, sem movimento, principalmente no final de semana, que não tinha nada” (G. C., 14/02/07).

Para a maioria destes comerciantes (95%) é muito bom trabalhar na Cidade Velha “porque o perímetro é privilegiado, não tem muito assalto. Não tem muita agitação como na área do comércio e não tem camelô próximo ao estabelecimento” (T. K., 27/01/07); “por estar localizado no centro da cidade” (S. C., 27/01/07).

Apesar de trabalharem por muito tempo no bairro, a maior parte dos comerciantes afirmou que também não foi consultada pelo poder público no processo de elaboração e execução dos projetos de intervenção patrimonial (80%). Mesmo os comerciantes que tiveram de ser remanejados do Casario da Rua Padre Champagnat que compõe o Complexo feliz Lusitânia, para que estes fossem restaurados, não tiveram sua opinião levada em consideração, pois alguns não queriam sair dessa área, como pode ser percebido no seguinte depoimento: “seria bem melhor se tivesse mantido as nossas lojas, porque com a reforma nós perdemos três lojas” (T. K., 27/01/07).

Nem todos os proprietários que foram remanejados desse Casario concordaram com a forma de desapropriação e com o valor destinado às indenizações, como se pode perceber por meio desta afirmação: “os órgãos estaduais pagam o valor bem menor do que devia (T. J. K, jan., 2007)”.

Antes de ser restaurado, predominava nesse Casario atividades comerciais de cunho varejista e atacadista, que ainda se faz presente nos demais sobrados da Rua Padre Champagnat que não integraram o projeto Feliz Lusitânia, como pode ser observado na foto 42. Os sobrados que foram



revitalizados, passaram a desenvolver atividades com fins turísticos e museológico.



FOTO 42: Casario da Rua Padre Champagnat que não foi integrado no projeto Feliz Lusitânia.

Antes da reforma, predominava no casario o desenvolvimento de atividades comerciais, principalmente, de cunho varejista.

FOTO: Lilian Brito, dezembro, 2006.

De acordo com as informações adquiridas na pesquisa de campo, os comerciantes destacaram como principais transformações ocorridas no bairro da Cidade Velha após as intervenções no Centro Histórico, foram apontadas: o aumento do movimento, a valorização da arquitetura, a mudança no padrão social e mudança no trânsito, como pode-se observar no gráfico 2.

No que diz respeito ao aumento do movimento, os comerciantes justificaram que “as lojas passaram a ter mais clientes, o que aumentou a oportunidade de emprego” (M. M., 13/02/07). O aumento desta clientela está ligado à atração de turistas, que aumentou após as intervenções.

Outra alteração bastante significativa considerada pelos comerciantes foi a mudança no padrão social das pessoas que freqüentam as praças. Eles consideravam que esses espaços “era para mendigos, ladrões e hoje passou a ser freqüentado por turistas, famílias, ou seja, pessoas de bem” (S. C., 27/01/07). Esse processo se deve ao aumento do policiamento e segurança nas praças, que aliada a uma maior atração de turistas, contribuiu para o aumento das vendas nestes estabelecimentos.

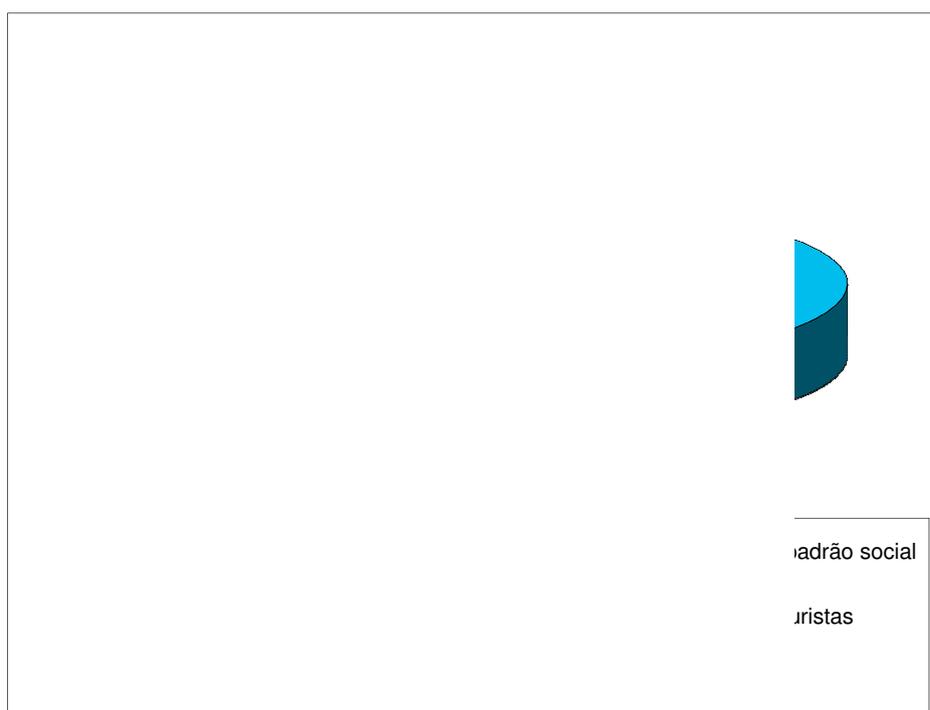
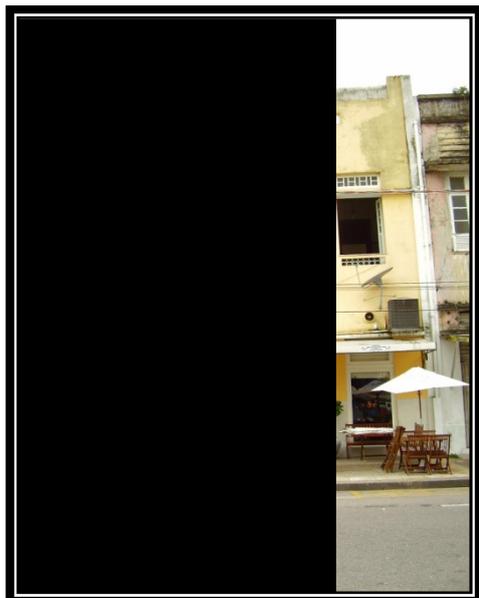


GRÁFICO 02: TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA DINÂMICA COMERCIAL DO BAIRO DA CIDADE VELHA

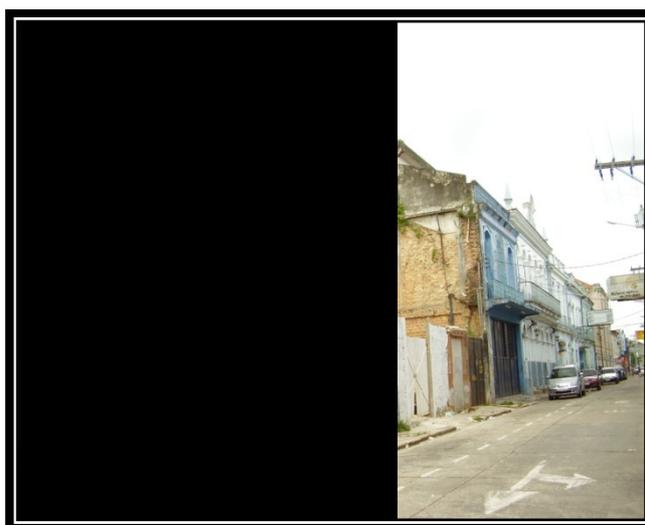
FONTE: Pesquisa de Campo, fev. a mar./2007.

Um aspecto interessante é perceber a diferença existente entre os estabelecimentos comerciais. Os estabelecimentos que são mais antigos desenvolvem, sobretudo, atividades comerciais de cunho varejista, em especial ligadas às atividades náuticas ou pesqueiras, daí a importância do fluxo de pessoas, vindas do interior do Estado nos finais de semana, para o aumento da arrecadação financeira, já que ao virem resolver seus assuntos particulares em Belém, elas acabam constituindo-se também em consumidores. Outros estão ligados a atividades religiosas e por isso só tem mais lucros na época do Círio de Nossa Senhora de Nazaré e atualmente estão tendo uma redução na arrecadação devido a Igreja da Sé estar fechada para reforma.

Já os comerciantes que começaram a atuar no bairro da Cidade Velha após as intervenções no Centro Histórico de Belém, desenvolvem suas atividades ligadas, principalmente, a bares e restaurantes, como é o caso do “Mansuá do Carmo” e do bar “Marujos” (FOTO 43 e 44), ou ainda ligadas à venda de produtos regionais, como as lojas que passaram atuar na parte interna do Museu de Arte Sacra – “Empório das Artes”, e do Casario da Rua Padre Champagnat – “Esquina”.



Bar e restaurante Marujos



Bar Mansuá do Carmo

FOTO 43 e 44: Bar e restaurantes que foram abertos no bairro da Cidade Velha após as intervenções realizadas pelo poder público
Foto: Lilian Brito, dezembro, 2006.

Quanto aos comerciantes que têm seus estabelecimentos um pouco mais afastados da área do patrimônio que foi restaurado, estas intervenções não alteraram em nada a dinâmica comercial do bairro, posto que suas atividades estão ligadas, sobretudo, ao comércio atacadista de ferragens (FOTO 45) e de artigos de pesca e navegação, bem como atividades de serviços, o qual foge à lógica de atração de turistas, desencadeada pelo governo estadual. Tais atividades têm como consumidor principalmente os moradores das ilhas paraenses.

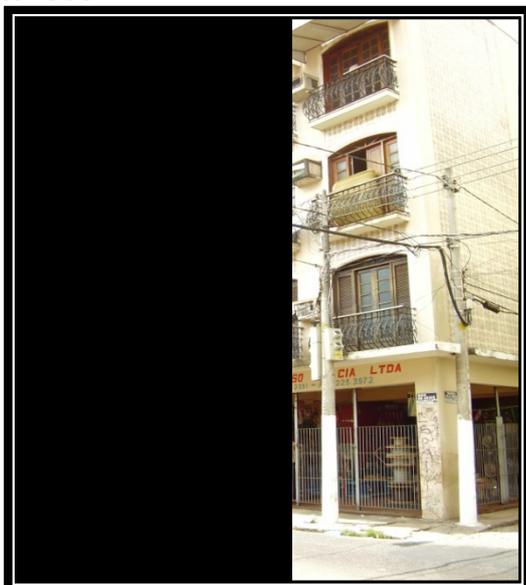


FOTO 45: Loja de ferragens

O comércio atacadista de ferragens e de artigos de pesca e navegação é uma atividade tradicional desenvolvida na Cidade Velha.

Foto: Lilian Brito, dezembro, 2006.



Para os comerciantes que atuam no bairro da Cidade Velha a atividade desenvolvida por eles é, na sua maioria (60%) lucrativa e a arrecadação financeira é maior nas terças-feiras, “quando o complexo Feliz Lusitânia fica com seus espaços de entrada franca” (D. L., 08/03/07) e nos finais de semana, ou ainda por causa das programações culturais que passaram a ser desenvolvidas no bairro.

Observa-se, que tal como os moradores, a partir do “olhar” dos comerciantes e das informações fornecidas por eles, estes também não foram levados em consideração no processo de intervenção promovido pelo poder público estadual.

4.4. A lógica de intervenção na Cidade Velha: apropriação e gestão do espaço pelo poder público.

Dentre os vários entes da federação que atuam no espaço urbano do bairro da Cidade Velha, a maior participação cabe à administração municipal, que, por força de sua competência constitucional, “promove o controle do uso e ocupação do solo, o desenvolvimento das atividades produtivas, a circulação de veículos e o transporte coletivo, além de promover intervenções no espaço físico” (BELÉM, 1999, p.33).

Além da administração municipal, ocorre também a atuação do governo estadual - principalmente através de órgãos como a Secretaria de Obras Públicas (SEOP), da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e da Secretaria Executiva de Cultura (SECULT), que é responsável pela preservação dos bens tombados pelo Estado.

A administração federal é realizada através da Companhia das Docas do Pará (CDP) - vinculada ao Ministério dos Transportes, e do IPHAN, que tem a responsabilidade de avaliar e acompanhar os projetos de intervenção, bem como pela preservação dos patrimônios tombados em nível federal.



No que diz respeito às ações de intervenção no patrimônio cultural implementadas no bairro da Cidade Velha, percebe-se que a atuação do governo estadual e municipal têm se fundamentado em lógicas distintas de gestão dos espaços públicos de Belém.

As intervenções realizadas pelo Estado, através da SECULT, abrangem os bens tombados por este órgão e a área de entorno desses bens.

A SECULT tem utilizado no embasamento teórico e metodológico dos projetos de intervenção a concepção de preservação do patrimônio. No caso do Complexo Feliz Lusitânia, o projeto pautou-se na concepção de revitalização do patrimônio cultural, com objetivo de trazê-los “para a contemporaneidade” (Filomena Longo, 28/02/07).

A proposta de intervenção no Complexo Feliz Lusitânia, teve como princípio básico o caráter museológico. Portanto, todas as edificações que compõem esse complexo foram transformadas em museus após terem passado pelo processo de revitalização. De acordo com Jeudy (2005, p. 11), esse tipo de proposta vem se acentuando nas últimas décadas, em todo mundo, podendo ser classificada como

“culturalização” ou “musealização” (construção de vários novos museus) das cidades contemporâneas. Essas intervenções muitas vezes se iniciam com uma patrimonialização das próprias cidades, com vistas a uma revitalização urbana que possibilite sua efetiva inserção na competitiva rede global das cidades turísticas.

O objetivo era restaurar os edifícios, que estavam bastante deteriorados, que “praticamente estavam deixando de existir. [...] era restaurá-los e devolvê-los para a comunidade, para que essa comunidade aos poucos viesse se apropriar desses espaços” (Filomena Longo, 28/02/07).

Essa apropriação por parte da comunidade, na prática, não se efetivou de fato, visto que até hoje grande parte dos visitantes dos museus são turistas e não os moradores do bairro da Cidade Velha ou até mesmo dos demais bairros de Belém.

Um dos fatores que explica o pouco usufruto deste patrimônio cultural por parte dos belenenses, é o fato de que as visitas, na maior parte da semana, são pagas. Apenas nas terças-feiras, e no último sábado de cada mês é que elas são gratuitas, mas poucas pessoas têm acesso a essa informação.



Além disso, faz-se necessário destacar a diferenciação de tratamento que é dado no dia de visitação gratuita, dos dias que são pagas. Nestes últimos, a visitação é monitorada, tendo-se alguns monitores que explicam aos visitantes o processo de apropriação e produção dos espaços dos patrimônios que constituem o Complexo Feliz Lusitânia, bem como todo o acervo que os compõem. Nos dias em que a entrada é franqueada, as visitas não são monitoradas, reduzindo-se apenas à contemplação. Tal fato reduz a compreensão e apreensão do seu caráter histórico, social e cultural, sobretudo para as pessoas que têm pouco estudo e conhecimento acerca do processo de ocupação, apropriação e reorganização sócio-espacial da cidade, resultando, portanto, numa reduzida percepção do seu valor patrimonial.

Para, Carlos (2004) a concepção acerca do processo de revitalização se constitui em

um processo de revalorização do solo urbano que muda o uso do espaço pela imposição do valor de troca, expulsando aquele que não está apto a pagar por ele [...]. Portanto, se de um lado essa transformação é de ordem formal e se refere à possibilidade de possíveis restaurações das formas espaciais urbanas, o processo é fundamentalmente de ordem social e, nesse caso podemos atentar para novos sentidos de apropriação do espaço pela sociedade. (CARLOS, 2004, p. 112-113).

A forma diferenciada como o Estado viabiliza o uso desses espaços públicos refuncionalizados, só reforça a idéia de que o processo de revitalização do Complexo Feliz Lusitânia tem como alvo principal os agentes externos à cidade, como é o caso dos turistas, e não a comunidade local, como é propalada nos discursos dos técnicos do governo do estado, o que promove um novo sentido de apropriação desse espaço.

Tal fato é ressaltado quando se constata que, de acordo com a diretora da divisão de projetos da SECULT, o processo de revitalização do Complexo Feliz Lusitânia, não tinha a perspectiva de ser “uma intervenção urbanística, era uma intervenção pontual no edifício, estética” (Filomena Longo, 28/02/07), e desde a elaboração do projeto tinha apenas um caráter pontual.

Na elaboração do projeto ele foi visto pontualmente, [...] depois tomou uma ação de medida de um porte de uma intervenção urbanística, mas nunca ela foi encarada como uma intervenção urbanística. Esta é a minha visão de arquiteta, restauradora, mas com uma avaliação crítica, que não foi feita, essa avaliação mesmo, senão teria evitado alguns problemas, porque um projeto que vai envolver a intervenção em vários edifícios, que ficam em um mesmo conjunto, é claro que, vai fazer



intervenção urbana. Então, na realidade, nós arquitetos que trabalhamos com restauração de bens e imóveis, a gente tem que ter essa visão sempre de alguma coisa muito especial de dentro, eu concordo, mas quando ele toma a proporção de conjunto, ele vai atuar dentro do espaço urbano, e nós não tivemos em nenhum momento essa visão.

Neste sentido, os principais elementos considerados no processo de elaboração destes projetos foram:

Primeiro a própria teoria da restauração, a história da restauração; o segundo, o conhecimento do edifício, o diagnóstico do estado de conservação em que ele está, conhecer realmente o edifício de uma maneira geral, não só sua história, mas ele mesmo, tanto no aspecto cultural quanto da estrutura; e a outra, é a participação da comunidade nessa elaboração do projeto (FILOMENA LONGO, 28/02/07).

Apesar de considerar a participação da comunidade como um dos elementos fundamentais no processo de elaboração dos projetos intervencionista, no caso do Complexo Feliz Lusitânia, como foi constatado na pesquisa de campo, não houve nenhuma iniciativa no sentido de envolver a comunidade local, nem os moradores e nem os comerciantes, o que inclusive é apontado como uma das deficiências do projeto, pois “a população que mora [no bairro da Cidade Velha] não foi consultada. Nós não trabalhamos [...] nem com a associação dos bairros, nem com a associação dos moradores” (Filomena Longo, 28/02/07).

Desta forma, pode-se perceber que as ações intervencionistas do governo estadual partem de um planejamento urbano pautado em princípios mais conservadores, onde se busca ordenar a cidade com vistas a permitir maiores possibilidades de lucro e onde o Estado é o agente por excelência do planejamento, enquanto que os demais agentes produtores do espaço urbano, em especial os moradores do bairro da Cidade Velha, são praticamente ignorados, posto que ao longo do processo de elaboração e execução dos projetos de intervenção no Complexo Feliz Lusitânia foi completamente desconsiderada a participação da comunidade local.

Partindo destas considerações, percebe-se, que o governo do estado busca a revalorização do patrimônio que compõe o Complexo Feliz Lusitânia a partir de estratégias de *marketing* que tem transformado a base econômica dessa área, de uma base produtiva para uma base de consumo, voltada para atender, sobretudo, aos interesses dos turistas e da classe alta da população, e não ao cidadão.



No que diz respeito às intervenções promovidas pela Prefeitura Municipal, na Praça Frei Caetano Brandão e no Instituto Histórico e Geográfico, através do Programa Monumenta Belém, têm sido pautadas nos preceitos da reabilitação/requalificação dos espaços públicos. De acordo com a diretora do Departamento de Patrimônio Histórico da FUMBEL,

quando se trabalha com uma questão ampla, como por exemplo, uma área como o Centro Histórico, que tem identidade, questões diferentes em cada setor, normalmente nós observamos o conceito de reabilitação. O que nós compreendemos que é necessário é você qualificar aquele espaço urbano, melhorar realmente as condições de qualidade de vida, de infra-estrutura pros seus usuários, então o conceito que a gente usa sempre é a idéia do conceito de requalificação dos espaços urbanos (Roseane Norat, 28/02/07).

Em relação à gestão e ordenamento do espaço urbano, promovido pelo governo municipal, no período correspondente aos anos de 1997 a 2004, percebe-se que ela parte de um planejamento pautado em princípios mais progressistas, em que a participação popular se faz um pouco mais presente.

Como normalmente estes projetos de intervenção não visam uma nova funcionalidade a ser desenvolvida no patrimônio reabilitado, a coordenação do Programa Monumenta Belém tem desenvolvido uma série de ações, paralelas às intervenções, no sentido de conscientizar a população da necessidade de preservação e manutenção desses bens. Essa medida, aliada ao fato de que a população é consultada ao longo do processo de elaboração e execução do projeto, de modo a se procurar atender às suas necessidades, após a execução das reformas, tem feito com que a população se aproprie mais efetivamente destes patrimônios, já que ela se sente parte integrante do processo, como ocorreu na intervenção promovida no Complexo do Ver-o-Peso.

Para os moradores e comerciantes que participaram da pesquisa de campo do bairro da Cidade Velha, a intervenção na Praça Frei Caetano Brandão foi muito importante, porque significou a reintegração de um espaço que era considerado muito inseguro, pois “estava muito abandonado, tanto pelo Estado quanto pela Prefeitura” (M. C. C, mar. 2007), constituindo-se novamente em um lugar de encontro.

As ações intervencionistas promovidas pelo governo municipal são regulamentadas pela Lei 7.709 de 1994, que definiu o que deve e o que não se deve fazer na área do Centro Histórico de Belém.



Para a diretora do DEPH, Roseane Norat (28/02/07), foi a partir desse momento que a FUMBEL

realmente passou a ter uma atuação mais efetiva no cotidiano da vida das pessoas, e aí, todos os imóveis, todas as obras que ocorrem nessas áreas históricas, nessas áreas em que tem um tombamento, ou uma proteção legal, elas tem que ser aprovadas e isso veio se efetivar no seu cotidiano.

Apesar dos avanços conquistados, a partir da promulgação da Lei 7.709/94, que trata sobre a preservação do patrimônio cultural de Belém, muitas coisas precisam ser revistas, inclusive a própria delimitação do Centro Histórico, haja vista que tanto na sua área interna, quanto no seu entorno, existem bens que, devido suas características de uso e ocupação do espaço, não são de interesse à preservação, e que acabaram sendo tombados por estarem inseridos na área de delimitação do Centro Histórico de Belém, como é o caso da área localizada na orla da Zona Portuária, próximo ao Porto do Sal.

De acordo com o depoimento da diretora do Departamento de Patrimônio Histórico da FUMBEL, isso ocorreu porque,

como o CH foi tombado em uma área, em um conjunto, teoricamente, tudo que está dentro dele, está tombado, agora, dentro dessa área, existe uma diversidade de elementos, e aí você tem cinco categorias de preservação, ou, três categorias de preservação, uma de acompanhamento e uma de renovação arquitetônica, e pra cada uma dessas categorias, de qualificação do imóvel você tem um nível maior ou menor de características que devem ser preservadas a mais ou a menos, enfim, existe uma orientação específica na legislação.

Nesta perspectiva de discutir o Centro Histórico de Belém, a FUMBEL vem desenvolvendo um Plano de Reabilitação para o centro histórico. "Esse plano tem recursos na ordem de R\$ 240 mil só para a execução do plano, só para a formatação do Plano de Reabilitação do CHB" (Roseane Norat, 28/02/07), recurso conseguido junto ao Ministério das Cidades, num programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais.

A elaboração desse Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Belém, ainda que não esteja concluído tem evidenciado um grande passo acerca das políticas de preservação desenvolvidas em Belém, porque busca uma maior integração entre os órgãos patrimoniais das diversas esferas da federação.



Desta forma, acredita-se que os projetos de intervenção propostos pelos órgãos federais, estaduais e municipais deveriam, sempre, partir de um planejamento maior e mais integrado para a cidade, através do qual seria possível envolver um número cada vez mais abrangente das representações dos diversos agentes sociais produtores do espaço urbano, e esta forma de conceber as intervenções parecem começar a ganhar fôlego com esse processo de elaboração do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Belém.

Torna-se evidente que os processos de intervenção não devem se constituir num simples conjunto de intervenções pontuais, no sentido de preservar os patrimônios culturais dos centros urbanos, haja vista que as ações que desencadeiam tais processos estão revestidas de uma dinâmica sócio-espacial que define diversas formas de se conceber e apropriar-se desses bens públicos.

Tais intervenções transformam os usos, funções e formas de apropriação do espaço urbano, alterando os modos de vida ao modificar as relações de vizinhança e a vida dos moradores locais, bem como as relações identitárias, expressas de maneira bastante diversificada pelos mesmos, a partir dos valores e interesses que criam novas espacialidades e territorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1960, quando o processo de renovação urbana, desencadeado com o avanço da modernização científica e tecnológica, passa a ser severamente criticado, surge no contexto mundial uma série de discussões acerca da necessidade de intervir nos centros históricos com vistas a salvaguardar seu patrimônio cultural.

Nesse período, aproximadamente, começa a ganhar destaque no cenário nacional e internacional o processo reinvenção urbana, gerado no contexto do meio técnico-científico informacional que desencadeou grandes transformações na relação sócio-espacial das atividades econômicas com o território. Tais transformações possibilitaram que as áreas centrais das cidades deixassem de ser prioritariamente o *lócus* da produção, para se constituírem no *lócus* de consumo, transformando-se em mercadoria de consumo para a população de alta renda, investidores e turistas.

No Brasil, as ações de intervenção nas áreas centrais também começam a se desenvolver neste período, quando cidades como Salvador, Recife, São Luis, Ouro Preto, São Paulo e Rio de Janeiro passaram a ter seus centros históricos reabilitados.

Em Belém, esse processo se intensifica principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, com a criação de vários projetos de intervenção no Centro Histórico de Belém, por parte do poder público, com vistas a resgatar seu valor simbólico e, sobretudo, seu papel enquanto recurso econômico, social e cultural.

Visando regulamentar estas ações, foram criadas algumas legislações que passaram a nortear a análise dos projetos de intervenção, dentre as quais se destaca a Lei 7.709/94 que delimitou o Centro Histórico de Belém e sua área de entorno, bem como estabeleceu as diretrizes necessárias para a preservação do patrimônio cultural da cidade.

Partindo deste contexto, nos últimos doze anos (1994-2006), o poder público passou a desenvolver iniciativas no sentido de criar projetos de intervenção no Centro Histórico de Belém, dentre os quais se destacou a

reabilitação da Praça Frei Caetano Brandão e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, promovida pela Prefeitura Municipal, através do Programa Monumenta Belém, e a revitalização do Complexo Feliz Lusitânia, executada pelo governo estadual, todos concentrados no Centro Histórico de Belém, especificamente na área que abrange o bairro da Cidade Velha.

A partir da análise destes projetos, buscou-se compreender a lógica que explica a recente preocupação do poder público e privado em intervir no Centro Histórico de Belém, buscando analisar suas implicações no processo de reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha.

Ao entender que estas iniciativas devem fazer parte de um cenário maior, em que se busque pensar os projetos de intervenção no contexto da cidade, procurou-se então fazer uma breve discussão teórica acerca do papel do planejamento urbano no processo de intervenção nas áreas centrais, e mais especificamente em Belém. Desta forma, centrou-se a discussão nas duas principais matrizes do planejamento: o planejamento conservador e o planejamento progressista.

O planejamento conservador parte do princípio de que o Estado é o único agente responsável por sua elaboração e execução. Este tipo de planejamento teve seu apogeu até meados da década de 80, quando o processo de redemocratização ganha força e coloca em xeque esta concepção de planejamento, o que não significa dizer que ela deixou de existir.

No contexto da redemocratização e redefinição do papel dos entes da federação no Brasil, passa a se destacar a concepção de planejamento de cunho mais progressista, através da qual os movimentos sociais passam a ter uma maior inserção nas discussões acerca do ordenamento e gestão das cidades.

Partindo desta análise e das informações obtidas durante a pesquisa de campo, percebeu-se que as ações do governo do estado, no que concerne às intervenções promovidas no Complexo Feliz Lusitânia, pautaram-se em um planejamento mais conservador, haja vista que, em nenhum momento das fases de elaboração e execução dos projetos a população da cidade foi consultada, nem mesmo os moradores ou comerciantes que vivem e/ou trabalham no bairro da Cidade Velha.

A intervenção no Complexo Feliz Lusitânia fundamentou-se na adoção do planejamento de mercado e na introdução de técnicas de *marketing* urbano (*city marketing*), justificado pela necessidade de recuperar a base econômica da cidade com vistas a gerar emprego e renda. É certo que houve um aumento na oferta de emprego nesta área, no entanto, a arrecadação gerada após a conclusão dos projetos ainda não é muito significativa, diante da envergadura dos investimentos que foram feitos nesta área, posto que tem sido utilizadas na manutenção e preservação do patrimônio revitalizado e ainda assim, faz-se necessário uma complementação financeira por parte do Estado.

Pelo predomínio do caráter conservador e mercadofilo das intervenções promovidas pelo governo do estado, não chegou a se constatar a materialização dos conflitos de territorialidade entre os diversos agentes sociais, visto que em relação aos comerciantes e moradores esta foi ignorada, pois os mesmos não se constituíram enquanto sujeitos partícipes no processo de elaboração e execução do projeto Feliz Lusitânia.

Em relação às intervenções promovidas pelo governo municipal, estas, pautaram-se em um planejamento mais progressista, onde a participação popular se fez um pouco mais presente, seja através de campanhas de informação e conscientização, seja através de reuniões com lideranças do bairro ou das associações de trabalhadores, ou ainda através do Congresso da Cidade, que foi realizado pela Prefeitura Municipal de Belém, no período entre 2001 a 2004, como foi o caso da intervenção no Complexo do Ver-o-Peso.

Há que se destacar que muitos destes instrumentos têm sido deixados de lado pela atual gestão municipal, que ultimamente, tem dado pouco valor ao processo de reabilitação do Centro Histórico de Belém, deixando muitos projetos inconclusos - como é o caso do Projeto Via dos Mercadores e a reabilitação do Palacete Pinho -, e não estimulando a realização de novos projetos intervencionistas.

Cabe ainda ressaltar, que apesar dos avanços conquistados ao longo da década de 1990, relativos às normatizações, elaboração e execução dos projetos de intervenção no Centro Histórico de Belém, muitos projetos que começaram a ser executados, não foram concluídos e desde a mudança da administração municipal, em 2005, as obras estão paradas. Mesmo já tendo sido feito

consideráveis investimentos de recursos públicos e a população não tem a mínima explicação acerca dos motivos que justificam tal medida, e nem tão pouco tem exercido seu direito de cobrança e de pressão sobre o poder público municipal, o que identifica a falta de uma participação mais efetiva da população e o pouco envolvimento e preocupação desta, com o patrimônio cultural de Belém.

Os projetos desenvolvidos pelo governo municipal, fundamentam-se nos princípios da reabilitação urbana e tem um cunho mais social, que visam qualificar o espaço urbano, e melhorar as condições de qualidade de vida e de infraestrutura para os seus usuários, não alterando, portanto, a atividade principal que já era desenvolvida nos patrimônios reabilitados, ainda que sejam criadas novas funcionalidades nesses espaços, o que tem propiciado uma apropriação mais efetiva destes bens por parte da população.

Já os projetos desenvolvidos pelo governo do estado, fundamentaram-se na concepção de revitalização, alterando a forma e a funcionalidade do patrimônio onde foram realizadas as ações de intervenção, com o objetivo principal de tornar a cidade mais competitiva na disputa por atração turística e revalorizar o papel do Centro Histórico enquanto recurso econômico, social e cultural.

Contudo, as intervenções promovidas, tanto pelo governo do estado, quanto pelo município, não geraram grandes alterações no cotidiano da vida da população que reside no bairro da Cidade Velha. Até a questão da falta de segurança, que foi o principal problema apontado pelos moradores não reduziu muito, já que a melhoria no sistema de vigilância e policiamento tem se restringido às áreas próximas aos prédios do patrimônio que sofreu intervenção, ou seja, na Praça Frei Caetano Brandão e no Complexo Feliz Lusitânia, não atingindo o bairro como um todo.

Para muitos moradores, este problema até aumentou, visto que após a conclusão das obras de intervenção, surgiram novos bares e também passaram a ocorrer alguns eventos culturais nessa área, que aliados à maior atração de turistas, têm gerado o aumento de furtos e a insegurança no bairro.

No que diz respeito à dinâmica comercial do bairro, esta passou a contar com novas atividades econômicas, como a abertura de novos bares e restaurantes, sorveterias e lojas de artesanatos que passaram a funcionar na área

interna dos prédios do patrimônio que constitui o complexo Feliz Lusitânia, ou ainda, na sua área de entorno.

Apesar de tudo, essa alteração também se restringiu às áreas próximas ao Complexo Feliz Lusitânia, haja vista que com relação ao uso e ocupação do solo, as atividades econômicas de maior destaque no bairro estão relacionadas ao comércio atacadista de ferragens e de artigos de pesca e navegação que destoam completamente da lógica de intervenção proposta, até o presente momento, para o bairro da Cidade Velha.

Neste sentido, apesar de se considerar de extrema relevância o desenvolvimento de projetos com vistas a reabilitar o Centro Histórico de Belém, acredita-se que estes deveriam ser elaborados, a partir de uma análise minuciosa da dinâmica sócio-espacial dos bairros que o compõe, e da cidade como um todo, e que estes projetos partam de ações mais integradas entre os órgãos patrimoniais da esfera municipal, estadual e federal, de modo que seus resultados possam garantir uma maior equidade e participação dos diversos agentes produtores desse espaço urbano.

REFERÊNCIAS

ACIOLY JÚNIOR, C. Revisitando a revitalização urbana no Rio de Janeiro: do projeto urbano à gestão urbana. In: FERNANDES, E; VALENÇA, M. M. (Org.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

AMAZÔNIA HOJE. **Financiamento para restauro tem poucos interessados**. Caderno MetrÓple, 05/01/ 2006, p. 4.

BARBOSA, J. M. de A. A Província do Grão-Pará no século XIX e em especial, a cidade de Santa Maria de Belém. Belém, **Separata da Revista do Tribunal de Contas do Pará**: Belém, II: set. 1972.

BARBOSA, J. L.; LIMONAD, E. **Entre o ideal e o real rumo à sociedade urbana**: algumas considerações sobre o “Estatuto da Cidade”. 2003. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp13.htm>. Acesso em: 20 Abr. 2006.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BELÉM. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM**. 1990.

_____. **PLANO DIRETOR URBANO DE BELÉM**, Lei Nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993.

_____. **LEI DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO**, Lei Nº 7.709, de 18 de maio de 1994.

LEI DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, Lei Nº 7.709, de 18 de maio de 1994.

_____. **LEI DOS BAIRROS**, Lei Nº 7.806, de 30 de julho de 1996.

_____. **Parecer nº 332/2002 – DEPH/FUMBEL**: projeto e autorização de serviço (resposta). Jul., 2002.

_____. **Projeto de Restauração do Solar do Barão de Guajará**: Instituto Histórico Geográfico do Pará. Prefeitura Municipal de Belém, 2003.

_____. **Memorial da Praça Frei Caetano Brandão.** Prefeitura Municipal de Belém, 2003.

_____. **Projeto Via dos Mercadores:** recuperação de fachadas da Rua João Alfredo. Belém: FUMBEL, 1997.

_____. **Patrimônio Histórico.** Belém: FUMBEL, S/D.

_____. **Proposta para a inclusão do Conjunto cultural e ambiental do Vê-o-Peso na lista indicativa do Patrimônio Mundial.** Belém: FUMBEL, 2003.

_____. **Belém:** Patrimônio da humanidade – um percurso ao longo de quatro séculos. Belém: FUMBEL, 2004.

_____. **Plano de reabilitação do Centro Histórico e seu entorno, no município de Belém – PRCH/Belém:** termo de referência Belém: FUMBEL, 2006.

_____. **Plano setorial de Revitalização do Centro Histórico de Belém - “Ver Belém”.** Tecnologia e Consultoria Brasileira S. A: Rio de Janeiro, 1999.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>> Acesso em: 22 Jan. 2006.

_____. **ESTATUTO DA CIDADE.** Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001.

_____. **MANUAL DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.** Brasília, 2002.

_____. **PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO – MONUMENTA:** Regulamento operativo. Brasília, 2003.

_____. **Seminário de treinamento das Unidades Executoras dos Projetos:** a elaboração dos estudos de viabilidade do projeto. Brasília, 2001.

BERDOULAY, V. A ecologia urbana, o lugar e a cidadania. In: **Revista Território.** LAGET/UFRJ. ano IV, nº 7 (jul./dez. 1999). Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

BURGOS, R. Parques urbanos na metrópole paulistana: conflitos socioespaciais no uso de espaços públicos em áreas residenciais segregadas. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Geografias das metrópoles.** São Paulo: Contexto, 2006.

CAIADO, M. C. S. **O Padrão de Urbanização Brasileiro e a Segregação Espacial da População na Região de Campinas:** o papel dos instrumentos de gestão urbana. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Jul. 1997. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a140.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2006.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

_____. **A cidade.** São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

_____. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Ed. Contexto, 1994.

_____. **Espaço e indústria.** São Paulo: Ed. Contexto, 1988.

CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.) **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Org.) **Urbanização e mundialização:** estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

CARVALHO, M. Patrimônio, memória sem rosto. **O Liberal:** Cartaz, 30/01/2000, p. 7.

CIDADES. V. 1, n. 1. Presidente Prudente: Grupos de Estudos Urbanos, 2004.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: paz e Terra, 1983.

COIMBRA, O. **A saga dos primeiros construtores de Belém.** Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **Engenharia militar européia na Amazônia do século XVIII:** as três décadas de Landi no Gram-Pará (uma pesquisa jornalística). Prefeitura Municipal de Belém: Belém, 2003.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, p. 1 a 164. Jul./Set. 1987.

COSTA, W. M. da. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: **Oficina para uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília, 2004.

CRUZ, E. **As edificações de Belém**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

_____. **Ruas de Belém**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

_____. **História de Belém**. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo). Belém: UFPA, 1973, 2 Vols.

DANIEL, C. Governo local e reforma urbana num quadro de crise estrutural. In: RIBEIRO, L. C. de Q. & SANTOS JUNIOR, O. A. **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

D'ARC, H. R. Metrópole e requalificação urbana: uma comparação entre a Europa e a América latina é pertinente? In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.) **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.

_____. Requalificar o urbano do século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo – mistura ou gentrificação. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.) **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

DERENJI, J. **Cidade Velha**. Monografia (Especialização em Paisagismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. S/D.

_____. Solar Barão de Guajará. **Pará Onde**, edição 9, ano 3, Belém:2002.

DIÁRIO DO PARÁ. **Verba para recuperar o Centro Histórico**. Caderno Cidades, 10/09/2005, p. 3.

_____. **Um tesouro de cidade**. Caderno Cidades, 26/09/2005, p. 5.

_____. **Cidade Velha pede ajuda**. Caderno Cidades, 25/05/2006, p. A 2.

_____. **Centro Histórico terá cara nova.** Caderno Cidades, 28/07/2006, p. A 8.

FAÇANHA, L. C. B. **A política urbana à luz da Constituição Brasileira de 1988.** Jus Navigandi: Teresina, Ano 6, n. 52, Nov. 2001. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/doutrina/texto/aspid>> Acesso em: 13 Set. 2004.

FERRAI JUNIOR, J. C. **Limites e Potencialidades do Planejamento Urbano:** uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(1): 15-28, jun. 2004.

FERREIRA, R. S. da C. **Estudo dos impactos de modificações de usos do solo na preservação do Centro Histórico de Belém (CHB).** 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA. **Projeto Monumenta Belém/PA:** estudo do mercado imobiliário. Belém: FIPE, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Cotidiano, p. 3, 06 jun/2005.

FRANCO, L. F. P. N. Por uma história da forma urbana, análise de uma amostra de tecido do Centro Histórico de Belém. **Desenho urbano.** Anais do 2º Seminário sobre Desenvolvimento Urbano no Brasil. São Paulo/Brasília/Rio de Janeiro/CNPQ/FINEP, 1986, p. 330-339.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOTTIDIENER, M. **A produção social do espaço urbano;** tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993.

GUEDES, P. B. B. **Chácara Bem-Bom:** intervenção e reutilização para atendimento à saúde mental do adulto e criança em Belém. 2004. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade da Amazônia: Belém, 2004.

GUERRA, A. A. **Revitalização das Docklands londrinas.** Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/resenha.asp>. Acesso em: 18 ago. 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HIDAKA, L. T. F. **A essência do existir**: um estudo sobre a conservação da autenticidade tipológica de áreas históricas patrimoniais – o caso do centro Histórico de Belém. 2000, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. rev.. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

JEUDY, H. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KURY, P. R; DÍAZ, M. A. A. (Coords.) **Pensar y habitar la ciudad**: afectividad, memoria y significado en el espacio urbano contemporáneo. (Cadernos A. Temas de Innovación Social; 19). Barcelona: Anthropos, 2006.

LAMARÃO CORRÊA, A. J. **O espaço das ilusões**: planos compreensivos e planejamento urbano na região metropolitana de Belém. Dissertação (Mestrado), Belém: NAEA: UFPA, 1989.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. (Tradução de FRIAS, R. E.)

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Tradução de RAMOS, M. H. R; JAMUR, M.).

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. (Tradução de MARTINS, S.).

LIMA, J. J. **Equidade social em Belém**: o papel dos instrumentos de regulação urbanística e a forma urbana. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).

LIMA, P. de, MUNIZ, M. Á. Construindo Cidades Sustentáveis Através do Planejamento Urbano: uma visão do processo de gestão nas cidades brasileiras. Santiago de Chile, 2005. **VII Colóquio Internacional de Geocrítica** (24-27 maio). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194.htm>> Acesso em: 25 Set. 2005.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTIN, A. R. A permanência da deterioração urbana como processo: o caso do bairro do Brás em São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.).

Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.

MÁRTYRES, M. F. **Interpretação do patrimônio com enfoque para o turismo:** restauração, conservação e reutilização com adaptação de uso dos imóveis sito à Rua Marquês de Pombal. 2005 (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade da Amazônia: Belém, 2005.

MEIRA FILHO, A. **Contribuição à história de Belém.** Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1974.

_____. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará.** Belém: Grafisa, 1976. 2 vols.

MOREIRA, C. da C. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação:** cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica.** Belém: UFPA, 1966.

NIGRO, C. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, A. F. A; LEMOS, A. I. G. (Org.) **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

NOGUEIRA, C.; GONZALEZ, S. M. [Revitalização do centro histórico de João Pessoa](http://www.vitruvius.com.br/resenha.asp). Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/resenha.asp>. Acesso em: 18 ago. 2006.

O LIBERAL. **Patrimônio preservado para o futuro.** Caderno Cartaz, 13/03/2005, p. 5.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. **Produção e apropriação do espaço:** a verticalização em Belém-PA. 1992, Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura do Estado. **Projeto Feliz Lusitânia –** Conjunto Habitacional e Paisagístico do Núcleo Histórico Inaugural de Belém. Anexo I. SECULT: Belém, 2002.

_____. **DOCUMENTO-RESPOSTA:** referente aos Pareceres Nº 332/2002 e Nº 372/2002 – DEPH/FUMBEL. SECULT: Belém, 2002.

_____. **Feliz Lusitânia:** Museu de Arte Sacra. Série Restauro, v. 3. SECULT: Belém, 2005.

_____. **Feliz Lusitânia:** Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat. Série Restauro, v. 4SECULT: Belém, 2006.

PELLEGRINO, C. T. **Patrimônio cultural urbano: de quem? Para o quê?**. 3º Congresso Virtual de Antropología y Arqueología, ciberespacio, octubre de 2002.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará:** estudos de geografia urbana. Vol. 1 e 2. Belém: UFPA, 1968. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.ar>> Acesso em: 20 ago. 2006.

PINHO, A. de A. **Palacete eclético Augusto Montenegro do início do século XX:** ontem, hoje, amanhã. 1999. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade da Amazônia: Belém, 1999.

PISANI, M. A. J. **Projeto de revitalização de edifícios.** São Paulo. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/sinergia/5p4.html>> Acesso em: 03 ago. 2005.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (19500-1720).** São Paulo: Pioneira, 1968.

RIBEIRO, L. C. de Q. & SANTOS JUNIOR, O. A. **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana:** O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ROBIRA, R. T. Planejamento urbano: discurso anacrônico, práticas globalizadas. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Geografias das metrópoles.** São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, E. **Os desafios da metrópole:** reflexões sobre desenvolvimento para Belém. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

SANCHES, F. **A reinvenção das cidades:** para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS. A. F. A; LEMOS, A. I. G. (Org.) **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SARGES, M. de N. **Belém: riquezas produzindo a *Béle-Époque* (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCARLATO, F. C. Busca do Centro – o reencontro com a cidade. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, M. de J. B. **Caratateua: a ilha e o subúrbio de Belém**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. SILVA, M. de J. B. da. **Santa Maria de Belém do Grão Pará: Cidade Velha do Presente no Olhar do Passado**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, USP

SPÓSITO, M. E. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

SORES, R. Patrimônio Histórico: descaso e abandono. **O Liberal: Atualidades**, 02/04/2006, p. 2.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

_____. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. **Revista Cidades**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos. Vol.1, n. 2, p. 241-58, jul/dez, 2004.

TOURINHO, A. de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

TUPIASSU, A. A. **A área metropolitana de Belém**. Belém: IDESP, 1968.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Monole, 2006.

VAZ, L. F.; SILVEIRA, C. B. Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos. In: **Revista Território**. LAGET/UFRJ. ano IV, nº 7 (jul./dez. 1999). Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

ANEXO 01: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – SECULT/PA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA MESTRADO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ÓRGÃO: SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO PARÁ

RESPONSÁVEL: _____ FUNÇÃO: _____

- 1- Como é feita a delimitação das áreas de atuação dos órgãos que administram o Centro Histórico de Belém entre as diversas esferas do poder público e qual a área de atuação da SECULT?

- 2- Por que só nos doze últimos anos a SECULT passou a atuar, de forma mais intensa, na preservação do patrimônio que constitui o Centro Histórico de Belém?

- 3- Que concepção a SECULT tem utilizado no embasamento dos projetos de preservação do patrimônio do CHB, a de revitalização, requalificação ou de renovação? Por quê?

- 4- Que projetos a SECULT vêm desenvolvendo no CHB e no que consiste cada um destes projetos?

- 5- Quais os principais elementos considerados no processo de elaboração destes projetos?

- 6- Dentre esses diversos projetos, qual deles foi considerado o mais importante? Por quê?

- 7- Em quanto foi orçado o projeto Feliz Lusitânia?

- 8- Quais os principais objetivos do projeto Feliz Lusitânia e que órgãos estavam envolvidos no desenvolvimento dele?

9- Como se deu a participação destes órgãos e qual a contrapartida de cada um deles?

10- Quais as principais dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento do projeto Feliz Lusitânia?

11- Houve alguma alteração no projeto Feliz Lusitânia que não estava previsto inicialmente? Qual (is) e por quê?

12- Na fase de elaboração deste projeto, a população que mora no bairro da Cidade Velha foi consultada previamente? Como se deu essa consulta?

13- Quais os benefícios gerados pelo projeto Feliz Lusitânia e quem foram os maiores beneficiados com o desenvolvimento deste projeto?

14- O desenvolvimento deste projeto gerou algum tipo de problema entre os diversos atores sociais que atuam neste espaço urbano (órgãos públicos, moradores, comerciantes, etc.)?

15- Houve algum tipo de crítica em relação a este projeto? Como vocês lidam com essas críticas?

16- Como vocês avaliam, enquanto arquiteto(s) e/ou engenheiro(s), as intervenções realizadas no patrimônio que compõe o projeto Feliz Lusitânia? Houve alguma reserva em relação a ele?

17- Que transformações ocorreram na organização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha devido à execução do projeto Feliz Lusitânia?

18- Como se definiram os novos usos do patrimônio que compõe o projeto Feliz Lusitânia?

19- Como está prevista a manutenção dos patrimônios que constituem o projeto Feliz Lusitânia e de que forma estes recursos são administrados?

20- Que avaliação vocês fazem em relação ao uso do espaço do Feliz Lusitânia, por parte dos moradores do bairro da Cidade Velha?

ANEXO 02: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – FUMBEL/PA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA MESTRADO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM
RESPONSÁVEL: _____ FUNÇÃO: _____

- 1- Como é feita, entre as diversas esferas do poder público, a delimitação das áreas de atuação dos órgãos que administram o Centro Histórico de Belém e qual a área de atuação da FUMBEL?
- 2- Por que só nos doze últimos anos a FUMBEL passou a atuar, de forma mais intensa, na preservação do patrimônio que constitui o Centro Histórico de Belém?
- 3- Que concepção a FUMBEL tem utilizado no embasamento dos projetos de preservação do patrimônio do CHB, a de revitalização, requalificação ou de renovação? Por quê?
- 4- Que projetos de preservação do patrimônio a FUMBEL vêm desenvolvendo no CHB e no que consiste cada um destes projetos?
- 5- Quais os principais elementos considerados no processo de elaboração destes projetos?
- 6- Dentre os diversos projetos desenvolvidos pela FUMBEL, no bairro da Cidade Velha, qual deles foi considerado o mais importante? Por quê?
- 7- Quais os principais objetivos desse projeto, que órgãos estavam envolvidos na execução dele e como se deu a participação destes órgãos?
- 8- Quais as principais dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento desse projeto?

9- Na fase de elaboração deste projeto, a população que mora nesse bairro foi consultada previamente? Como se deu essa consulta?

10- Quais os benefícios gerados por esse projeto e quem foram os maiores beneficiados com o desenvolvimento dele?

11- O desenvolvimento deste projeto gerou algum tipo de problema entre os diversos atores sociais que atuam neste espaço urbano (órgãos públicos, moradores, comerciantes, etc.)?

12- Houve algum tipo de crítica em relação a este projeto? Quais e como vocês lidam com essas críticas?

13- Como vocês avaliam, enquanto arquiteto(s) e/ou engenheiro(s), as intervenções realizadas no patrimônio histórico existente no bairro da Cidade Velha?

14- Que transformações ocorreram na organização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha devido a essas intervenções?

15- Como se definem os novos usos do patrimônio histórico revitalizado, existente no bairro da Cidade Velha?

16- Como é prevista a manutenção do patrimônio histórico revitalizado, existente no bairro da Cidade Velha, e de que forma estes recursos são administrados?

17- Que avaliação vocês fazem em relação ao uso do patrimônio histórico existente no bairro da Cidade Velha, por parte dos moradores do bairro da Cidade Velha?

18- Quando os projetos de preservação do patrimônio são de responsabilidade do Estado (como é o caso do Feliz Lusitânia) ou do IPHAN, os técnicos da FUMBEL são consultados? Como se dá essa atuação?

19- Porque na época do desenvolvimento da obra de revitalização do Complexo Feliz Lusitânia, a FUMBEL foi contrária à derrubada do muro do Forte do Castelo?

20- Existe algum projeto integrado entre as diversas esferas do poder público, no sentido de preservar o patrimônio existente no bairro da Cidade Velha? Por quê?

**ANEXO 03: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA –
MONUMENTA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ÓRGÃO: PROGRAMA MONUMENTA BELÉM

RESPONSÁVEL: _____

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: _____ **FUNÇÃO:** _____

- 1- Como é feita a delimitação das áreas de atuação dos órgãos que administram o Centro Histórico de Belém entre as diversas esferas do poder público e qual a área de atuação do Programa Monumenta?
- 2- Como se dá a atuação do Programa Monumenta no processo de preservação do patrimônio que constitui o Centro Histórico de Belém?
- 3- Que projetos o Programa Monumenta vêm desenvolvendo no CHB e no que consiste cada um destes projetos?
- 4- Que concepção o Programa Monumenta tem utilizado no embasamento destes projetos, a de revitalização, requalificação ou de renovação? Por quê?
- 5- Quais os principais elementos considerados no processo de elaboração e aprovação destes projetos?
- 6- Dentre os diversos projetos desenvolvidos pelo Programa Monumenta, no bairro da Cidade Velha, qual deles foi considerado o mais importante? Por quê?
- 7- Quais os principais objetivos desse projeto e que órgãos estavam envolvidos na execução dele?

9- Como se deu a participação destes órgãos e qual a contrapartida de cada um deles?

10- Quais as principais dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento desse projeto?

12- Na fase de elaboração deste projeto, a população que mora nesse bairro foi consultada previamente? Como se deu essa consulta?

13- Quais os benefícios gerados por esse projeto e quem foram os maiores beneficiados com o desenvolvimento dele?

14- O desenvolvimento deste projeto gerou algum tipo de problema entre os diversos atores sociais que atuam neste espaço urbano (órgãos públicos, moradores, comerciantes etc.)?

15- Houve algum tipo de crítica em relação a este projeto? Quais e como vocês lidam com essas críticas?

16- Como vocês avaliam, enquanto arquiteto(s) e/ou engenheiro(s), as intervenções realizadas no patrimônio histórico existente no bairro da Cidade Velha?

17- Que transformações ocorreram na organização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha devido a essas intervenções?

18- Como se definem os novos usos do patrimônio histórico existente no bairro da Cidade Velha, após a revitalização?

19- Como esta prevista a manutenção do patrimônio histórico revitalizado, existente no bairro da Cidade Velha, e de que forma estes recursos são administrados?

20- Após a revitalização, que avaliação vocês fazem em relação ao uso do patrimônio histórico existente no bairro da Cidade Velha, por parte dos moradores do bairro da Cidade Velha?

ANEXO 04: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – IPHAN/2ª GR



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ÓRGÃO: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

RESPONSÁVEL: _____

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: _____ FUNÇÃO: _____

- 1- Como é feita a delimitação das áreas de atuação dos órgãos que administram o Centro Histórico de Belém entre as diversas esferas do poder público e qual a área de atuação do IPHAN?

- 2- Por que só nos doze últimos anos o IPHAN passou a atuar, de forma mais intensa, na preservação do patrimônio que constitui o Centro Histórico de Belém?

- 3- Que concepção o IPHAN tem utilizado no embasamento dos projetos de preservação do patrimônio do CHB, a de revitalização, requalificação ou de renovação? Por quê?

- 4- Que projetos de preservação do patrimônio o IPHAN vêm desenvolvendo e/ou acompanhando no CHB e no que consiste cada um destes projetos?

- 5- Quais os principais elementos considerados no processo de elaboração e avaliação destes projetos?

- 6- Dentre os diversos projetos acompanhados pelo IPHAN, no bairro da Cidade Velha, qual deles foi considerado o mais importante? Por quê?

- 7- Quais os principais objetivos desse projeto e que órgãos estavam envolvidos na execução dele?

9- Como se deu a participação destes órgãos e qual a contrapartida de cada um deles?

10- Quais as principais dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento deste projeto?

12- Na fase de elaboração deste projeto, a população que mora nesse bairro foi consultada previamente? Como se deu essa consulta?

13- Quais os benefícios gerados por esse projeto e quem foram os maiores beneficiados com o desenvolvimento dele?

14- O desenvolvimento deste projeto gerou algum tipo de problema entre os diversos atores sociais que atuam neste espaço urbano (órgãos públicos, moradores, comerciantes, etc.)?

15- Houve algum tipo de crítica em relação a este projeto? Quais e como vocês lidam com essas críticas?

16- Como vocês avaliam, enquanto arquiteto(s) e/ou engenheiro(s), as intervenções realizadas no patrimônio histórico existente no bairro da Cidade Velha?

17- Que transformações ocorreram na organização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha devido a essas intervenções?

18- Como se definem os novos usos do patrimônio histórico revitalizado, existente no bairro da Cidade Velha?

19- Como é prevista a manutenção do patrimônio histórico, após a revitalização, existente no bairro da Cidade Velha e de que forma estes recursos são administrados?

20- Após a revitalização, que avaliação vocês fazem em relação ao uso do patrimônio histórico existente no bairro da Cidade Velha, por parte dos moradores do bairro da Cidade Velha?

ANEXO 05: QUESTIONÁRIO – MORADORES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

QUESTIONÁRIO – MORADORES

Nº DO QUESTIONÁRIO: _____ DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

1- PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo: _____
Endereço: _____
Profissão/Ocupação (Atual): _____ Tipo de Domicílio: _____
Tempo de Moradia no Domicílio: _____ Nº de Residentes no Domicílio _____

2- COLETA DE DADOS

1- Como era o bairro da Cidade Velha antes da execução dos projetos de intervenção no Centro Histórico de Belém (Feliz Lusitânia, Praça D. Pedro, P. Frei Caetano Brandão, Igreja da Sé, dentre outros)?

2- Durante o processo de elaboração e execução desses projetos vocês foram consultados? Como se deu essa consulta?

3- Você gosta de morar no bairro da Cidade Velha? Por quê?

4- Quais os principais problemas existentes no bairro da Cidade velha? Você acha que esses problemas acabaram, reduziram ou aumentaram após os projetos de intervenção? Por quê?

5- Que transformações ocorreram na organização do bairro da Cidade Velha devido a essas intervenções?

6- Essas transformações alteraram o dia-a-dia dos moradores do bairro da Cidade Velha? De que forma?

7- Quais os benefícios gerados por esses projetos e quem foram os maiores beneficiados com o desenvolvimento deles?

8- A implantação destes projetos gerou algum tipo de problema entre os diversos agentes sociais que atuam neste bairro (órgãos públicos, moradores, comerciantes, etc.)? Quais? Por quê?

9- Os moradores do bairro da Cidade Velha fizeram algum tipo de crítica em relação a estes projetos? Quais e como os órgãos responsáveis pelas obras lidaram com essas críticas?

10- Após a intervenção, os moradores do bairro da Cidade Velha passaram a utilizar mais o patrimônio histórico e cultural existente no bairro da Cidade Velha? Por quê?

11- Quando você faz algum tipo de reforma na sua residência, você comunica e pede autorização aos órgãos responsáveis pelo patrimônio do Município, Estado e União? Por quê?

12- Você recebe algum tipo de isenção de imposto? Qual? Em caso positivo, qual a porcentagem dessa isenção e o que você acha dessa política de isenção?

13- Você já tentou conseguir algum tipo de financiamento para restaurar sua residência? Qual e em caso positivo, você teve direito a esse financiamento? Por quê?

14- Como você avalia, enquanto morador, as intervenções realizadas no patrimônio histórico existente no bairro da Cidade Velha?

ANEXO 06: QUESTIONÁRIO – COMERCIANTES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

QUESTIONÁRIO – COMERCIANTES

Nº DO QUESTIONÁRIO: _____ DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

1- PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo: _____
Endereço: _____
Profissão/Ocupação (Atual): _____ Tempo de Trabalho no bairro _____

2- PERFIL DO ESTABELECIMENTO

Endereço: _____ Tempo de funcionamento: _____
Nome: _____ Razão Social: _____
Tipo de Estabelecimento: ___ Estabelec.: Próprio ___ Alugado ___ Arrendado ___

3- COLETA DE DADOS

1- Como era o bairro da Cidade Velha antes da execução dos projetos de intervenção (Feliz Lusitânia, Praça D. Pedro, P. Frei Caetano Brandão, Igreja da Sé, dentre outros)?

2- Durante o processo de elaboração e execução desses projetos, vocês foram consultados? Como se deu essa consulta?

3- Você gosta de trabalhar no bairro da Cidade Velha? Por quê?

4- Que transformações ocorreram na organização do bairro da Cidade Velha devido a essas intervenções?

5- Essas transformações alteraram a dinâmica comercial do bairro? De que forma e quem foram os maiores beneficiados com essas transformações?

6- Existe algum tipo de problema entre os proprietários das casas comerciais do bairro da Cidade Velha e os órgãos de preservação do patrimônio? Quais e entre que agentes sociais?

7- Os empresários fizeram algum tipo de crítica em relação a estes projetos? Quais e como os órgãos responsáveis pelas obras lidaram com essas críticas?

8- A atividade comercial desenvolvida no seu estabelecimento é lucrativa? Qual o dia da semana de maior lucro? Por quê?

9- Você paga algum tipo de taxa para o funcionamento do seu estabelecimento comercial? Qual (is)? O que você acha do valor dessa (s) taxa(s)?

10- Você recebe algum tipo de isenção de imposto? Qual? Em caso positivo, qual a porcentagem dessa isenção e o que você acha dessa política de isenção?

11- Quando você faz algum tipo de reforma no seu estabelecimento, você comunica e pede autorização aos órgãos responsáveis pelo patrimônio do Município, Estado e União? Por quê?

12- Você já tentou conseguir algum tipo de financiamento para restaurar seu estabelecimento? Qual e em caso positivo, você teve direito a esse financiamento? Por quê?

13- Você tem conhecimento se foi feito processo de licitação para a alocação dos espaços comerciais existentes na área interna dos patrimônios históricos que passaram pelo processo de intervenção?

14- Como você avalia, enquanto empresário e morador de Belém, as intervenções realizadas no patrimônio histórico existente no bairro da Cidade Velha?